



INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO
Universidade Técnica de Lisboa



DO CHEIO PARA O VAZIO

METODOLOGIA E ESTRATÉGIA NA AVALIAÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS OBSOLETOS

Claudia Azevedo de Sousa

Dissertação para a obtenção para Grau de Mestre em:
ArquitECTURA

Júri

Presidente: Professor António Barreiros Ferreira

Orientador: Professor Doutor Pedro Brandão

Vogal: Professor Nuno Lourenço

Outubro 2010

RESUMO

Da dificuldade em atribuir uma classificação ao conjunto de espaços obsoletos encontrados na Ajuda, impôs-se-nos a necessidade de compreensão desse conceito. O que são esses espaços na cidade? A ausência de construção, a ausência de pessoas, o espaço residual, o estacionamento improvisado e até o espaço ajardinado mais descuidado parecem ‘caber’ no conceito. Mas a definição desta ideia é muito complexa e associada a ela surgem outros conceitos - ‘Vazios Urbanos’, *Terrain Vague* – para os quais também ambicionamos uma definição clara e global. Embora o carácter destes conceitos seja relativamente ambíguo e justifique o seu uso, ao mesmo tempo gera controvérsia. Esta dissertação pretende aclarar um problema epistemológico que deriva de mutações emergentes da cidade assim como do espaço público, e constitui oportunidade para importante reflexão.

A ideia de que o espaço público ‘já não é o que era’ está em muito relacionada com a natural evolução da sociedade, do espaço público e do mundo urbano em geral. Sendo um elemento em transformação, há necessidade de o reinventar, mas percebendo quais e como são efectivamente os espaços públicos do presente e do futuro. Esta dissertação procura responder a esta necessidade.

Procurámos assim desenvolver uma metodologia de avaliação daqueles espaços de forma a poder elaborar estratégias para a sua introdução no desempenho da cidade. Essas estratégias têm como ponto de partida o caso de estudo da Ajuda, apoiando-se na mobilidade urbana como elemento agregador destes ‘novos’ espaços, na cidade existente e, incorporando um carácter de mudança e risco associado a cenários de incerteza, subjacente a um novo urbanismo que se desenhe na cidade actual, como reflexivo, participativo, flexível e performancial.

O que podemos concluir é que a maior complexidade da cidade se traduz nos espaços públicos, que sofrem processos de desterritorialização e reterritorialização, originando o aparecimento de espaços urbanos obsoletos, ou de transição e no seu grau de obsolescência, que se pode traduzir em espaços urbanos desocupados, desafectados e subutilizados, que têm diferentes potenciais estratégicos para o desenho urbano.

Palavras-Chave: Cidade Contemporânea, Espaço Público, ‘Vazios (Urbanos)’, *Terrain Vague*, Mobilidade.

ABSTRACT

Of the difficulty in assigning a classification to the set of obsolete spaces found in Ajuda, emerges the need to understand that concept. What are these spaces in the city? The lack of construction, the absence of people, the residual space, the improvised parking lot and even the garden space more careless seems to 'fit' in the concept. But the definition of this idea is very complex and associated with it come other concepts - 'Urban Voids', *terrain vague* – for which, we also aspire to a clear and comprehensive definition. Although the nature of these concepts is relatively ambiguous and justify their use, at the same time generates controversy. This thesis attempts to clarify an epistemological problem that derives from emerging mutations of the city, as well as the public space, and represents an important opportunity for reflection.

This idea that the public space 'is no longer what it was' is closely related to the natural evolution of society, public space and the urban world in general. As an element in transformation, there is a need to reinvent it, but realizing what and how are the public places of the present and the future. This investigation addresses this need.

We tried to develop a methodology of evaluation of those spaces, so we can elaborate strategies for its introduction in the performance of the city. These strategies have its starting point in the Ajuda's case study, supporting on urban mobility as an aggregator element of these 'new' spaces, in the existing city, incorporating a character of change and risk associated to scenarios of uncertainty, underlying to a new urbanism that draw in the current city, such as reflective, participatory, flexible and performance.

What we can conclude is that the greater complexity of the city translates in public spaces that suffer reterritorialization and deterritorialization processes, leading to the emergence of obsolete or transition urban spaces, and in their degree of obsolescence that may result in unoccupied, disused and underutilized urban spaces, that have different strategic potentials for the urban design.

Keywords: Contemporary City, Public Space, 'Urban Voids', *Terrain Vague*, Mobility.

“(...) o caso de certo formoso queijo com buracos no qual, ainda que os buracos não alimentem, eles são indispensáveis para a total definição das suas características. (...) o espaço que se deixa é tão importante como o espaço que se preenche.”

Fernando Távora, Da Organização do Espaço

DO CHEIO PARA O VAZIO

METODOLOGIA E ESTRATÉGIA NA AVALIAÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS OBSOLETOS

ÍNDICE

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

Objecto de Estudo	11
Motivação	14
Objectivos a atingir	14
Estrutura e Metodologia	15
Estado da arte	16
Restrições e Problemas	18

CAPÍTULO 2 – REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CIDADE E ESPAÇO URBANO	21
2.1.1 Conceito de Cidade	21
2.1.2 Conceito de Espaço Público	24
Espaço Público e Espaço Privado	29
Espaço Público e Espaço Colectivo	31
Espaços Públicos Privatizados	34
2.1.3 Conceito de Paisagem Urbana	37
Paisagem	37
Ambiente e Imagem urbana	39
Sensação e Percepção	40
2.1.4 Cidade Contemporânea, Pós-Industrial, da Sobremodernidade	42
Espaço e Tempo	52
Espaço e Lugar	53
2.2 NOVOS CONCEITOS	57
2.2.1 Vazios Urbanos	57
2.2.2 Terrain Vague	63
2.2.3 Não-Lugares	67
Notas Conclusivas	71

2.2.4	Conceitos baseados no tempo/ciclo de vida	73
	Espaços Urbanos Obsoletos	73
	Tipologias de Obsolescência	77
	Processo de Formação, Permanência e Transformação	78
2.3 OUTROS FACTORES TEMPORAIS DOS ESPAÇOS URBANOS OBSOLETOS		
2.3.1	Acessibilidade	81
2.3.2	Mobilidade	83
2.3.3	Transformação da Identidade	87
2.3.4	Estratégias de Mudança	91
	Desenhar a Mudança	92
	Arquitectura Líquida, uma resposta?	93
	Princípios para um Novo Urbanismo	94
 CAPÍTULO 3 – CASO PRÁTICO		
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA EM ESTUDO		97
3.1.1	Delimitação Temática e Física	97
3.1.2	Contexto/Evolução Histórica	99
3.1.3	Diagnóstico	103
3.2 METODOLOGIA PARA AVALIAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS OBSOLETOS DA ÁREA EM ESTUDO		107
3.2.1	Classificação das Tipologias de Espaços	107
3.2.2	Processo de Obsolescência	112
3.2.3	Processo de Formação – Análise da Permanência e Transformação	116
3.2.4	Estratégias e Possibilidades	119
 CAPÍTULO 4 – CONCLUSÕES		127
BIBLIOGRAFIA		133

ÍNDICE DE IMAGENS

Figura 1 – Perspectivas (Olhares, 2010)

Figura 2 – ‘Amor em Veneza’ (Olhares, 2010)

Figura 3 – Espaço Público (Olhares, 2010)

Figura 4 – Paisagem Urbana (Olhares, 2010)

Figura 5 – Cidade Contemporânea (Olhares, 2010)

Figura 6 – Estação de Alta Tensão Desactivada (Olhares, 2010)

Figura 7 – Fábrica de Celulose Abandonada (Olhares, 2010)

Figura 8 – Estação Caminho Ferro (Olhares, 2010)

Figura 9 – Tempo, um ciclo de vida (Getty Images, 2010)

Figura 10 – Porta Aberta (Getty Images, 2010)

Figura 11 – Mobilidade Urbana (Getty Images, 2010)

Figura 12 – “Framing Landscape” (Getty Images, 2010)

Figura 13 – Mudança (Getty Images, 2010)

Figura 14 – Aplicabilidade (Getty Images, 2010)

Figura 15 – Mapa de Identificação da Área de Estudo (Google Earth, 2010)

Figura 16 – Projecto da Avenida a Meia Encosta (Fotografia da autora, 2009)

Figura 17 – Planta da cidade de Lisboa em 1875 (Fotografia da autora, 2010)

Figura 18 – Diagnóstico (Getty Images, 2010)

Figura 19 – Mapa de Identificação dos Espaços Urbanos Desocupados na área em estudo (Elaborado pela autora, 2010)

Figura 20 – Mapa de Identificação dos Espaços Urbanos Desafectados na área em estudo (Elaborado pela autora, 2010)

Figura 21 – Mapa de Identificação dos Espaços Urbanos Subutilizados na área em estudo (Elaborado pela autora, 2010)

Figura 22 – “A Caminho da Luz” (Olhares, 2010)

Figura 23 - Mapa identificativo dos espaços urbanos obsoletos e proposta da avenida a meia encosta (Elaborado pela autora, 2010)

Figura 24 – Conclusões (Olhares, 2010)

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 - Quadro de identificação dos Espaços Urbanos Desocupados na área em estudo

QUADRO 2 - Quadro de identificação dos Espaços Urbanos Desafectados na área em estudo

QUADRO 3 - Quadro de identificação dos Espaços Urbanos Subutilizados na área em estudo

QUADRO 4 - Quadro de identificação dos espaços em obsolescência física/estrutural

QUADRO 5 - Quadro de identificação dos espaços em obsolescência funcional

QUADRO 6 - Quadro de identificação dos espaços em obsolescência locacional

QUADRO 7 - Quadro de identificação dos espaços em obsolescência de imagem

QUADRO 8 - Quadro de identificação dos espaços consoante o seu processo de formação, permanência e transformação

QUADRO 9 - Quadro de identificação das potencialidades e dos objectivos estratégicos para cada espaço urbano obsoleto

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO



Figura 1

Objecto de Estudo

A partir de sucessivas discussões sobre determinados espaços urbanos obsoletos pertencentes à cidade e qual o seu significado para ela e para os seus utilizadores, surge a necessidade de compreender e sistematizar não só esse conceito em si, como a sua envolvente, e alguns outros conceitos associados.

É essencialmente uma questão epistemológica que surge a partir do conceito de ‘Vazio Urbano’ e que nos interessa esclarecer. Como tal, outros conceitos associados também serão alvo de estudo teórico de forma a nos auxiliarem nessa compreensão.

Partimos da ‘Cidade e Espaço Urbano’, até porque, embora esta ideia de espaço obsoleto possa também desenhar-se em espaço rural, é no urbano que estamos interessados em caracterizá-los, avaliá-los e estudá-los.

Definir cidade não é fácil, principalmente nos dias que correm. É um conceito que gera diferentes opiniões, não sendo muitas vezes consensual, e integra um factor de mudança muito importante na reformulação e formação de novas definições – o tempo.

É importante que quando olhamos para cidade não a consideremos apenas enquanto um produto meramente cultural, mas também como um sistema complexo e em mudança, com várias manifestações espaciais. Estas manifestações decorrem no tempo, ao qual designados de processo, mais precisamente processo de ‘modernização’.¹

A compreensão do processo de ‘modernização’ é importante porque é na passagem de uma fase para a outra e à medida que estas ‘revoluções urbanas’ se instalam, que os diferentes espaços urbanos perdem ou ganham importância, o que se traduz no que actualmente designamos por ‘Vazios Urbanos’ e que aqui os consideraremos como espaços urbanos obsoletos, o que impulsionou o estudo desta dissertação.

Estas crises de modernidade que têm as suas repercussões nas diferentes cidades que se fazem ao longo dos séculos, têm a sua origem nos comportamentos sociais. À medida que as sociedades mudam, muda também o desenho da cidade e torna-se, portanto fulcral, para o urbanismo de hoje, compreender os comportamentos da sociedade contemporânea.

O desenho da cidade, mais precisamente do ‘Espaço Público’, torna-se então outro conceito fundamental de estudo. Estes espaços são indicadores da qualidade social da cidade avaliando essencialmente a intensidade e qualidade das relações sociais, e a mistura no espaço público, pretendendo-se que sejam espaços democráticos que promovam o carácter colectivo do seu uso, assim como os valores de dignidade, igualdade e diferenciação.

Está na origem de espaço público esse processo de democratização urbana², que se opõe ao processo de privatização dos espaços públicos. Este último processo decorre do desenvolvimento da cidade e da sociedade que se traduz na pouca disponibilidade

¹ François Ascher, *Novos Princípios para o Urbanismo seguido de Novos Compromissos Urbanos. Um Léxico*, Lisboa: Livros Horizonte, 2010.

² Jordi Borja, Zaida Muxi, *El Espacio Público: Ciudad y Ciudadanía*, Barcelona: Electa, 2003

do espaço público para a ‘vida pública’, proporcionando a transferência de algumas actividades desempenhadas no domínio público para o domínio privado.

A paisagem urbana surge como outro tema de reflexão, uma vez que traduz a conformação física da cidade num determinado tempo, assim como as relações que nela interagem. Não podemos afirmar que hoje em dia haja uma clara diferença entre cidade e paisagem, uma vez que, actualmente, os sistemas da paisagem são englobados nos sistemas da cidade.³

Quando analisamos este conceito, esclarecemos ainda as componentes associadas à imagem ambiental (identidade, estrutura, significado)⁴, assim como dois conceitos fundamentais para o caso de estudo que se baseiam na convivência do indivíduo com o espaço urbano – a sensação e a percepção.

Analisando todos estes conceitos à luz da investigação teórica coloca-se a questão: o que define a cidade contemporânea, pós industrial, da sobremodernidade?

É fundamental percebermos como os factores de mudança influenciaram e continuam a influenciar a cidade e a sua evolução. Traduzindo-se pelo processo de ‘modernização’, a cidade está em constante mudança. Como tal torna-se fundamental compreender a fase do processo em que vivemos – a ‘terceira revolução urbana’⁵ – cujas dinâmicas de transformação sempre presentes (racionalização, individualização e diferenciação social) geram uma sociedade mais complexa que se reflecte na cidade e no seu território.

O caso de estudo parte destas reflexões sobre a passagem do tempo no espaço, e a sua transformação e permanência de forma a identificar, analisar e classificar os espaços urbanos obsoletos existentes no território da Ajuda.

Como tal, a partir dos seus usos e ocupações actuais, classificamos os diferentes espaços urbanos a estudar como: espaços urbanos desocupados, espaços urbanos desafectados e espaços urbanos subutilizados.

³ Jorge Benavides Solís, *Diccionario Urbano Conceptual y Transdisciplinar*, Barcelona: Ediciones del Serbal, 2009.

⁴ Kevin Lynch, *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70, 2009

⁵ François Ascher, *Novos Princípios para o Urbanismo seguido de Novos Compromissos Urbanos. Um Léxico*, Lisboa: Livros Horizonte, 2010.

Aplicando o conceito de 'ciclo de vida' aos espaços urbanos, determinamos uma classificação à luz do tipo de obsolescência urbana que os caracterize. Independentemente da tipologia de espaço, este caso de estudo tem como base uma metodologia de avaliação do seu processo de obsolescência, determinando as causas de transformação e permanência do mesmo ao longo do tempo.

A pergunta condutora desta dissertação é então: Quais as características dos espaços urbanos em processo de transformação e obsolescência, e qual o seu potencial nos processos de regeneração urbana, como contributo para o projecto urbano?

Motivação

A escolha deste tema surge a propósito das disciplinas de Projecto Final, onde nos foi proposto analisar um conjunto de variáveis existentes no território urbano, neste caso específico, o da Ajuda, Lisboa.

Ao olhar para o território com maior cuidado e pensar em determinados conceitos começam a surgir dúvidas em relação ao seu significado e à sua abrangência, nomeadamente do conceito de 'Vazio Urbano'.

Como tal, da procura em responder a estas dúvidas, decorrem novas questões acerca de outras noções, que se pensam serem fundamentais para a total compreensão desta matéria.

É proposto, em primeira instância, um conceito que entendemos ser o mais adequado – o de Espaço Urbano Obsoleto – e uma metodologia que o justifica aplicada a casos de estudo.

Objectivos a atingir

Com esta dissertação, procurámos entender quais os universos dos conceitos já existentes para este tema, capazes de nos guiarem na construção de um outro conceito. Como tal, tivemos como objectivos:

- a) Investigar as diferentes abordagens aos conceitos 'Cidade', 'Espaço Público', e 'Vazio Urbano', organizando e explorando o conjunto de fundamentos teóricos que concretizam cada um deles e as suas implicações recíprocas.
- b) Quando possível estabelecer paralelismos com outros conceitos que procuram responder ao mesmo problema, fazendo uma análise crítica dos mesmos.
- c) Criar instrumentos que caracterizem e classifiquem o espaço público desqualificado, desadequado ou sem uso, definindo tipologias de espaços a estudar.
- d) Avaliar cada uma dessas componentes aplicando-as a um caso de estudo, propondo possíveis estratégias de intervenção e melhoramento.

Estrutura e Metodologia

Este trabalho estrutura-se, essencialmente, por dois capítulos principais:

Um primeiro capítulo, teórico, em que se pretende estudar a envolvente teórica relacionada com o tema da Cidade e Espaço Público assim como dos 'Vazios Urbanos', apoiando-se em autores que reflectam sobre os temas e conceitos que estamos interessados em estudar;

As metodologias adoptadas foram, por um lado, a revisão de literatura relevante e a recolha de informação em fontes documentais, assim como a observação directa do local e análise de documentos utilizados no âmbito da disciplina de Projecto Final.

Um segundo capítulo, mais de aplicação prática, que propõe um olhar diferente sobre a problemática dos 'Vazios Urbanos' e *Terrain Vague*, através do conceito de Espaço Urbano Obsoleto, e que pretende elaborar uma metodologia de avaliação destes espaços para os caracterizar de uma forma teórica e prática.

Estado da Arte

Como referências centrais deste trabalho que serviram de apoio à elaboração do referencial teórico e na definição dos conceitos abordados, destacam-se:

Jan Gehl em *La Humanización del Espacio Público*

Este autor levanta um conjunto de questões relacionadas com aquilo que prejudica a qualidade urbana, e aquilo que torna atractivo o espaço público. Reflecte sobre o conceito de ponto de encontro e de como o centro comercial assume um novo papel nesta matéria, muito embora, seja a cidade que torna saudáveis os espaços públicos.

É um trabalho profundamente relacionado com questões sensoriais e humanas, procurando explorar as nossas necessidades enquanto seres, necessidades que se prendem com questões como o ter que contactar com pessoas. A cidade assume aqui um papel fundamental proporcionando espaços públicos que facilitem e estabeleçam esses contactos através das actividades básicas como sejam o ver, andar ou sentar.

Matthew Carmona [et al] em *Public Places – Urban Spaces The dimension of Urban Design*

É essencialmente um guia que reflecte sobre as muitas dimensões do design urbano, por vezes muito complexas. Este autor desenvolve ideias, teorias e pesquisas que passam pelas práticas do design urbano, a partir de uma variedade de fontes, explicando quais os catalisadores de mudança e renovação, e explorando os contextos globais e locais, assim como os processos no qual actua o desenho urbano.

Apresenta seis dimensões chave essenciais para a teoria e prática do desenho urbano: social, visual, funcional, temporal, morfológica e perceptual.

É especialmente relevante para este trabalho a questão temporal uma vez que as transformações geram espaços ‘que já não são’ e outros que ‘ainda não são’ conforme as circunstâncias contextuais.

Marc Augé em *Não-Lugares: Introdução a uma antropologia da sobremodernidade*

Este autor explora o conceito *não-lugares* como sendo espaços de anonimato que acolhem pessoas e que de dia para dia vai aumentando o seu número.

Estes *não-lugares* são nada mais, nada menos, que os supermercados, aeroportos, hotéis, auto-estradas, entre outros. São o resultado de uma alteração de consciência, algo que percebemos mas de uma forma parcial e incoerente. Como tal, este autor usa o fenómeno da 'supermodernidade' para descrever esta lógica de excesso de informação e de espaço recorrente de uma sociedade consumista.

Pretende criar aquilo que ele chama de 'armadura intelectual' para uma antropologia da supermodernidade. Tenta fazê-lo, num primeiro momento, através da distinção entre lugar antropológico (ligado a monumentos históricos e a vida social interactiva) e não-lugar (onde as pessoas se relacionam de uma maneira uniforme e onde a vida orgânica não é mais possível).

Esta distinção é ainda mais visível se a contrapusermos com a visão de modernidade de Baudelaire, onde o novo e o velho se entrelaçam. Neste caso, a supermodernidade é auto-suficiente, mas ainda não é abrangente. Augé sugere que ainda existe o lugar fora dos não lugares.

Solá-Morales em *Territórios*

Este autor propõe-nos um pensamento sobre a cidade e arquitectura a partir do que existe, mas também do que se pode desenhar consoante a sua evolução.

É a partir de uma análise do existente, que os diferentes títulos que este autor nos propõe ao longo de livro, tentam compreender os mecanismos sobre os quais a se produz a cidade contemporânea.

São um conjunto de reflexões que procuram estabelecer alguns conceitos de forma a contribuírem para a compreensão e entendimento da cidade e do espaço urbano actual, de forma a actuar nas mudanças e nas respostas decisivas que estes enfrentar na actualidade

Foram especialmente importantes as reflexões sobre os *terrain vague*, enquanto espaços 'do disponível' de forma a confrontar conceitos e perceber limites, assim como as reflexões sobre a *arquitectura líquida*, que relaciona tempo e espaço de uma

outra maneira, tornando-se num conceito emergente e cada vez mais presente nas cidades contemporâneas.

François Ascher em *Novos Princípios do Urbanismo seguido de Novos Compromissos Urbanos. Um Léxico*

Este livro reúne duas obras de François Ascher sobre urbanismo:

A primeira editada em 2001 com o título *Les Nouveaux Principes de L'Urbanisme - La fin des villes n'est pas à l'ordre du jour* e a segunda, editada em 2008 com o título *Les Nouveaux Compromis Urbains - Lexique de la ville plurielle*.

É essencialmente uma reflexão sobre a evolução da cidade, concentrando-se nas diferentes fases do processo de 'modernização', assim como o que as define e diferencia umas das outras, tentando compreender os critérios fundamentais da sua evolução.

Reflecte ainda sobre os conceitos de urbanização e modernização relacionando-os um com o outro, e parte do sistema de mobilidades (sistema bip – bens, informações e pessoas) que caracterizam a evolução destes processos e que se traduzem no desenho das cidades, sendo o reflexo de comportamentos sociais.

Propõe um conjunto de conceitos que definem o desenho das cidades de hoje e de amanhã, traduzindo-os num 'novo-urbanismo', assim como um léxico que auxilia na compreensão de alguns conceitos que surgem destes novos princípios e se traduzem em novos compromissos.

Restrições e Problemas

Esta dissertação pretende estudar universos mutáveis e complexos, elaborando questões que servem de guia para a sua concretização. Como tal, é necessário compreender:

- Quais são as mutações emergentes nos conceitos de cidade e espaço público, que se constituem importantes para reflexão?
- Em que se traduz a necessidade de reinventar o espaço público, elemento em transformação, de forma a compreender os espaços públicos do presente e do futuro?

- Quais os novos factores a considerar no desenho urbano e que desafios coloca?

Este trabalho não pretende ser um estudo 'fechado' nem de total 'objectividade', mas sim um trabalho teórico e prático para pesquisas posteriores, com aceitação dos parâmetros de incerteza inerentes à Cidade e ao Espaço Urbano e consequentemente ligados ao seu desenho.

CAPÍTULO 2 – REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CIDADE E ESPAÇO URBANO

Na revisão da literatura que se apresenta neste capítulo, vamo-nos concentrar nos esclarecimentos de alguns conceitos essenciais para esclarecer a questão epistemológica dos chamados ‘vazios urbanos’, nomeadamente os conceitos de Cidade (Espaço Urbano), Espaço Público e Paisagem Urbana, e como se manifestam hoje.

2.1.1 CONCEITO DE CIDADE



Figura 2

- François Ascher define as cidades como sendo *“agrupamentos de população que não produzem elas próprias os seus meios de subsistência alimentar.”*⁶
- Já para Max Weber a cidade surge *“no momento em que o conceito primitivo de lugar é substituído por o de ‘lugar de intercâmbio’, de mercado, onde as conveniências impõem uma vida comunitária desenraizada, enfim, onde se instauram formas de poder ilegítimo.”*⁷

⁶ François Ascher, *Novos Princípios para o Urbanismo seguido de Novos Compromissos Urbanos. Um Léxico*, Lisboa: Livros Horizonte, 2010.

⁷ Max Weber cit. in Jorge Benavides Solís, *Diccionario Urbano Conceptual y Transdisciplinar*, Barcelona: Ediciones del Serbal, 2009.

- Em 1979, o *Scientific American* publica que “uma cidade é uma comunidade de considerável magnitude e de elevada densidade de população que contém dentro de si uma grande quantidade de trabalhadores especializados, não agrícolas, a bem de uma elite cultural, intelectual.”⁸
- Também no mesmo ano, o Banco Interamericano de Desarrollo refere que: “a cidade pode ser vista como uma unidade complexa composta de actividades e comunicações humanas altamente interrelacionadas que se desenvolvem dentro de certos espaços físicos. População, estrutura material e espacial, actividades e comunicações, guardam entre si relações estruturais que se modificam constantemente ao longo do processo urbano.”⁹

Além das citadas, existem outras inúmeras definições para o conceito de cidade, umas que já não correspondem à realidade dos nossos dias, mas outras que são relativamente alargadas e que representam, ainda, o que é a cidade contemporânea.

Interessa-nos mostrar algumas definições diferentes por dois motivos: porque a definição de cidade não é consensual desde sempre, continuando a gerar opiniões distintas e diversificadas no que toca à sua definição; e porque a não correspondência de algumas definições à cidade de hoje, revela um factor muito importante e sempre presente ao longo do tempo e história da cidade – o factor de mudança: o tempo¹⁰.

O que define então a cidade? Quando falamos em cidade, podemos dividir o conceito em duas realidades distintas: a sociocultural e a física¹¹:

A realidade sociocultural da cidade traduz-se na produção social de territórios, ou seja, uma construção social de espaços de exclusão e segregação e/ou de integração e valorização de espaços públicos e privados, de elementos que promovam a diferença, a diversidade, a igualdade/desigualdade, modos de vida; de espaços de contacto e

⁸ Scientific American, *La Ciudad*. Madrid: Ed. Alianza, 1979 cit. in Jorge Benavides Solís, *Diccionario Urbano Conceptual y Transdisciplinar*, Barcelona: Ediciones del Serbal, 2009.

⁹ Banco Interamericano de Desarrollo, *Proyectos de Desarrollo Urbano*. Mexico: Ed. Limusa, 1979 cit. in Jorge Benavides Solís, *Diccionario Urbano Conceptual y Transdisciplinar*, Barcelona: Ediciones del Serbal, 2009.

¹⁰ O estudo do tempo no desenho da cidade é largamente aprofundado na tese de mestrado da Arquitecta Ana Brandão Estêvão, com o título: *Cidade um Drama no tempo. Uma reflexão organizada, sobre factores temporais no desenho da cidade*. Lisboa, 2008.

¹¹ Javier García Bellido, *La ciudad del futuro: hacia una pantópolis universal?*, Madrid: C y TET, 2004 cit in Jorge Benavides Solís, *Diccionario Urbano Conceptual y Transdisciplinar*, Barcelona: Ediciones del Serbal, 2009.

simbólicos; e de lugares de relações sociais, onde têm lugar actividades de diferentes naturezas.

A realidade física da cidade corresponde às aglomerações de paisagens, de espaços organizados e de vida urbana, de deslocamentos espaciais, de modos de vida e de espaços simbólicos;

Tanto historicamente como actualmente podemos ainda dividir a cidade em três dimensões (BORJA, 2003):

Cidade Urbs - dimensão física: sendo definida através da aglomeração humana, num território definido pela densidade demográfica e pela diversidade funcional e social. No entanto devido à sobreposição de diferentes realidades, hoje em dia não é fácil delimitar a dimensão da cidade-urbs e determinar a sua identidade, é sim possível referir diversos territórios e múltiplas identidades e densidades de concentração do edificado e dos usos (centralidades).

Cidade Civitas - dimensão social: é onde a cidade é o lugar de cidadania por excelência, tendo por base a igualdade de cidadãos que constituem uma sociedade urbana heterogénea, baseada na convivência e tolerância, com valores e elementos de identidade com referências físicas e simbólicas.

Cidade Polis - dimensão política: é o lugar da política de proximidade, da participação e representação da identidade colectiva da sociedade urbana, assim como da oposição, expressão e mobilização social e mudança nas relações de poder.

É indispensável, para a existência da cidade, que estas três dimensões existam e se interrelacionem.

Falar em cidade é ainda falar em espaço público, porque o espaço público é das pessoas, daqueles que o frequentam e portanto, é nas praças e ruas da cidade que se estabelece, materializa e expressa a relação entre os seus cidadãos e o poder político.

O espaço público é a cidade (BORJA, 2003) e a história de um é consequência da história do outro.

Como tal, a cidade representa as mudanças sociais e culturais da sociedade, desde logo porque ao concentrarem um grande número de população, também concentram os seus problemas e as suas potencialidades.

Os espaços que constituem a cidade – espaços urbanos – constituindo o quadro de vida dessas pessoas, proporcionam aquilo que normalmente se designa por vivência urbana – o conjunto de actividades, usos e intervenções sociais, na cidade.

É importante que vejamos a cidade não só como um produto cultural, mas como um sistema aberto complexo e em mudança, que se manifesta espacialmente e ambientalmente de várias formas num processo urbano que Ascher¹² refere como ‘modernização’. A esse processo não se conhece o fim e está associado o factor de incerteza, pois a cidade é o reflexo da sociedade, e prever a sua evolução era o mesmo que dizer que a sociedade tinha desaparecido ou paralisado (SOLÍS, 2009).

2.1.2 CONCEITO ESPAÇO PÚBLICO



Figura 3

¹² François Ascher, *Novos Princípios para o Urbanismo seguido de Novos Compromissos Urbanos. Um Léxico*, Lisboa: Livros Horizonte, 2010.

O que é que chamamos de espaço público? É o espaço com um carácter colectivo do seu uso, com uma forma aberta e descoberta, contínuo e acessível que deve privilegiar a inclusão, ou seja, espaços democráticos que promovam os valores de dignidade, igualdade e diferenciação, estimulando novas capacidades e competências tanto dos seus utilizadores como deles mesmos.

O espaço público funciona como um indicador de qualidade da cidade, uma vez que é demonstrativo da qualidade de vida e de cidadania dos seus habitantes. É por isso importante que todos os espaços públicos das cidades sejam democráticos, isto é, sejam acessíveis fisicamente e simbolicamente a todos os seus utilizadores não distinguindo sexo, idade, classe social, raça nem religião. Uma cidade democrática é aquela em que os direitos de centralidade e de mobilidade são universais, promovendo a cidadania¹³.

Nos parágrafos anteriores lemos autores que se referem a duas características do espaço público:

a) É impossível dissociar o conceito de espaço público do de cidade. O espaço público da cidade é o espaço quotidiano, dos jogos, das relações casuais ou habituais com os outros, do decorrer diário entre as diversas actividades e do encontro (BORJA, 2003).

b) O espaço público representa a cidade, tanto fisicamente como simbolicamente. É o espaço mediador, ou espaço democrático entre o território, sociedade e política. Projectar o espaço público pressupõe a existência de um colectivo que partilha a identidade e dignidade, nos seus direitos e deveres (SOLÀ-MORALES, 2002).

No entanto é importante distinguir entre espaço público e espaço 'do' público. O espaço público corresponde à prática de um debate público, podendo ter diversas formas, não necessariamente todas espaciais, enquanto que o espaço do público é o lugar onde os indivíduos se cruzam, se encontram e socializam (utopicamente), pressupondo a existência de um suporte físico, espacial (AUGÉ, 2005).

¹³ Jordi Borja define cidadania como *“um status que reconhece os mesmos direitos e deveres para todos que vivem e convivem num mesmo território caracterizado por uma forte continuidade física e relacional e com uma grande diversidade de actividades e funções”*

Para Marc Augé¹⁴ esta distinção faz sentido uma vez que separa o espaço onde a informação corre mas onde os indivíduos não interagem - a que ele chama de *Não-Lugares* - dos lugares onde efectivamente existe essa interacção e onde se constrói assim o espaço público, chegando a afirmar que não é possível encontrar nos *Não-Lugares* o espaço público.

A origem do espaço público surge de um processo de “*democratização urbana*”, contra o processo de apropriação privada, onde existe uma conquista social (BORJA, 2006), sendo que a qualidade do espaço público contribui para a criação ou, em muitos casos, reconversão de determinadas zonas em espaços cidadãos, tendo muitas vezes um carácter qualificante.

Como tal, espaço e sociedade estão claramente relacionados e a sua relação assenta num processo bilateral onde, por um lado as pessoas e sociedades criam e modificam o espaço, mas pelo outro são influenciadas por esse mesmo espaço (CARMONA, 2003).

Dear an Wolch¹⁵ refere que as relações sociais podem ser:

- a) constituídas pelo espaço** – quando as características do espaço público influenciam a forma como os indivíduos se instalam nele;
- b) constrangidas pelo espaço** – quando o ambiente físico facilita ou obstrui a actividade humana;
- c) mediada pelo espaço** – quando a fricção da distância facilita ou inibe o desenvolvimento de várias práticas sociais.

Pretende-se do espaço público que ele seja um espaço distémico, à semelhança do ‘lugar antropológico’, mas o que habitualmente acontece hoje em dia, fruto da sociedade moderna, é um espaço público proxémico (LOPES, 2009)

Importa então compreender o significado destes dois conceitos:

- a) Os espaços distémicos** são espaços de representação e apresentação, de si e dos outros. É um espaço que requer elementos de referência, marcos, multifuncionalidade

¹⁴ Marc Augé, *Não-Lugares. Introdução a uma antropologia da sobremodernidade*. Lisboa: 90º Editora, 2005

¹⁵ Cit in Mathew Carmona [et al], *Public Places - Urban Spaces. The dimension of Urban Design*. Oxford: Architectural Press, 2003

e diversidade de acesso e usos. Deve promover a mobilidade dos seus utilizadores oferecendo-lhes as ferramentas (configuração do espaço, mobiliário urbano ...) para promover a socialização e a mistura de funções.

b) Os espaços proxémicos, apesar de existir uma visão optimista acerca deste conceito (locais de socialização e consciência colectiva das sociedades urbanas) são, como foi descrito pelo antropólogo Edward Hall¹⁶, “*o conjunto das observações que o homem faz do espaço referentes a um determinado uso*”. Este autor define um conjunto de distâncias sociais e posturas que o homem determina, não intencionalmente, como ‘politicamente correctas’ no uso do espaço público e que variam de cultura para cultura. O espaço proxémico é no fundo o espaço pessoal de cada indivíduo no domínio público.

Embora o uso e apropriação do espaço muitas vezes seja feito de forma pessoal e individualizada, a verdade é que o espaço público é desenhado supondo um domínio público, um uso social colectivo e uma multifuncionalidade, uma vez que a sua qualidade avalia-se, essencialmente, pela intensidade e qualidade das relações sociais que proporciona assim como pela mistura social, pela identificação simbólica e pela expressão cultural (BORJA, 2003).

Como tal, pode colocar-se a questão: A ideia de que o espaço público já não corresponde ao ‘lugar antropológico’ define por si só a sua ‘morte’, tão aclamada após o movimento moderno? O espaço público é uma ferramenta social e portanto à medida que a sociedade muda, se complexifica, este também o faz. Não quer dizer que a mudança emergente seja ‘obviamente má’, é simplesmente diferente, adaptada ao seu tempo e à sua gente, porque à semelhança do lugar do passado, o espaço público é o elemento por excelência que reflecte uma determinada sociedade, uma determinada cidade, num determinado tempo. Esse é um factor que nunca muda.

¹⁶ Edward Hall, *The Hidden Dimension*. Paris: Seuil, 1971 cit in Jan Gehl *La humanización del espacio urbano. La vida social entre los edificios*. Barcelona: Editorial Reverté, 2006

Podemos também definir globalmente o conceito de espaço público através de três desafios globais de política urbana que ele comporta (BORJA, 2003):

1. Desafio Urbanístico - *“o espaço público não é o espaço residual entre o que se construiu e o espaço viário”*. É um elemento ordenador do urbanismo que actua independentemente da escala do projecto urbano, tendo a capacidade de organizar um território capaz de suportar diversos usos e funções e de criar lugares.

2. Desafio Político - divide-se em duas dimensões: por um lado as relações sociais no espaço público (vida comunitária, encontro, intercâmbio...) o que faz com que haja a necessidade de criar espaços de transição que contribuam para o uso colectivo; e por outro lado relaciona-se com o direito do cidadão à afirmação, confrontação e manifestação, sendo por isso fulcral o direito à acessibilidade a espaços públicos que interajam com edifícios políticos ou administrativos e com a capacidade para concentrações urbanas.

3. Desafio Cultural - o grau de monumentalidade de um espaço é um dos melhores indicadores dos valores urbanos predominantes nesse espaço, sejam de índole urbanística, histórica, política ou simbólica.

Podemos então afirmar, em síntese, que os espaços públicos configuram uma rede contínua que se estende em toda a área urbana, assumindo diferentes papéis¹⁷:

- São o elemento articulador e de conectividade entre a área urbana e a sua envolvente territorial;
- Suportam a mobilidade urbana interna ao integrar os canais de comunicação necessários para os indivíduos se moverem;
- São elementos participantes na edificação e usos privados, permitindo-lhes o acesso e fornecendo-lhes um ambiente urbano;

¹⁷ Julio Esteban Noguera, *La ordenación urbanística*. Barcelona, 2003 cit in Jorge Benavides Solís, *Diccionario Urbano Conceptual y Transdisciplinar*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2009.

- São elementos expressivos da imagem da cidade, introduzindo variantes na paisagem urbana;
- São espaços de representação e identificação social, assim como de lazer;
- Têm um carácter funcional para as redes de serviços urbanos necessárias à cidade.

A estas características do espaço público podemos acrescentar:

- O seu carácter **geral**, uma vez que se refere à cidade na sua totalidade;
- O seu carácter **colectivo**, sendo um espaço de uso para todos os habitantes e visitantes;
- Um espaço **comum**, regido pelo direito público, e por conseguinte, pertencente a todos os cidadãos, ou dando-lhes direitos de uso.

Espaço Público e Espaço Privado

Antes de falarmos em espaço público ou espaço privado importa compreender o conceito de **domínio público**, uma vez que é uma noção mais ampla e ultrapassa as distinções entre os contornos públicos e privados nos quais decorrem as actividades dos indivíduos.

“Idealmente, o domínio público funciona como um fórum para a acção e representação política; como um elemento neutro para a interacção social, entrelaçamento e comunicação; como um estágio para a aprendizagem social, desenvolvimento pessoal e troca de informação.”¹⁸

O domínio público tem dimensões físicas e sociais que se traduzem pelo espaço e pelas actividades, respectivamente.

A sua dimensão física corresponde essencialmente aos espaços públicos ou privados que suportam ou facilitam a vida pública e a interacção social, enquanto que a sua dimensão social reflecte-se nas actividades e eventos que ocorrem nesses espaços (CARMONA, 2003).

¹⁸ Mathew Carmona [et al], *Public Places - Urban Spaces. The dimension of Urban Design*. Oxford: Architectural Press, 2003

Com o desenvolvimento da cidade e da sociedade assiste-se a uma reduzida disponibilidade do espaço público para a vida pública, traduzindo-se no que muitos interpretam como sendo o ‘declínio do domínio público’. Como reflexo desta realidade ocorre a transferência de algumas actividades que antes eram desempenhadas em domínios públicos, para domínios privados, no que muitas vezes é apelidado de ‘privatização do espaço público’.

Com o desenvolvimento das tecnologias de comunicação e de informação e os desenvolvimentos dos transportes que desafiam o uso do espaço público com o aumento da mobilidade pessoal, a dissolução entre o que é público e o que é privado torna-se mais evidente¹⁹ sendo que esta ideia associada à transferência de actividades não ocorre só nos espaços ‘fisicamente’ privados como também nos ‘virtualmente privados’.

Exemplo disso são as actividades de lazer e entretenimento, o consumo entre outras, que antigamente só estavam disponíveis de forma pública e colectiva mas que hoje já o estão de forma individualizada e privada enquanto que o uso do espaço público tem sido desafiado por vários desenvolvimentos e mudanças, como o aumento da mobilidade pessoal – inicialmente através do carro e conseqüentemente através da internet.

Nem todos consideram que o domínio público esteja efectivamente em declínio, bem pelo contrário, consideram que esta ‘crise’ é um processo de transformação sociocultural que poderá fazer ressurgir o espaço público, uma vez que avaliam a esfera pública como mais densa, diversa e democrática do que alguma vez foi.

“(...) novas formas de vida pública requerem novos espaços (...)”²⁰

¹⁹ Catálogo de la exposición Revolving Doors, Fundación Telefónica. Madrid, 2004 cit in Jorge Benavides Solís, *Diccionario Urbano Conceptual y Transdisciplinar*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2009.

²⁰ Mathew Carmona [et al], *Public Places - Urban Spaces. The dimension of Urban Design*. Oxford: Architectural Press, 2003

Quais são então os espaços ditos ‘públicos’, na sua dimensão física²¹? São todos aqueles acessíveis ao público e usados por este, incluindo (CARMONA, 2003) :

- Espaços Públicos Exteriores: são os espaços entre as zonas privadas. Em solo urbano são as praças, ruas, auto-estradas, parques, entre outros. Em solo rural são as florestas, lagos, rios. É o espaço acessível a todos, o espaço público na sua forma mais pura.
- Espaços Públicos Interiores: instituições públicas como bibliotecas, museus e transportes públicos como comboio, autocarro, aeroportos, estações, entre outros.
- Espaços Semi-Públicos Interiores e Exteriores: apesar de serem legalmente privados, espaços como campos universitários, locais de desporto, restaurantes, cinemas, shoppings centers, também são parte do domínio público. Esta categoria também inclui o que normalmente são descritos como ‘espaços públicos privatizados’ ou num sentido mais negativo ‘*pseudo-public spaces*’.

Espaço Público e Espaço Colectivo

“A riqueza civil e arquitectónica, urbanística e morfológica de uma cidade, é a dos seus espaços colectivos, a de todos os lugares onde a vida colectiva se desenrola, se representa e se recorda. (...) espaços que não são nem públicos nem privados mas os dois à vez. Espaços públicos absorvidos por usos particulares ou espaços privados que adquirem uma utilização colectiva.”²²

A definição de espaço público, na sua generalidade, determina que este seja um espaço democrático, de livre acesso a todos os cidadãos. Acontece que, na realidade, os espaços públicos de hoje são muitas vezes espaços que foram apropriados por instituições ou por determinados grupos e que não estão ao acesso da população em geral.

²¹ Excluem-se portanto os espaços virtuais, já referidos anteriormente, uma vez que embora de domínio público são, quase sempre, usados maioritariamente de forma privada. Isso não invalida que os espaços virtuais também não sejam usados colectivamente pelos indivíduos, no entanto supõe um suporte privado para o fazer.

²² Ignasi de Solà-Morales, *Territórios*. Barcelona: Gustavo Gili, 2002

Uma nova definição, a de espaço colectivo, tenta colmatar esta falha e ser aquilo que o espaço público teoricamente é, mesmo quando não é de propriedade ou de gestão pública.

“O espaço colectivo assegura a articulação das diversas escalas do projecto urbano. É uma componente chave na identidade histórica das cidades que permite a sua projecção no futuro. O que supõe que uma teoria integradora de espaços colectivos não se poderá formular sem a confrontação das múltiplas experiências e percepções que estes espaços produzem na sociedade.”²³

Esta poderia bem ser a definição de espaço público, e em larga medida o é, no entanto a grande diferença entre o espaço público e o espaço colectivo é que o espaço público, na realidade, não é assim tão público, ou melhor colectivo, quanto seria desejado.

Muitas vezes o espaço público é apropriado por entidades públicas, semi-públicas e até privadas fazendo com que este esteja apenas acessível a uma minoria restrita de pessoas e não aos cidadãos em geral. O espaço público é muitas vezes, na realidade, um espaço individualista. Esta atitude é vista por muitos autores como a actual crise do espaço público.

Dietman Steiner²⁴ acrescenta ainda que a grande diferença entre o espaço público e o espaço colectivo é que o primeiro é um elemento claramente social, onde se exerce o direito público, enquanto que o espaço colectivo é o espaço determinado pelas pessoas, isto é, caracteriza-se pelo uso que os seus utilizadores lhe dão e pela sua acessibilidade.

Os espaços colectivos são, portanto, espaços fortemente vivenciados, espaços de encontro e de cultura, espaços de experiências e de intercâmbios entre pessoas, entre os utilizadores das cidades, os cidadãos.

²³ Debates sobre *Ciudad y ciudadanos del siglo XXI. O diálogo sobre La ciudad, entorno de convivencia* realizados dentro das actividades didático-científicas programadas pela organização do Fórum de las culturas de Barcelona, 2004.

²⁴ idem

Existem, por exemplo, apropriações excludentes do espaço público (BORJA, 2006) como é o caso de Barcelona, mais concretamente do Fórum Mundial das Culturas, espaço esse com um carácter de parque temático, completamente afastado do tecido urbano e da vida da cidade. Para este autor esta 'tendência' está a destruir não só o espaço público, como conseqüentemente a cidade. Estes espaços não são, claramente, espaços colectivos, mas serão para alguns os espaços públicos da actualidade.

Deste modo, os espaços colectivos enquanto elementos fortemente multiculturais, tornam a cidade em algo em constante mudança, algo que se molda favorável ou desfavoravelmente aos seus cidadãos, independentemente da raça, religião ou estatuto social, uma vez que são eles os condutores dos usos e da vivência destes lugares.

No entanto é necessário ter em atenção ao mundo actual em que vivemos, fortemente pressionado pelo consumo, pelo que estes espaços colectivos devem ser desenvolvidos pelos cidadãos mas não esquecendo a identidade cultural da cidade subjacente. Os usos do espaço público fazem parte das competências do cidadão, são sua responsabilidade e exigência ética, assim como a participação cultural que nele se pode desenrolar é uma condição da cidadania global e múltipla (LOPES, 2009).

No planeamento actual é importante o desenvolvimento de uma sociedade participativa, aberta a todos os cidadãos, mas consciente, respeitando a memória e identidade dos lugares. Esta ideia deverá estar subentendida tanto na criação de novos espaços públicos, mas mais ainda na reconversão de antigos espaços, públicos ou não.

"(...) caso se queira fazer uma boa operação de reconversão urbana numa zona portuária, o que se crie de novo tem que cheirar a porto, caso contrário perderia a sua especificidade, a sua originalidade. E se se quer fazer uma operação de renovação urbana numa antiga zona industrial, há que manter os edifícios das fábricas, primeiro porque é memória urbana; é uma história de trabalho, é muito suor. É trabalho acumulado o que está nestas pedras, não somente é memória; é uma história de luta obreira, de empreendedores com uma iniciativa e, ademais, é o que dá originalidade aquela zona (...)"²⁵

²⁵ Jordi Borja "Espaço público, condição da cidade democrática. A criação de um lugar de intercâmbio." *Arquitextos*, 072, 2006.

Segundo Borja três processos negativos contribuem para o desaparecimento da cidadania no espaço público: **a dissolução, a fragmentação e a privatização.**

A cidadania traduz-se pela igualdade de apropriação do espaço público por todos os indivíduos, independentemente da classe social, raça, género e idade, atribuindo ao espaço uma característica de diversidade, promovida pela mistura social.

“Transformar o espaço público da rua num espaço comercial privatizado de um centro comercial tem custos sociais danosos no que toca ao acesso democrático e a responsabilidade pública. A domesticação do espaço através da purificação e privatização envolve crescentes exclusões sociais e acrescenta as desigualdades”²⁶

Espaços Públicos Privatizados

Os espaços públicos privatizados são lugares controlados, aparentemente seguros mas sobretudo fictícios onde a aparência prevalece sobre a realidade. São espaços que encerram pessoas e promovem a dispersão esvaziando os espaços públicos de seres humanos e de atracções interessantes (GEHL, 2006). São espaços que podem fazer emergir uma nova cidadania: aquela em que o indivíduo não é capaz de se relacionar com ‘o outro’ retirando ao espaço público uma característica fundamental – a diversidade.

Além do mais, a privatização do espaço público supõe o perigo da perda de direitos cidadãos já conquistados como por exemplo os de algumas minorias étnicas ou sexuais (BORJA, 2003).

“O risco e aventura são tão necessários como a protecção e a segurança”.²⁷

Efectivamente, a vida pública tem crescido em espaços privados, isto porque estes oferecem uma sensação de segurança, que na realidade se traduz numa vivência em ambientes controlados.

²⁶ P. Nicolas Jackson, *Images of the street. Planning, Identity and Control in Public Space*. Routledge, London and New York: Nicolas R. Fyfe, 1998 cit in Jordi Borja, Zaida Muxi, *El Espacio Público: Ciudad y Ciudadanía*. Barcelona: Electa, 2003.

²⁷ Jordi Borja, Zaida Muxi, *El Espacio Público: Ciudad y Ciudadanía*. Barcelona: Electa, 2003.

Quais são então as questões que se levantam com a ‘privatização’ do espaço público? Essencialmente são questões relacionadas com a ‘suposta’ insegurança do espaço público frente à anunciada segurança do espaço privado.

Jordi Borja foi um dos autores que desenvolveu bastante esta questão. Apelidou-a de “*agorafobia urbana*”, isto é, o medo pelo espaço público. A agorafobia urbana surge de uma ideia de que na cidade era preciso fazer-se um “*higienismo social*”:

“A solução consiste em limpar a cidade dos ‘outros’, substituindo os espaços públicos por áreas privatizadas consideradas, como zonas protegidas para uns e excludentes para outros.”²⁸

Num contexto pós-industrial, onde a cidade está compartimentada (zonamento funcional) e segregada, fruto do movimento moderno, o combate à agorafobia urbana faz-se através do uso do automóvel e do refúgio nestes *habitats* privados, acessíveis apenas a uma parte da população porque, embora sejam considerados espaços públicos, não estão abertos a toda a gente.

Esta atitude gera diversos problemas sociais relacionados com a desigualdade de direitos e provocando a dita violência urbana, que gera insegurança urbana. Este tipo de problema não deve ser ignorado mas sim lido como um alerta social, pois é no espaço público que se manifestam também os descontentamentos e revoltas, e onde se evidenciam os problemas de injustiça social, económica e política.

“Expressa a contradição entre uma socialização relativa, mas considerável do espaço urbano (usada pela maioria da população) e a exclusão e pouca integração económica e cultural de numerosos colectivos sociais que ocupam a cidade mas que não podem usar as suas ofertas (maioritariamente comerciais) nem tem ao seu alcance as liberdades potenciais que são de facto negadas a muitos.”²⁹

No entanto é preciso compreender que não é o espaço público que gera os perigos, assim como também não é o espaço privado que os elimina, apenas os esconde, os controla e em última instância, os aumenta. Torna-se portanto urgente pensar, não

²⁸ Jordi Borja, Zaida Muxi, *El Espacio Público: Ciudad y Ciudadanía*. Barcelona: Electa, 2003.

²⁹ idem

numa solução que resolva parcialmente o problema, mas num urbanismo que não gere insegurança.

Quanto mais se apostar num urbanismo de áreas protegidas e especializadas frente a áreas excluídas, estaremos a promover a segurança de alguns, mas sem dúvida nenhuma, a insegurança de todos (BORJA, 2003).

A exclusão reforça os problemas de segurança portanto é fulcral pensar em estratégias de desenho urbano que melhorem a inclusão, e não apenas em estratégias de privatização que resolvem apenas parte do problema. A ideia de que os ambientes devem aumentar a escolha e serem inclusivos é central ao pensamento do desenho urbano (CARMONA, 2003) e deve ser aplicado tanto aos espaços públicos como privados.

Mas não podemos considerar que tudo o que se relacione com a privatização do espaço público é obviamente e necessariamente negativo.

Temos então de falar em parcerias público-privadas (PPP). A ideia de 'parceria' pressupõe o melhor para ambas as partes e é a partir daí que devemos trabalhar. O processo de PPP é uma forma nova de acção pública que introduz na própria concepção dos serviços públicos lógicas privadas (ASCHER, 2010).

No entanto este é um tema em discussão, porque embora pareça muito útil esta ideia do poder público tirar vantagens do poder privado, redefinindo por exemplo os serviços públicos, é necessário que do ponto de vista da gestão haja uma especialização do poder público, para que estes espaços não sejam monopolizados em prol de vantagens exclusivamente privadas.

Os centros comerciais podem ser um bom exemplo de propriedades público-privadas porque têm um carácter regenerador e dinamizador na área onde são inseridos.

No entanto hoje em dia, já se começa a assistir a um conjunto de pessoas que consideram este tipo de comércio demasiado impessoal e procuram relações de

proximidade. Nesse sentido, o comércio tradicional pode encontrar aí uma oportunidade, uma vez que para além de estabelecer laços mais próximos com os seus consumidores proporcionam qualificação e segurança aos espaços públicos animando a vida urbana.

2.1.3 CONCEITO DE PAISAGEM URBANA



Figura 4

Paisagem

“Se me fosse pedido para definir o conceito de paisagem urbana, diria que um edifício é arquitectura, mas dois seriam já paisagem urbana, porque a relação entre dois edifícios próximos é suficiente para libertar a arte da paisagem urbana. (...) multiplique-se isto à escala de uma cidade e obtém-se a arte do ambiente urbano”³⁰

Este autor desenvolve uma visão romântica da paisagem (radicada em Camillo Sitte) e esta definição apenas considera a dimensão visual da paisagem construída. A paisagem urbana engloba não só a conformação física da cidade como também as

³⁰ Gordon Cullen, *Paisagem Urbana*. Lisboa: Edições 70, 2008

relações que nela interagem, sejam de natureza ambiental, social, económica, política e/ou comportamental, num meio altamente dinâmico.

Podemos definir paisagem como um sistema espacial num determinado tempo, ao qual corresponde um contexto ambiental e social. No entanto devemos considerá-la como um elemento em mudança pois depende, da acção da Natureza e também da acção do Homem. Estes são os grandes intervenientes na modificação da paisagem, independentemente de ser urbana ou rural.

Actualmente, não estamos em condições de afirmar que existe diferença entre cidade e paisagem, e se ainda existe, tendencialmente perde sentido. Isto porque no novo urbanismo que se traça com esta fase de 'modernização' os sistemas da paisagem são englobados nos sistemas da cidade, e vice-versa (SOLÍS, 2009).

Sendo a Natureza e o homem os principais intervenientes na paisagem podemos então considerar a existência de duas dimensões na sua leitura:

- A dimensão ambiental/natural, que corresponde ao território propriamente dito, independentemente de ser natural ou artificial, é o seu suporte físico. A paisagem parte sempre de um ecossistema;
- A dimensão sociocultural, que está relacionada com as actividades humanas, onde o homem é o principal actor modelador. Por um lado são as relações que estabelece nela e com ela, por outro as modificações que faz nela, modificando a sua história e valores. Para o homem a paisagem é claramente um recurso e transforma-a no tempo e no espaço. Como tal, podemos afirmar que a paisagem funciona como um processo, com diferentes apropriações e usos ao longo do tempo que modificam a sua história e tornam-se parte integrante da mesma.

Esta diferenciação entre a dimensão ambiental/natural e a dimensão sociocultural, interessa-nos particularmente para o caso de estudo, porque ajuda-nos a elaborar uma metodologia de análise de espaços urbanos com diferentes tipos e graus de obsolescência. Isto porque a paisagem urbana, decorrente de várias transformações, é

hoje objecto de processos de regeneração (BRANDÃO, 2008) que ocorrem nesses mesmos espaços urbanos obsoletos. Esses espaços, para além de outras características, são actualmente parte integrante de uma paisagem urbana, mas têm potencial para a transformar, tornando-se os protagonistas da mudança de uma nova paisagem urbana.

Ambiente e Imagem urbana

O conceito de paisagem urbana é indissociável do de ambiente urbano. A cada paisagem está subjacente um ambiente urbano. Este sugere especificidades e relações.

Mas falar em ambiente é também falar em imagem. A imagem ambiental é importante no processo de orientação pois tem a ver com o reconhecimento e a padronização que o observador faz do ambiente. Como tal, resulta de um processo bilateral entre quem observa e o ambiente em questão (LYNCH, 2009)

Segundo Lynch, um autor que aprofundou largamente estas questões, a imagem ambiental pode ser decomposta em três componentes: identidade, estrutura e significado:

- A **identidade** tem a ver com aquilo que a distingue das outras coisas;
- A **estrutura** com a relação espacial do objecto com o observador e com outros objectos;
- O **significado** é relativo ao sentido que tem, material e emocionalmente, para o observador. Esta última componente da identidade depende do observador e da leitura que ele faz do objecto, é algo pessoal, mas que se cruza com as 'identidades' de todos os outros para quem o objecto também tem significados ou memórias (BRANDÃO, 2008), isto é o observador selecciona, organiza e confere significado àquilo que vê, criando a sua própria imagem.

Aos políticos e aos urbanistas interessa-lhes que a mesma imagem seja comum a um determinado grupo de observadores, isto é, que exista uma imagem de grupo da

cidade, porque assim garantem que esses ambientes urbanos irão ser utilizados por muitas pessoas. A esta característica dos ambientes urbanos, Kevin Lynch atribuiu o conceito de *'imaginabilidade'*: que são as características que um objecto físico tem em evocar uma imagem forte, independentemente do observador. Como tal, um ambiente urbano com alta *'imaginabilidade'* é aquele que é de fácil identificação e estruturação visual.

Como avaliamos então a *'imaginabilidade'* de um ambiente urbano? Podemos considerar três aspectos: a sua funcionalidade, a sua legibilidade e a sua visibilidade.

- A sua funcionalidade porque se um determinado espaço urbano funcionar bem, independentemente das suas características estéticas ou formais, é um elemento forte que contribui para a sua utilização.
- A sua legibilidade porque um espaço claro, de fácil leitura e reconhecimento contribui para a orientação e criação de uma imagem ambiental no observador.
- A sua visibilidade, ou melhor a qualidade estética. Um espaço esteticamente agradável contribui para a criação de uma imagem urbana dele.

Sensação e Percepção

No contexto da paisagem urbana, falar em imagem ou ambiente implica a existência de um observador, neste caso o homem. Torna-se portanto de maior utilidade a compreensão dos sentidos (dimensão perceptual) que este faz do ambiente que o rodeia.

Não sendo muito fácil distinguir sensação de percepção, levando muitas vezes à sobreposição de conceitos uma vez que é difícil determinar onde uma termina e a outra começa podemos definir (CARMONA, 2003):

- A **sensação** como a reacção sensorial do homem a estímulos. Fazem parte desses estímulos:
 - a visão, enquanto elemento de orientação espacial que relaciona a distância, a cor, a forma, a textura e o contraste;

- a audição, que embora a informação que revela seja pobre, é mais rica em emoção;
- o cheiro, ainda mais pobre em informação mas por sua vez mais rico em emoção;
- e o tacto, essencialmente através dos pés quando andamos, ou do contacto físico que estabelecemos com o espaço quando nos sentamos.

São mecanismos sensitivos que dependem do ambiente externo, contudo há a destacar neste contexto, com especial importância, a visão, a audição e o olfacto que são considerados por Edward Hall os receptores de distância³¹.

“Dado que a visão e a audição estão relacionadas com as actividades sociais exteriores mais completas (os contactos de ver e ouvir), o seu funcionamento é, naturalmente, um factor fundamental do projecto”³²

- A **percepção** que é mais do que apenas ver ou sentir o ambiente urbano. É um processo complexo de compreensão de estímulos que varia conforme o indivíduo. Esses estímulos têm de ser percebidos, processados, interpretados e julgados interpolando a mente do observador e provocando emoções. É algo extremamente pessoal.

Ittelson³³ identifica ainda quatro dimensões de percepção:

- **cognitiva**: pensar sobre, organizar e manter a informação
- **afectiva**: envolve os nossos sentimentos, o que influencia a percepção do ambiente;
- **interpretativa**: comparamos os nossos com os outros já vividos;
- **evaluativa**: valores e preferências. Determinação de bom ou mau.

³¹ Edward Hall, antropólogo, autor de “The Hidden Dimension” define dois tipos de receptores: os receptores de distância (visão, audição e olfacto) e os receptores imediatos (pele, membranas e músculos) cit in Jan Gehl *La humanización del espacio urbano. La vida social entre los edificios*. Barcelona: Editorial Reverté, 2006

³² Jan Gehl *La humanización del espacio urbano. La vida social entre los edificios*. Barcelona: Editorial Reverté, 2006

³³ Cit in Mathew Carmona [et al], *Public Places - Urban Spaces. The dimension of Urban Design*. Oxford: Architectural Press, 2003

São as experiências pessoais de cada indivíduo que formam o seu universo real, que têm influência no significado diferente que cada um atribui a uma determinada paisagem urbana.

Os mecanismos cognitivos intervêm nos mecanismos sensitivos, pois a cada indivíduo correspondem interesses, conhecimentos prévios, memórias e valores (características individuais e culturais) que os diferenciam uns dos outros.

É importante falar em sensação e percepção de imagens urbanas, porque estes são elementos relevantes na análise do caso de estudo e na construção de uma metodologia baseada na convivência do indivíduo com o espaço urbano. São factores determinantes para a identificação de usos e apropriações de um determinado espaço (diagnóstico) e para a elaboração de estratégias e cenários futuros.

2.1.4 CIDADE CONTEMPORÂNEA, PÓS-INDUSTRIAL, DA SOBREMERNIDADE



Figura 5

“A cidade contemporânea atinge assim uma forma dominadora, uma escala visual cujo domínio o homem não pode controlar, e domina e absorve no seu crescimento todo o espaço que a envolve, quer o espaço horizontal onde assenta, quer o espaço vertical que as possibilidades da técnica lhe permitem ocupar. E no seu crescimento incontrolado arrasa tudo, desde a paisagem natural até ao próprio homem que a cria (...) E cresce, cresce sempre porque para a cidade parar é morrer.”³⁴

Ao longo dos séculos as cidades sofreram várias crises e reformulações. Essas crises podem ser traduzidas como um processo de transformação da sociedade apelidado de ‘modernização’. Este processo, independentemente da fase³⁵ em que se encontre, resulta da interacção de três dinâmicas sempre presentes - **a individualização, a racionalização e a diferenciação** (ASCHER, 2010):

- Individualização é definida como a *“representação do mundo feita não a partir do grupo ao qual pertence o indivíduo mas a partir da sua própria pessoa”*;
- Racionalização como a *“substituição gradual da tradição pela razão na determinação dos actos. A repetição dá lugar às escolhas”*;
- Diferenciação como um *“processo de diversificação das funções dos grupos e dos indivíduos no seio de uma mesma sociedade. A diferenciação produz a diversidade e desigualdades entre grupos e indivíduos e gera uma sociedade cada vez mais complexa.”*

Actualmente, vivemos a terceira fase do processo de modernização, também apelidada de pós-industrial, *“baixa modernidade”* ou sobremodernidade. É nela que se desenham os princípios para o novo urbanismo. Esta fase inicia-se no final do século XX e precede um pensamento dito moderno onde eram aplicados à cidade os mesmos

³⁴ Fernando Távora, *Da Organização do Espaço*. Porto: FAUP Publicações, 2006

³⁵ François Ascher define 3 fases de modernização: a 1ª fase ou ‘alta modernidade’ corresponde ao paleourbanismo e ocorreu desde a Idade Média até ao início da Revolução Industrial. Corresponde à passagem da cidade medieval para a cidade clássica e introduz o conceito de cidade-projecto ambicionando controlar e definir o futuro e concretizar espacialmente uma nova sociedade; a 2ª fase ou ‘média modernidade’ corresponde ao urbanismo e ocorre desde o período da Revolução Industrial até ao final do séc.XX. Caracteriza-se pela construção de grandes vias de comunicação servindo gares e armazéns, por uma sociedade industrial voltada para a produção em massa e para o consumo, e pela decomposição e simplificação da cidade procurando a especialização (zonamentos monofuncionais e estruturas urbanas hierárquicas); a 3ª fase ou ‘baixa modernidade’ corresponde ao novo urbanismo e decorre desde o final do séc.XX. Caracteriza-se pela libertação do pensamento funcionalista, demasiado simplista, e pela introdução de novos conceitos como a ‘reflexividade’, ‘incerteza’, ‘risco’, ‘autonomia espaço-temporal’, ‘flexibilidade’, ‘participação’, ‘gestão urbana estratégica’ e ‘performancial’.

princípios aplicados à indústria, traduzindo-se na decomposição e simplificação para melhorar o seu desempenho.

A herança do movimento moderno do ponto de vista do urbanismo gerou aquilo a que muitos consideram ser a derradeira crise da cidade, e outros, em casos mais extremos, a morte da cidade.

O funcionalismo foi mais um desses modelos, que em grande parte levaram ao que é hoje a cidade. Borja chega mesmo a referir:

“A deformação do urbanismo funcionalista em combinação com o zonamento e privatização é a caricatura mais perversa do movimento moderno, cria uma nova imagem da cidade emergente em que as peças, os produtos, a arquitecturas dos objectos substituem a cidade do intercâmbio e da diversidade.”³⁶

O desenvolvimento dos transportes e o aumento do seu desempenho, do armazenamento de bens, de informações e de pessoas desencadeou uma transformação social essencialmente de ordem científica e técnica (ASCHER, 2010).

Os territórios urbanos expandem-se e recompõem-se a um escala alargada, formando bairros sociais monofuncionais nas periferias urbanas e subúrbios industriais. Traduzem-se nestas adaptações à sociedade industrial os modelos de periferização como a ‘Cidade-Jardim’, desenvolvida por Howard, que favoreceu um efeito de suburbanização através da expansão urbana de baixa-densidade em terrenos agrícolas ou ainda a ‘Cidade Rádiosa’, desenvolvida por Le Corbusier onde a racionalização simplista dos critérios de funcionalidade e eficiência eram levados ao limite.

Esta “nova imagem de cidade emergente” traduzia-se por zonamentos monofuncionais e estruturas hierárquicas que percorriam o modelo industrial, ou seja a produção em massa, pelas circulações a vários níveis, pelas zonas industriais e a criação do “estado-providência” que apostava nos equipamentos colectivos, serviços públicos e habitação social.

³⁶ Jordi Borja, Zaida Muxi, *El Espacio Público: Ciudad y Ciudadanía*. Barcelona: Electa, 2003.

Com a viragem do final séc. XX (último quartel) a sociedade começa a tentar libertar-se desse racionalismo demasiado simplista que marcou o movimento moderno. Inicia-se uma nova crise da modernidade, à qual vem associada a crise da cidade.

No entanto isto não significa que estejamos perante o fim ou até mesmo a superação do processo de ‘modernização’, embora seja sempre interessante pensar sobre isso uma vez que, quando o fazemos, estaremos a questionarmo-nos acerca das mudanças que estão a ocorrer actualmente.

Vista pelas Ciências Sociais, a sociedade assumiu uma nova organização, muitas vezes designada por sobremodernidade cujas principais características são essencialmente três figuras de excesso: **o tempo, o espaço e o indivíduo** (AUGÉ, 2005).

- O “*excesso de tempo*” traduz-se em múltiplas análises do mesmo objecto o que faz com que tudo seja um acontecimento, acabando por provocar exactamente o contrário, e tornando-se necessário dar um sentido ao presente;
- O “*excesso de espaço*” devido a inúmeras transformações espaciais, ao enorme fluxo de informação assim como à mobilidade social faz com que haja uma alteração da escala e o aparecimento de *Não-Lugares*;
- O “*excesso de individualismo*” decorre das duas figuras definidas anteriormente – tempo e espaço – provocando a falta de referências colectivas e de identidade.

Estamos perante uma sociedade de velocidade (tempo) e do consumo (indivíduo) que se materializa através dos *Não-Lugares* (espaço) definidos por Augé. As vivências são do tipo meio-fim, onde o importante não é o espaço ‘entre’ mas o ‘fim’ a atingir, o objectivo é ir de um ponto ao outro, o mais rapidamente possível, sem obstáculos. Essa é a lógica do indivíduo da sociedade actual. (SÁ, 2006)

Apelidada esta crise como a “terceira revolução urbana” (ASCHER, 2010), a racionalização, a individualização e a diferenciação social continuam a fazer parte desta fase de ‘modernização’, embora com contornos diferentes das fases anteriores.

O que é novo então em relação às dinâmicas das fases anteriores?

- **Racionalização**

No contexto da pós-modernidade contemporânea, a introdução do conceito de **reflexividade** é importante para a noção de modernidade reflexiva, ou seja, a avaliação de sucessivas hipóteses provisórias para poder agir estrategicamente. É uma procura de racionalidade que é útil no planeamento urbano uma vez que a gestão estratégica ajuda a controlar as crescentes incertezas.

Nesse mesmo contexto do incerto surge outro conceito – o do **risco**. O facto de termos noção da ocorrência de cenários imprevisíveis alerta-nos para a necessidade de precaução – através da formulação de hipóteses de risco feitas numa primeira análise racional perante uma situação de incerteza.

O crescimento das possibilidades de acção e de interacção do ponto de vista espacial e temporal foi de tal ordem que cria uma autonomia espaço-temporal que faz com que o individuo se sinta capaz de estar em vários espaços a vários tempos.

“Um sentimento de ubiquidade e de multitemporalidade acompanha assim um duplo processo de deslocalização e de desinstaneização”³⁷

O desenvolvimento dos meios de transportes e de telecomunicações são especialmente utilizados pelos indivíduos de forma a tentar dominar o mais possível os seus espaços-tempo.

A vida quotidiana contemporânea, premiada de microacontecimentos incertos afasta o homem do que poderia ser uma ‘rotina diária’ introduzindo na cidade

³⁷ François – *Novos Princípios do Urbanismo seguido de Novos Compromissos Urbanos. Um Léxico*. Lisboa: Livros Horizonte, 2010.

um novo conceito: o da **flexibilidade**. A cidade tenta adaptar-se a esta necessidade de múltiplos lugares a múltiplas horas, um contexto mais variado e de circunstâncias menos previsíveis.

- **Individualização**

A multiplicidade de escolhas que existe actualmente cria perfis de vida e de consumo cada vez mais diferenciados tornando o indivíduo cada vez mais único.

Da definição de cidade proposta por Manuel Delgado interessa-nos particularmente a diferenciação que o autor faz das relações sociais do campo (ou rural) com as cidades:

“A cidade é uma composição espacial definida pela alta densidade populacional e pelo assentamento de um amplo conjunto de construções estáveis, uma colónia humana densa e heterogénea conformada essencialmente por estranhos entre si. A cidade neste sentido opõe-se ao campo ou ao rural, áreas onde tais características não se dão. O urbano, em mudança é outra coisa: um estilo de vida marcado pela proliferação de teias relacionais deslocalizadas e precárias.”³⁸

Na cidade as pessoas são “*estranhas entre si*” e as relações no “*urbano em mudança*” são “*deslocalizadas e precárias*”.

Já François Ascher propõe-nos uma visão diferente das novas relações entre os interesses individuais e colectivos:

“O social não se dissolveu, os laços sociais não se ‘romperam’. O social ‘funciona’. Mas as ligações mudam de natureza e de suporte.”³⁹

Os laços sociais actuais, embora sejam mais fracos e menos estáveis, são também mais numerosos e mais variados. Esses laços pertencem a múltiplas redes sociais, correspondendo cada uma a um campo social distinto, que

³⁸ Manuel Delgado, *El animal público*. Barcelona, Anagrama 1999 cit in Jorge Benavides Solís, *Diccionario Urbano Conceptual y Transdisciplinar*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2009

³⁹ François – *Novos Princípios do Urbanismo seguido de Novos Compromissos Urbanos. Um Léxico*. Lisboa: Livros Horizonte, 2010.

normalmente não se sobrepõe, onde o indivíduo é o elemento comum, mas interagindo em cada um de forma diferenciada. Esta é a definição de ‘sociedade hipertexto’ proposta por Ascher.

As “peças” e “produtos” referidos anteriormente por Jordi Borja demonstram a intensificação da individualização na arquitectura e no urbanismo através da substituição do projecto colectivo por uma cultura de individualidade (CAVACO, 2006). Estamos, na realidade, a fazer desurbanismo ao admitirmos que um edifício pode ser a totalidade e finalidade do urbanismo. Estamos a desrespeitar a concepção de paisagem urbana, cujos conjuntos de edifícios e relação dos espaços entre eles, à escala da cidade, formam o ambiente urbano (CULLEN, 2008).

- **Diferenciação Social**

É talvez das três dinâmicas a mais complexa. A aceleração do ‘individualismo’, do ‘espaço’ e do ‘tempo’ proposta por Augé como ‘excesso’, altera os modos de vida e os valores aumentando a diversidade. Associado a esse aumento de diversidade a globalização⁴⁰ é a junção perfeita para promover o reforço da diferenciação social, territorial e cultural.

Torna-se portanto inevitável falar em **mobilidade social** enquanto consequência directa da diferenciação. À semelhança do que já foi referido acima, os laços sociais modificaram-se muito. Um carácter mais significativo dos meios de comunicação, de informação e de deslocação tem influência na forma como nos relacionamos actualmente com os outros (mais individualista e diferenciada em relação ao passado, mas também muito mais complexa), mas também na modificação de trajectórias e práticas quotidianas menos ligadas às origens sociais que se traduz na perda do contacto com o meio dos pais, procurando uma socialização mais alargada.

⁴⁰ A globalização já não consiste apenas no movimento de homens, capitais, matérias primas e mercadorias mas também pela organização de processos de produção à escala internacional e por uma mobilidade generalizada. (ASCHER, 2010)

Esta socialização mais alargada consegue-se através da **mobilidade física** das pessoas e da informação. É através dos contactos e das trocas feitas de forma regular e/ou esporádica, independentemente da distância, que se constroem e apoiam as diferenças ou afinidades entre os indivíduos e grupos sociais.

Estas três dinâmicas (racionalização, individualização e diferenciação), embora sempre presentes em todas as fases da 'modernização', têm tendência a gerar uma sociedade cada vez mais complexa, e conseqüentemente, a construção dessa sociedade mais complexa faz com que estas dinâmicas evoluam e introduzam novos *handicaps*. É claramente uma relação de reciprocidade.

Associado ao processo de modernização fala-se de um outro conceito: o da transmodernidade que surge como tentando ser o elemento reformador, com uma perspectiva de reconversão e de restabelecimento de valores naquilo que Marc Augé considera ser o fundamento da sobremodernidade: a intensificação dos regimes espaço e tempo.

"A transmodernidade não se opõe à sobremodernidade mas, partindo daí, funda-se na pretensão de reencontrar esquemas que possam repensar, na contemporaneidade, as categorias de espaço e de tempo na identidade e na relação do indivíduo com os outros e como mundo." (AUGÉ, 1992)

É portanto um novo conceito que tenta estabelecer valores e construir novos modelos de desenvolvimento ajustados a uma nova sociedade.

No entanto, à semelhança do que à frente irá ser discutido acerca do conceito 'vazio urbano', também a escolha do conceito mais adequado para caracterizar a complexidade do território contemporâneo não é consensual.

Existem um conjunto de autores que apelidam esta 'nova' cidade, fruto da então terceira revolução urbana, de diferentes formas: "*cidade difusa*" (Indovina), "*cidade genérica*" (Koolhaas), "*cidade global*" (Sassen), "*metapolis*" (Ascher), "*cidade de bites*"

(Mitchell), “cidade em rede” (Dematteis) e “paisagem urbanizada – Zwischenstadt” (Sieverts)⁴¹.

Para cada um dos casos, os autores analisam o conceito de cidade na contemporaneidade e propõe modelos conceptuais para aquilo que entendem ser os elementos reguladores da cidade actual.

O elemento comum em todos estes pensamentos é o de que a cidade contemporânea é constituída por espaços fragmentados, sejam eles de carácter urbanístico, social ou cultural, cujo aparecimento se deve à natural evolução da sociedade que tem influência nos comportamentos sociais, às estratégias imobiliárias implementadas em território urbano e às políticas públicas urbanas adoptadas na cidade actual.

“A cidade fragmentada tem tendência a ser uma cidade fisicamente do desperdício, socialmente segregada, economicamente pouco produtiva, culturalmente miserável e politicamente ingovernável. É a negação da cidade que na prática nega o potencial das liberdades urbanas, a promessa de justiça e os valores democráticos”⁴²

A cidade ‘actual’⁴³ é o fruto da industrialização, da segregação de funções e do automóvel, é a cidade que cresce a um ritmo exorbitante onde se torna difícil criar um sistema de relações coerentes entre os seus espaços, não formando um todo estruturado onde se misturam e confundem funções, mas sim uma soma de espaços individualizados (TÁVORA, 2006).

Pelo contrário, a cidade ‘antiga’ é apontada por alguns autores como a cidade onde as pessoas interagem, onde os espaços provocam estímulos. São cidades ricas em experiências (GEHL, 2006). O factor chave dessas cidades e conseqüentemente dos seus espaços públicos, são as pessoas na rua, porque segundo Gehl “as pessoas

⁴¹ Cristina Cavaco – “Reflexões sobre o Planeamento de Pormenor e a ‘Boa Forma da Cidade’”. *Ordem dos Arquitectos, Encontro Cidade para o Cidadão. O Planeamento de Pormenor em Questão*, 2006

⁴² Jordi Borja, Zaida Muxi, *El Espacio Público: Ciudad y Ciudadanía*. Barcelona: Electa, 2003.

⁴³ Embora alguns autores refiram que esta cidade é a cidade industrial, da 2ª fase da ‘modernização’ e que actualmente a cidade contemporânea já não corresponde a essa descrição, é uma descrição da cidade do passado, é certo que, em muitas outras cidades esta ainda é a realidade actual, a ‘cidade contemporânea’. Este carácter de actualidade varia conforme o avanço ou atraso económico, político, social e/ou cultural da cidade em questão. No entanto, mesmo que em alguns casos já não seja a cidade actual, é pelo menos a cidade do passado que prevalece no presente e com o qual o novo urbanismo também tem de trabalhar.

sentem-se atraídas pelas pessoas". O problema das cidades fragmentadas, influenciadas pelo funcionalismo, é o desaparecimento da rua e da praça para dar lugar aos edifícios ícones, grandes 'superfícies' congregadoras de actividades centrais ligadas entre si por vias rápidas ou auto-estradas.

Tentando estabelecer ilações entre as leituras que vimos registando, a cidade do futuro deve olhar para as cidades do passado, compreender os seus mecanismos de sucesso e os seus erros e fracassos, isto porque no urbanismo de hoje constroem-se cidades dentro de cidades já existentes.

*"Fazer cidade hoje é em primeiro lugar fazer cidade sobre a cidade, fazer centros sobre os centros, criar novas centralidades e eixos articuladores que dêem a continuidade física e simbólica, estabelecendo bons compromissos entre o tecido histórico e o novo, favorecendo a mistura social e funcional em todas as áreas"*⁴⁴

É evidente que é importante ler a sociedade actual profundamente complexa, composta por indivíduos com múltiplas práticas e vontades, o que se traduz numa cidade bastante heterogénea e que coloca problemas ao urbanismo muito diferentes do passado e com contextos incertos. No entanto, é importante reflectir sobre a cidade já existente e aproveitar alguns mecanismos do passado para prever e controlar cenários imprevistos e evitar a repetição de soluções pouco eficazes para a contínua construção da cidade.

É importante ressaltar que o novo-urbanismo deve trabalhar com esta diversidade e heterogeneidade social que se materializa nos espaços urbanos das cidades contemporâneas.

Embora seja importante olhar para o passado, as soluções não estão no regresso às formas urbanas antigas, mais precisamente, na aposta da continuidade do edificado e na densidade, mas exactamente no contrário, na percepção de que o *"urbano extenso e descontínuo faz parte da cidade do século XXI"* e de que *"o urbanismo não pode,*

⁴⁴ Jordi Borja, Zaida Muxi, *El Espacio Público: Ciudad y Ciudadanía*. Barcelona: Electa, 2003.

assim, ser uniforme.” (ASCHER, 2010) em grande parte devido às alterações sociais introduzidas pela velocidade das deslocações e o uso das telecomunicações.

Espaço e Tempo

O Espaço e o Tempo estão intimamente relacionados. Podemos experimentar a passagem do tempo no ambiente urbano de duas formas: através da repetição rítmica e das mudanças progressivas e irreversíveis⁴⁵.

A noção de espaço/tempo é particularmente importante na cidade contemporânea, instituindo a mobilidade como característica indispensável do espaço público (ASCHER, 2010).

a) Repetição Rítmica

Compreende a relação que os efeitos dos ciclos (dia/noite, estações do ano) têm com as actividades decorrentes do uso dos espaços urbanos, isto porque os espaços urbanos são percebidos e usados de diferentes formas, nos diferentes ciclos, por diferentes pessoas. Este tipo de compreensão é importante porque é uma maneira de percebermos como conferir maior variedade e interesse ao espaço urbano.

Como exemplo temos as praças, que normalmente estão cheias no Verão, onde as pessoas passeiam, e estão vazias no Inverno, onde a actividade é largamente reduzida independentemente da qualidade do espaço exterior (CARMONA, 2003).

São espaços cujo uso está limitado a um determinado período, que provavelmente se relaciona com um calendário. É algo que extrapola a qualidade do espaço em questão, tem a ver com a periodicidade com que ele é usado, factor importante na análise das dinâmicas de transformação do espaço urbano.

⁴⁵ Kevin Lynch, *What time is this place?* Cambridge, MIT Press, 1972 cit in Mathew Carmona [et al], *Public Places - Urban Spaces. The dimension of Urban Design*. Oxford: Architectural Press, 2003

Numa sociedade 24horas interessam-nos especialmente que os espaços sejam menos monocrónicos, isto é, de uso único, ocupados apenas em certas horas do dia e vazios noutras, e mais policrónicos, com usos mais variados rentabilizando ao máximo a sua utilização e ocupação, o que supõe maior mobilidade (CARMONA, 2003).

b) Mudanças Progressivas e Irreversíveis

Estão relacionadas com o processo de mudança, importante para a compreensão das dinâmicas de transformação dos espaços urbanos que muitas vezes originam ou antecedem o aparecimento de espaços urbanos obsoletos.

Embora os ambientes urbanos estejam em contínua mudança, uma coisa é certa: o passado é fixo e o futuro está em aberto. O factor que despoleta estas mudanças dos espaços urbanos pode ser de múltiplas origens: tecnológicas, económicas, sociais ou culturais.

Até à Revolução Industrial, durante o período que antecede a primeira fase da ‘modernização’ e mesmo durante esse período, os espaços mudavam gradualmente e a uma escala pequena, evoluindo “*organicamente*” no tempo, através de “*processos naturais*” (CARMONA, 2003). Havia um processo de estabilidade e consolidação dos espaços e da sua envolvente física devido a esse sentido de ‘continuidade geracional’.

Após a Revolução Industrial, a escala de mudança cresce exponencialmente assim como o seu processo e impacto, alterando-se radicalmente e rompendo com o que até então era o ‘passo da mudança’, nomeadamente com a possibilidade de deslocação mais dilatada e as novas interpretações daí decorrentes.

Espaço e Lugar

Falar em espaço é falar também em lugar. O conceito de espaço é diferente do de lugar. Quando falamos em espaço estamos a referimo-nos à sua dimensão física, ao que existe, enquanto que quando falamos em lugar queremos referir algo mais,

estamos perante o espaço vivenciado/vivido pelo homem, o espaço com carácter e identidade.

Segundo Kevin Lynch⁴⁶ o lugar possui uma identidade espacial e urbana baseada em imagens de referência, imagens essas que promovem a distinção entre os diferentes espaços. O conceito de lugar antropológico está na origem desta distinção entre espaço e lugar. São lugares onde existe uma relação forte entre a dimensão espacial e a dimensão social. São identitários, históricos e relacionais (AUGÉ, 2005).

O homem assume assim uma posição central no conceito de lugar diferenciando-o de espaço, uma vez que ele é o principal responsável pela sua identidade.

A transformação do 'espaço' em 'lugar' dá-se através da significação, isto é, a atribuição, pela sociedade, de significado a um espaço.

No entanto, com a sociedade actual estamos a assistir à emergência de um novo conceito – “*placelessness*” (CARMONA, 2003) – que significa que os lugares tornam-se cada vez mais homogeneizados perdendo o seu 'sentido de lugar' devido a diversas formas de massificação. Com o aumento da mobilidade pessoal as pessoas identificam-se menos com um lugar e as ligações com a 'cidade natal' são menores.

Contudo, devemos ser críticos quando fazemos este tipo de avaliações. O facto de os lugares se tornarem mais semelhantes não quer dizer que percam significados. Com a emergência de uma sociedade de informação, onde as telecomunicações contribuem para a transformação dos sistemas das mobilidades urbanas, dos bens, das informações e das pessoas e das novas estruturações espaciais, geram-se novos 'sentidos de lugar' como sejam aqueles desenhados no mundo virtual.

⁴⁶ Kevin Lynch, *A boa forma da cidade*. Lisboa: Edições 70, 2007

Segundo Ascher é importante reter que a terceira revolução urbana – a fase em que vivemos actualmente – não gera a chamada cidade virtual, imóvel e introvertida mas sim, a cidade móvel e telecomunicante.

O conceito de lugar altera-se a partir do momento em que surge a possibilidade de ‘habitar’ o espaço e o tempo de outra maneira. O espaço virtual introduz-lhe uma nova perspectiva apoiada no binómio presença/ausência⁴⁷.

⁴⁷ Ana Carolia Martínez, Construcción de la identidad en internet, Proyecto de Investigación, Barcelona cit in Jorge Benavides Solís, *Diccionario Urbano Conceptual y Transdisciplinar*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2009

2.2 NOVOS CONCEITOS

2.2.1 VAZIOS URBANOS



Figura 6

Porquê falar em ‘vazios urbanos’?

É a partir desta temática e da ambiguidade gerada em torno deste conceito que no fundo se começou a estruturar esta dissertação. Havia um interesse em perceber o que eram os ditos ‘vazios urbanos’ no trabalho da disciplina de Projecto Final. E é a partir daí que se instala a discussão.

“ Vazio urbano é uma expressão com alguma ambiguidade: até porque a terra pode não estar literalmente vazia mas encontrar-se simplesmente desvalorizada com potencialidade de reutilização para outros destinos, mais ou menos cheios... No sentido mais geral denota áreas encravadas na cidade consolidada, podendo fazer esquecer outros “vazios”, menos valorizáveis, os das periferias incompletas ou fragmentadas, cujo aproveitamento poderá ser decisivo para reurbanizar ou revitalizar essa cidade-outra.”⁴⁸

⁴⁸ Nuno Portas, “Do vazio ao cheio”. *Cadernos de Urbanismo* nº2

O conceito gera alguma ambiguidade porque afinal há ‘vazios urbanos’, que não são efectivamente vazios, ou porque há espaços que não se enquadram na categoria de ‘vazios urbanos’, nem noutra qualquer, e portanto tornou-se inevitável explorar este conceito.

Qual é então o significado de ‘vazio urbano’?

Alguns definem os ‘vazios urbanos’ como espaços preferencialmente não edificados e que estão ligados às infra-estruturas urbanas. No entanto, são espaços importantes para o equilíbrio da cidade, uma vez que incorporam funções sociais e urbanas (MORGADO, 2005)

Por outro lado, devido a processos de marginalização, degradação e decadência física, económica e social, os ‘vazios urbanos’ são vistos como resultado de fenómenos de rarefacção, indefinição ou ruptura urbana.⁴⁹

São ainda, em outras interpretações, espaços que aguardam por uma requalificação, uma vez que potenciam a memória, a identidade colectiva e o uso quotidiano na expressão da troca e do comércio, da informação e da comunicação, do debate e da manifestação. Têm um potencial de liberdade associado.⁵⁰

O termo ‘vazio urbano’ começou a desenhar-se como consequência pós-industrial das cidades. A sua definição inicial pretendia caracterizar os espaços essencialmente ligados à terciarização, que tinham ficado das zonas industriais abandonadas, assim como das ferrovias desactivadas e de edifícios abandonados.

Assim sendo, a sua condição de ‘vazio’ não tinha obviamente a ver com a ocupação, uma vez que os espaços que caracterizava tinham construções, mas sim com o seu uso. Eram espaços vazios de uso, desafectados.

⁴⁹ Organizadores da I Trienal de Arquitectura, sobre ‘vazios urbanos’.

⁵⁰ Promotores do concurso de ideias “Intervenções na Cidade”

Entretanto, o termo foi abarcando inúmeros significados diferentes, tornando-se mais abrangente e consequencialmente mais ambíguo. A questão que se coloca é se o termo original ainda tem capacidade para definir todos esses significados, ou se se trata de um 'constructo' de ideias justapostas.

Existem duas ideias generalizadas em relação aos 'vazios urbanos': a primeira é a de que, normalmente, são espaços da cidade ausentes de construção e a segunda é que se tratam de espaços desqualificados, degradados e de indefinição ou ruptura urbana, muitas vezes até suburbanos, decorrentes de um processo de marginalização da/na cidade.

Para tentar organizar as ideias e estruturar a ideia de 'vazio urbano' propomos a divisão deste em três universos conceptuais: o universo construído, o universo económico e o universo social.

1. O Universo Construído – 'Vazios Urbanos' no tecido urbano construído: é problemática mais comum e imediata. Pode ter múltiplas e variadas origens. A ausência de construção constitui-se como um vazio da/na cidade. A controvérsia prende-se com a classificação de vazio urbano apenas dos espaços degradados e não qualificados, e residuais (abordagem negativa de vazio urbano).

Levanta-se a questão - e os 'cheios inúteis', não serão também vazios urbanos na cidade? Em algumas cidades fala-se da necessidade de 'esvaziar', isto é, criar vazios na cidade que se constituam como espaços públicos da cidade. É quase como se estivéssemos a falar num 'vazio democrático', necessário à cidade, assim como as ruas, os edifícios, os espaços verdes e as pessoas.

2. O Universo Económico – 'Vazios Industriais': cidades predominantemente com um perfil terciário, industriais cuja transformação de uso leva ao aparecimento de vazios decorrente de antigas áreas ferroviárias, fábricas, portos. Neste tipo de vazios lidamos com grandes áreas de infra-estruturas e

com construção. São espaços cuja condição de vazio se relaciona com o seu uso, ou neste caso, a falta dele.

3. O Universo Social – ‘Vazios Demográficos’: áreas urbanas que eram densamente construídas, mas que com a conseqüente desocupação devido, por exemplo, à substituição do perfil populacional, levam à redução da densidade populacional e ao conseqüente aparecimento dos chamados ‘vazios demográficos’, que se traduzem no abandono e degradação das construções e do tecido urbano.

Pensamos que estes três universos traduzem, com alguma clareza, o que consegue suportar o significado destes espaços de transição.

Se, com maior abstracção nas caracterizações do ‘constructo’ nos conduza a maior ambigüidade, também verificamos que existe um ponto consensual em todas as definições:

A sua característica de espaços de transição temporal, como oportunidade para potenciar e modificar a cidade.

Quando classificamos um espaço de ‘vazio urbano’ (independentemente da questão se o estamos a classificar bem ou não) é porque vemos nele uma oportunidade de mudança, que pode implicar novo uso, nova construção, ou pelo contrário, uma qualificação como espaço de memória ou espaço verde ou espaço de nova infra-estruturação

“ É verdade que os vazios tendem a se transformar em oportunidades previsíveis embora sem prazo: foi assim com as velhas fábricas, galpões, matadouros etc; foi assim com as faixas ferroviárias ou portuárias, à medida que se implantaram novas comunicações e plataformas logísticas; é agora assim com a corrida aos terrenos militares obsoletos e a outros equipamentos públicos que foram sendo substituídos, como mercados, hospitais, penitenciárias ou antigas universidades e, também já estão a sê-las, extensas áreas periféricas de indústrias e entrepostos bem mais modernos em processo de realocização para outras regiões ou países.

Esta dinâmica de transformação dos vazios em oportunidades tem, ou melhor, pode ter, potencialidades positivas (de renovação funcional ou ambiental), mas também pode ter efeitos perversos se essas potencialidades não forem orientadas pelas autoridades como elementos estratégicos para a reestruturação do território urbano ou metropolitano.”⁵¹

Poderíamos acrescentar assim outras características, inerentes a estes espaços, como potenciadores e modificadores da cidade, independentemente do universo a que pertençam:

- **A adaptabilidade:** são elementos com uma enorme flexibilidade no que diz respeito à possibilidade de criação/satisfação de múltiplas funções.
- **A estrutura:** são elementos que possibilitam a formação de novas estruturas através de ‘redes’ de hipóteses que avaliadas em conjunto são profundamente impulsionadoras e reformadores da cidade, elementos de oportunidade para a criação e alteração do ambiente urbano e consequentemente da ‘organização colectiva’ do espaço urbano.

No contexto da viabilização de Projectos Urbanos, estes espaços podem ter:

- **Um carácter efémero, temporário ou não:** é um espaço disponível que possibilita a criação de elementos com uma função transitória ou definitiva (questão da estabilidade).
- **Um carácter contemporâneo/actual:** elemento de oportunidade de intervenção no sentido que possibilita a reinvenção das cidades e de requalificação física e social das mesmas.

⁵¹ Nuno Portas, “Do vazio ao cheio”. *Cadernos de Urbanismo* nº2

Reflexões:

Se quisermos dar maior rigor ao conceito, temos de partir da palavra 'vazio' e introduzir-lhe a conotação de 'transitório'. Vazio pressupõe a ausência de qualquer coisa. Essa 'coisa' pode-se relacionar com a ocupação ou com o uso, independentemente do seu estado de conservação, da sua dimensão ou de outras características também inerentes a estes espaços.

A questão é: então e aqueles espaços ocupados e com uso, mas que são considerados espaços subutilizados? São por exemplo espaços com uso e ocupação temporária que num determinado momento estão a responder a uma necessidade da cidade, mas que de futuro estão previstas outras utilizações (por exemplo, grandes parques de estacionamento temporário). Ou espaços que, embora actualmente ainda funcionem, do ponto de vista da sua eficiência para a cidade poderiam ser melhor aproveitados, caso essa oportunidade surgisse (por exemplo, as instalações militares que ainda funcionam).

É usual classificar todos esses espaços transitórios como 'vazios urbanos'. Vazios de quê afinal? Se se referem a uma espécie de previsão futura, então estaremos a classificá-los antecipadamente, numa categoria 'genérica'. Mas na sociedade actual, em constante mudança, com cenários de incerteza acerca do futuro dos espaços urbanos é prudente fazer este tipo de classificação? É que eventualmente o que 'prevemos' pode nunca acontecer. Teriam de ser todos os espaços classificados como 'vazios urbanos' se de si estivesse dependente uma transição para a cidade no futuro?

Se o termo original de 'vazio urbano' não tem capacidade para definir todos esses significados, será possível colocar uma hipótese: a de que é necessário um termo, que partindo duma noção abrangente de vazio urbano tenha capacidade de concentrar todos os significados que lhe são atribuídos. Falaríamos então de um 'espaço vazio' quando efectivamente há algo ausente ou vazio naquilo que se pretende classificar. E será essa 'ausência' que lhe confere o potencial de transitoriedade, para uma outra identidade.

2.2.2 TERRAIN VAGUE, SOLÁ-MORALES



Figura 7

A problemática continua.

A par do tema dos 'vazios urbanos', surgem outros conceitos que também ambicionam uma definição clara desses espaços pertencentes à cidade.

Solá-Morales encontra no termo francês *terrain vague* uma definição para esses espaços. Não o traduz, exactamente para não perder a riqueza do seu significado. Não significa 'terreno baldio', 'terras vagas', nem 'vast land'. Significa isso mesmo - *terrain vague*:

"São lugares aparentemente esquecidos onde parece predominar a memória do passado sobre o presente. São lugares obsoletos nos quais apenas certos valores residuais parecem manter-se apesar da sua completa desactivação da actividade da cidade. (...) Em definitivo, lugares estranhos ao sistema urbano, exteriores mentais no interior físico da cidade que aparecem como contra-imagem da mesma, tanto no sentido da crítica como no sentido da sua possível alternativa."⁵²

É um termo útil para designar a categoria urbana e arquitectónica com a que aproximamos aos lugares, territórios ou edificações que participam de uma dupla condição.

⁵² Ignasi de Solà-Morales, *Territórios*. Barcelona: Gustavo Gili, 2002

Ao contrário dos 'vazios urbanos', *terrain vague* define exactamente aquilo a que se propõe. E parte em vantagem, a partir do momento em que o conceito é elaborado tendo como base o seu carácter ambíguo e de múltiplos significados.

É um bom exemplo de como os seus termos, tanto *terrain* como *vague* não são nem subutilizados, nem sobrevalorizados.

Terrain

Este termo tem um carácter muito urbano (embora quando traduzido o perca). Define uma extensão de solo maior ou menor, de limites precisos ou imprecisos, edificável na cidade. Caracteriza um espaço físico com uma condição expectante que é potencialmente aproveitável e que pode estar definida.

Vague

Com um duplo sentido, *vague* de vago, impreciso, indefinido, sem limites determinados e sem horizontes futuros mas também *vague* no sentido de vazio, limpo de actividade, improdutivo e obsoleto.

A primeira definição é talvez a que mais nos interesse uma vez que representa um carácter de incerteza muito actual na cidade contemporânea. Contém em si expectativas – daí o carácter expectante destes espaços indefinidos e incertos – de liberdade (espacial e temporal) e mobilidade úteis para a eficácia produtiva da cidade. No entanto existe também a oportunidade perante a ausência de uso e de actividade que lhes atribui também um sentido de liberdade e de expectativa.

Os *terrain vague* são espaços da cidade intrinsecamente relacionados com a vida social contemporânea, da forma como se posiciona o indivíduo perante os outros. Actualmente a mudança acontece a uma velocidade muito rápida o que faz com que a relação entre o indivíduo e a cidade resulte num factor de estranheza. O homem contemporâneo desconhece o outro, desconhece-se a si mesmo, desconhece a sua própria cidade. Da mesma maneira a cidade desconhece estes espaços.

No entanto, à semelhança do conceito explorado anteriormente, estes espaços contém em si um carácter de promessa à cidade enquanto espaços disponíveis, espaços do possível. É nestes espaços que se desenha a mudança.

“Que fazer com estes enormes vazios de limites imprecisos e de vaga definição?”⁵³

A questão é que, por um lado existe uma ‘magia’ inerente a estes espaços, um entusiasmo, ou uma resposta da estranheza do indivíduo perante a sua cidade e perante ele mesmo, identificando-os como espaços de liberdade, indefinição e improdutividade ligados à experiência da memória e do passado ausente, que funcionaria como crítica em relação à sociedade e cidade actual.

A arquitectura e o desenho urbano procurando introduzir no espaço estranho os elementos necessários para a sua identidade urbana, tentam reintegrar os *terrain vague*, sejam espaços ou edifícios, na *“trama produtiva da cidade eficiente, sincopada, ocupada e eficaz”*.

Como tal, torna-se crucial encontrar uma forma eficaz em que estas ferramentas tomam atenção aos fluxos, energias e ritmos que fazem parte da cidade e destes espaços e que se modificam com a perda dos seus limites e com o passar do tempo.

Reflexões:

Interessa-nos especialmente comparar esta definição com a de ‘vazios urbanos’, uma vez que falta a esta última a riqueza que o termo *vague* oferece: a palavra ‘vazio’ só considera um dos sentidos do termo *vague*.

Uma vez que a noção de ‘vazio urbano’ ambiciona caracterizar os mesmos espaços que os *terrain vague*, seria então mais eficaz e correcta uma evolução do termo ‘vazio urbano’ para ‘vago urbano’, conseguindo dessa forma abarcar mais significados que correspondem aos espaços que pretende classificar.

⁵³Ignasi de Solà-Morales, *Territórios*. Barcelona: Gustavo Gili, 2002

2.2.3 NÃO-LUGARES, MARC AUGÉ



Figura 8

Porque falar em *Não-Lugares*?

É importante referir este conceito, em primeiro lugar, porque muitas vezes é usado o termo *não-lugar* para identificar espaços com as características dos ‘vazios urbanos’ seja por desconhecimento do significado proposto por Marc Augé (isto é, com o objectivo de atribuir ao conceitos outros (novos) significados que este autor não considerou), seja porque cria uma dualidade interessante entre o conceito de lugar e o seu ‘suposto’ oposto.

Não-lugar é um conceito proposto por Marc Augé em 1994, e como a própria palavra indica, opõem-se à ideia de lugar, mais precisamente de lugar antropológico.

Este autor define ‘lugar antropológico’ como um lugar identitário, relacional e histórico.

Identitário como o lugar onde nasce o indivíduo, onde estabelece a sua identidade individual, a relação de cada um com o lugar e consigo próprio; relacional porque têm em si referências com as quais os indivíduos se identificam e que partilham uns com os

outros, isto é a relação de cada um com os outros indivíduos que ocupam o mesmo lugar; e por fim histórico que se traduz essencialmente na relação de cada indivíduo com a história em comum.

O lugar antropológico é criador de identidade fomentando relações interpessoais. Existe num tempo e num espaço estritamente definidos, baseando-se uma relação forte entre a dimensão espacial e a dimensão social.

Como tal, à semelhança da colocação do prefixo 'não' em 'lugar', o mesmo acontece às três características que definem lugar (antropológico).

Sendo assim, não-lugar é não-identitário, não-relacional e não-histórico. São espaços efémeros e transitórios representando uma determinada época.

“Espaços onde coexistimos ou coabitamos sem vivermos juntos, onde o estatuto de consumidor ou de passageiro solitário passa por uma relação contratual com a sociedade. Estes não-lugares empíricos (e as atitudes de espírito, as relações com o mundo que suscitam) são características do estado de sobremodernidade definido por oposição à modernidade”⁵⁴

Os *não-lugares* são um conceito afluído por Marc Augé que representam os 'lugares' da actualidade, uma vez que este autor defende que os lugares – com o seu sentido antropológico – se vão perdendo e sendo substituído pelos não-lugares.

A problemática coloca-se aqui em torno das relações sociais. É do conhecimento comum que as relações actuais são muito diferentes das do passado, facto bastante desenvolvido por Ascher⁵⁵ a propósito das diferentes fases da modernização e da individualização como uma das dinâmicas sempre presente em todo o processo.

Também Augé caracteriza a sobremodernidade através do excesso de individualização⁵⁶.

⁵⁴ Definição de Marc Augé de Não-Lugares.

⁵⁵ François Ascher – *Novos Princípios do Urbanismo seguido de Novos Compromissos Urbanos. Um Léxico*. Lisboa: Livros Horizonte, 2010.

⁵⁶ Para além do excesso de indivíduo, Augé caracteriza ainda mais dois 'excessos': o do tempo e o do espaço.

No entanto, embora diferentes, existe um denominador sempre comum na evolução de lugar para *não-lugar*: em ambos são estabelecidas relações com os indivíduos que os utilizam. As sensações e percepções e consequentemente as interpretações que cada indivíduo faz do lugar/*não-lugar* continuam a ser algo muito próprio, pessoal. A relação que cada pessoa estabelece com o espaço é sempre diferente.

O que claramente os difere são, segundo este autor, as relações desenvolvidas nestes espaços. Nos lugares antropológicos as relações que se estabelecem são de proximidade e de colectividade, são lugares de relações sociais por eleição, enquanto que nos *não-lugares*, embora sejam espaços premiados por muitas pessoas (às vezes até mais do que nos ‘lugares tradicionais’), apelam à individualização social, fruto do tipo de relações sociais que actualmente se praticam.

O que se pretende dizer é que, hoje já existe uma tendência para um acentuamento da individualização que se traduz, segundo Ascher⁵⁷, na redefinição dos interesses individuais, colectivos e gerais e esses espaços são mais um elemento que reflectem e potenciam essa característica, possibilitando o que Augé refere de ‘excesso de anonimato’.

Este excesso associado a uma lógica de homogeneização do espaço público, onde tudo é standardizado e impessoal cria no espaço público actual uma característica apontada por muitos – a monotonia. Vão fazer com que a única coisa que defina o *não-lugar* sejam as imagens e informações que funcionam como resposta à ‘estranheza’⁵⁸ do homem perante o mundo, sendo elementos necessários para ele se identificar e simultaneamente para identificar estes espaços.

Como tal, se o que caracteriza o lugar antropológico é a identidade, a relação e a história, poderíamos afirmar que o *não-lugar* é caracterizado pela circulação, pelo consumo e pela comunicação.

⁵⁷ François Ascher – *Novos Princípios do Urbanismo seguido de Novos Compromissos Urbanos. Um Léxico*. Lisboa: Livros Horizonte, 2010

⁵⁸ Ignasi de Solà-Morales, *Territórios*. Barcelona: Gustavo Gili, 2002

Reflexões:

“(...) estamos especialmente ligados aos lugares mais antigos e temos frequentemente a sensação que estes apresentam uma maior urbanidade do que aqueles que a sociedade actualmente produz.”⁵⁹

Parece-nos excessiva a caracterização que este autor faz destes lugares, porque, ao contrário do que afirma, são lugares de relações sociais – relações sociais de outra natureza, com certeza, mas onde existe muita diversidade e complexidade que caracterizam esta sociedade em constante mudança. São espaços com características adaptadas à actualidade, espaços que lidam com a incerteza através do seu carácter efémero e temporário, espaços fluidos e de fluxos.

O desenho da cidade esteve sempre ligado aos comportamentos sociais de uma determinada época reflectindo-se no espaço público, nos lugares. É portanto, importante percebermos que o urbanismo de hoje tem de compreender os comportamentos da sociedade contemporânea e criar espaços públicos – lugares – adaptados a essa sociedade.

Os lugares contemporâneos são profundamente diferentes dos lugares antropológicos, pois reflectem uma sociedade mais complexa, de indivíduos com aspirações e práticas múltiplas. É com esta heterogeneidade social que se constroem os espaços públicos actuais, que se caracterizam por terem características diferentes dos lugares ‘tradicionais’, mas que não é por isso que são espaços mais pobres, vazios do ponto de vista das relações sociais que estabelecem. São apenas diferentes.

“A evolução da sociedade é animada por um processo duplo (aparentemente contraditório), que é ao mesmo tempo de individualização e de socialização. Individualização o que implica mais autonomia e que vai transformar as estruturas familiares e profissionais; socialização porque cada vez mais se inscrevem em redes sociais complexas. Os domínios da vida social dissociam-se e rearticulam-se mais individualmente (sociedade hipertexto).”⁶⁰

⁵⁹ François Ascher – *Novos Princípios do Urbanismo seguido de Novos Compromissos Urbanos. Um Léxico*. Lisboa: Livros Horizonte, 2010

⁶⁰ idem

Segundo Augé, *não-lugares* são espaços “*permeados de pessoas em trânsito*”, mas que no entanto, são espaços de ninguém, sem identidade. Nós consideramo-los espaços de todos. Serão os espaços colectivos da actualidade?

Assim, este termo tem em si um significado muito grande, mas parece que, ao mesmo tempo, o autor aborda apenas parte do que poderiam ser os *não-lugares*.

Os dois conceitos explorados anteriormente – vazios urbanos e *terrain vague* contém em si características que os opõem ao conceito de lugar - quando falamos em lugar estamos a referir-nos ao espaço vivenciado pelo homem, com carácter e identidade. Poderíamos considerar que *não-lugares* não são apenas os lugares contemporâneos do consumo, informação e circulação (definidos por Augé), mas também os espaços com as características de ‘vazios urbanos’ ou *terrain vague*, com maior indefinição, mas mais ‘disponíveis’ para uma transformação?

Notas Conclusivas

O que se pretende retirar destes três conceitos para o estudo desta dissertação é a ideia de que, potencialmente, os espaços públicos não são só aqueles que são pensados como espaços públicos, mas também todos os outros com capacidade para o serem, fruto de um potencial de relação social de carácter aberto, de ‘poder vir a ser’.

*“Porque os hospitais podem ser algo mais que hospitais, as universidades podem ser algo mais que universidades; inclusive as indústrias podem gerar parques em seu redor. Portanto, existem espaços efémeros, espaços que podem ser usados como espaço público, ainda que depois estejam destinados a outra coisa.”*⁶¹

No entanto, interessa-nos considerar na cidade também aqueles espaços que actualmente ainda têm um uso e/ou uma ocupação, mas que já entraram num processo de obsolescência – determinados aqui por espaços urbanos subutilizados – e

⁶¹ Jordi Borja - “Espaço público, condição da cidade democrática. A criação de um lugar de intercâmbio.” *Arquitextos*, 072, 2006

que consideramos que nenhum dos conceitos anteriores os estuda na sua plenitude, fazendo apenas uma referência a eles mais ou menos indirecta e abstracta, uma vez que o conceito de *vague* considera o carácter improdutivo e obsoleto dos espaços urbanos, mas tendo como base a definição de espaço vazio.

Estamos igualmente interessados nessa característica de improdutividade e obsolescência, mas agora para todos os espaços, vazios ou não, com uso ou não, ocupados ou não.

Como tal, colocamos como hipótese de estudo três tipologias de espaço urbano – desocupado, desafectado e subutilizado – tendo como base os diferentes tipos de obsolescência estudados em Carmona⁶² para justificar a sua classificação.

Os conceitos de ‘vazio urbano’ e *terrain vague* consideram as duas primeiras tipologias, deixando de parte os espaços urbanos subutilizados, que embora sejam espaços com uso e ocupação, já entraram num processo de obsolescência, atribuindo-lhes também um carácter expectante: enquanto esperam, ainda mantém um uso e ocupação que já não é a mais eficaz e eficiente para a cidade.

A avaliação desta tipologia de espaço é mais subjectiva, mas todos estes conceitos têm implícita a ideia de transformação da identidade, a qual já não se pode considerar como estática e única.

⁶² Mathew Carmona [et al], *Public Places - Urban Spaces. The dimension of Urban Design*. Oxford: Architectural Press, 2003

2.2.4 CONCEITOS BASEADOS NO TEMPO – CICLO DE VIDA.



Figura 9

Consideraremos o conceito de ‘espaços urbanos obsoletos’ como estudo para esta dissertação. Baseamo-nos no conceito de ‘ciclo de vida’ e transportamo-lo para estes espaços da cidade, focando-nos especialmente a partir do momento em que eles entram num processo de obsolescência.

Espaços Urbanos Obsoletos

Espaço urbano refere-se a todos os espaços dentro do território urbano, da cidade. Esses espaços podem ter ou não construções mas a sua classificação não depende só disso, aliás alicerça-se no grau de obsolescência desses espaços/construções na cidade actual. Como tal, os espaços urbanos obsoletos pretendem classificar espaços urbanos que já entraram num processo de obsolescência.

Importa ressaltar que muitas vezes a palavra ‘obsoleto’ ou ‘obsolescência’ é associada a um estado de deterioração do edificado muito adiantado, ou a espaços urbanos muito degradados. Efectivamente, esses espaços já estão num processo de obsolescência avançado, no entanto este processo tem vários estágios que não implicam condições de degradação limites.

A proposta para um processo de obsolescência partiu do conceito de ‘ciclo de vida’⁶³, neste caso aplicado aos espaços da cidade.

⁶³ Baseamo-nos no conceito de ciclo de vida desenvolvido por Philip Kotler a propósito do marketing de produtos.

O ciclo de vida divide-se em várias fases: concepção, definição, produção, operação e obsolescência. A cada uma dessas fases corresponde um momento:

- Introdução: concepção, definição e produção dos espaços urbanos/edifícios de forma a serem introduzidos ou reintroduzidos na cidade;
- Crescimento e Maturidade: operação dos espaços/edifícios, corresponde ao tempo em que estão em pleno uso;
- Declínio: obsolescência dos espaços urbanos/edifícios, é um momento de desaceleração onde se ponderam as estratégias de revitalização;

Um bom exemplo que traduz o ciclo de vida, neste caso de um edifício:

“Um edifício é construído, é-lhe atribuída uma função e é colocado num local para cumprir essa função. À medida que envelhece e o mundo à sua volta muda assim como os factores relacionados com a sua rentabilidade, o edifício vai se tornando cada vez mais obsoleto relativamente a novos edifícios. Eventualmente fica sem uso e é abandonado e/ou demolido e o local redeseenvolvido.”⁶⁴

Pode haver espaços/edifícios que nunca entrem em processos de obsolescência porque se actua ainda numa fase de operação (gestão estratégica).

A obsolescência pode-se traduzir pela redução da vida útil de um bem capital. Os espaços urbanos, assim como os edifícios que os integram tornam-se obsoletos devido à sua incapacidade de se adaptar às mudanças, sejam elas de ordem tecnológica, económica, sociocultural, ou física (ambiental).

Nos espaços urbanos obsoletos, o processo de obsolescência traduz-se em cinco dimensões, sendo que algumas estão mais relacionadas com os edifícios e/ou as suas funções, enquanto que outras estão mais relacionadas com os espaços urbanos em si (CARMONA, 2003):

⁶⁴ Mathew Carmona [et al], *Public Places - Urban Spaces. The dimension of Urban Design*. Oxford: Architectural Press, 2003

1. Obsolescência Física/Estrutural: é relativa tanto ao espaço urbano como ao edifício e tem como causa vários factores relacionados essencialmente com as condições ambientais e com o seu envelhecimento associado à fraca manutenção;

2. Obsolescência Funcional: quando os espaços ou edifícios não estão actualmente 'aptos' para o seu uso corrente ou quando o seu uso não é o mais adequado tendo em vista um contexto geral da cidade. Consideraremos também espaços sem uso sendo que esse seria o seu grau maior de obsolescência funcional. São essencialmente os espaços urbanos subutilizados, ou no limite, quando o uso já não se aplica, os espaços urbanos desafectados;

3. Obsolescência Locacional: está mais relacionado com o espaço do que propriamente com o edifício. Traduz-se essencialmente na sua localização fixa relativamente à mudança, seja em padrões de acessibilidade, custo de trabalhos, entre outros.

4. Obsolescência Legal: quando são introduzidas regras de funcionalidade, seja nos edifícios ou nos espaços, que estes não têm ou não conseguem ter.

5. Obsolescência de Imagem: ligados essencialmente às percepções de mudança, onde os valores se alteram e necessariamente a imagem dos espaços ou edifícios. Consideraremos ainda espaços cuja imagem afecta negativamente a paisagem e o ambiente urbano, tendo noção que este tipo de avaliação é mais subjectiva.

Neste processo existem vários graus de obsolescência (muito, médio, pouco) que são determinados pela forma como as características do espaço resistem ou não à mudança (CARMONA, 2003):

- A **elasticidade** que é a capacidade dos espaços urbanos para resistirem à mudança sem deformação excessiva, resistindo fisicamente e estruturalmente à obsolescência;
- E a **robustez** que é a capacidade dos espaços urbanos em acomodarem a mudança, isto é a sua capacidade de adaptabilidade que se traduzem em poucas mudanças na sua forma física, resistindo à obsolescência funcional. No entanto, a robustez refere-se também à capacidade do espaço se adaptar a novos significados que decorrem de valores e símbolos, tem a ver com o carácter do espaço. Um espaço com uma ‘grande personalidade’ tem capacidade para se ‘reciclar’ no que diz respeito ao significado, memórias e valores que representa.

Carmona⁶⁵ determina a **obsolescência relativa ou económica** como aquela que tem atenção aos custos das oportunidades alternativas e que está presente nas cinco dimensões definidas anteriormente. A viabilidade económica é sempre um factor a ter em conta na reactivação de um espaço na cidade. Entenda-se por reactivação a eliminação do seu estado de obsolescência.

*“Deste modo a arquitectura e o desenho urbano quando projectam o seu desejo perante um espaço vazio, um ‘terrain vague’, parece que não podem fazer outra coisa mais do que introduzir transformações radicais, mudando a alienação pela cidadania e pretendendo, a todo o custo, desfazer a magia incontaminada do obsoleto no realismo da eficácia”*⁶⁶

No entanto, estes espaços urbanos obsoletos em condição expectante, embora actualmente possa não ser reaproveitados para integrar o ‘ciclo de vida’ da cidade, são espaços em *stand by*, estão disponíveis para alterar a o seu estado no futuro. Com isto pretende-se dizer que não é por ser obsolescente ou estar num processo de obsolescência que é necessária uma solução rápida e eficaz para esses espaços e que essa solução passe, no caso de estarem vazios, pelo seu preenchimento. É sim

⁶⁵ Mathew Carmona [et al], **Public Places - Urban Spaces. The dimension of Urban Design**. Oxford: Architectural Press, 2003

⁶⁶ Ignasi de Solà-Morales, **Territórios**. Barcelona: Gustavo Gili, 2002

importante identificá-los enquanto espaços urbanos obsoletos e caracterizar o(s) tipo(s) de obsolescência(s).

Tipologias de Obsolescência

Para a compreensão do processo de obsolescência, importa definir primeiro quais as tipologias de espaços urbanos que o podem integrar.

Como tal, os espaços urbanos obsoletos podem ser classificados em três tipologias: espaços urbanos desocupados, espaços urbanos desafectados e espaços urbanos subutilizados.

a) Espaços Urbanos Desocupados: como o próprio nome indica, a classificação depende da sua ocupação, ou neste caso da falta dela. Estes espaços não têm ocupação física, isto é, edificações. São efectivamente vazios na cidade.

O facto de serem vazios não quer dizer que tenham de ser ocupados, até porque, como já vimos anteriormente existem espaços urbanos desocupados significantes, cuja ausência é o elemento-chave. Podem ser espaços que contém memórias associadas a determinadas colectividades, mesmo sem nenhum remanescente físico.

b) Espaços Urbanos Desafectados: são espaços que não têm uso actual, normalmente edificados. Estas construções estão devolutas, no sentido em que não são usadas, independentemente do seu estado de conservação. Estes espaços permanecem no tempo e no espaço e remetem para memórias através da sua presença física.

O conceito de 'vazio urbano' ou *terrain vague* comporta estas duas categorias de espaços.

c) Espaços urbanos subutilizados: são espaços que têm uma ocupação e/ou uso, mas que actualmente essa ocupação/uso é inadequada, ou esses espaços têm potencial para um uso/ocupação mais eficaz e eficiente no tecido urbano

enquanto um todo. É importante perceber que se tratam de estruturas activas, mesmo que do ponto de vista da cidade, pouco viáveis.

Esta última classificação é a mais difícil de avaliar porque entra com contextos relativamente empíricos e questionáveis. Como tal, entende-se que as dimensões de obsolescência apontadas são uma grande ajuda para estabelecer todas as classificações, mas especialmente esta.

Importa também ressaltar o carácter temporário/transitório destas classificações. Estes espaços, à semelhança dos 'vazios urbanos' ou *terrain vague* pretendem ter uma dinâmica de transformação, um carácter de transitoriedade associado e um sentido estratégico e de oportunidade para o espaço urbano no geral.

Processo de Formação, Permanência e Transformação

Os espaços urbanos, que vimos analisando, têm potencialidade enquanto elementos chave para novos projectos de requalificação e renovação urbana, uma vez que pontuam o tecido consolidado e permitem na intervenção, maiores graus de liberdade e estruturação.

É importante avaliar, antes de mais, o processo de formação dos espaços urbanos obsoletos. Este processo decorre ao longo do tempo e tem implicações físicas e simbólicas nestes espaços.

Para o fazermos, temos de responder a três questões base:

1. Quais as razões que levaram à formação destes espaços e à sua permanência no território urbano?
2. Quais as relações que estes espaços estabelecem com o tecido urbano actual?
3. Qual o seu impacto na dinâmica urbana?

Este tipo de avaliação nem sempre é fácil uma vez que estes espaços urbanos não surgem simplesmente, sendo sim resultado da ocupação do território que ocorre à sua volta. Interessa-nos responder a estas perguntas uma vez que, para a elaboração de estratégias e cenários para esses espaços, é importante a análise do seu processo de formação pois ajudam-nos a perceber de que forma determinadas soluções não servem, seja do ponto de vista físico, seja do ponto de vista simbólico.

Da observação da paisagem resultando de mutações ao longo do tempo, conseguimos reunir pistas de forma a compreender os espaços urbanos e a sua formação.

Esta análise está intrinsecamente ligada à construção desse espaço no tempo e, quando caso disso, à observação das diferentes sobreposições que ocorreram na paisagem e transformaram o espaço no que ele hoje é, e que muitas vezes contribuem para a sua condição de obsolescência.

Partindo daquela noção de tempo no espaço, que se traduz em sobreposições de paisagens urbanas ou não, Dittmar⁶⁷ elabora uma classificação que nos parece relevante para analisar os espaços urbanos obsoletos segundo a sua permanência e transformação:

- **Espaços Estáveis:** são os mesmos espaços com os mesmos significados, isto é ao longo do tempo mantém-se com a mesma matriz espacial e com o mesmo significado, no seu ciclo de vida sempre foram assim desde a sua 'criação'. O passado permanece pela força dos elementos. Paisagem permanece e não se transformou.
- **Espaços Re-Significados:** são os mesmos espaços mas com novos significados, ou seja a matriz espacial é a mesma, mas ao longo do tempo houve uma transformação no seu significado, são espaços que já tiveram mais do que um significado e isso pode-se traduzir ou não em

⁶⁷ Adriana Dittmar, *Paisagem e Morfologia de Vazios Urbanos. Análise da transformação dos espaços residuais e remanescentes urbanos ferroviários em Curitiba – Paraná*, 2006. Dissertação para a obtenção de grau de Mestre em Gestão Urbana, Universidade Católica, Paraná

indícios na paisagem (normalmente sim). Existe sobreposição. Esta condição está intrinsecamente ligada ao estado de obsolescência em que se encontra actualmente e que lhe atribui esse significado. O passado foi revestido com novos usos. Paisagem permanece e transformou-se por sobreposição de significado.

- **Espaços em Ruptura:** ruptura no espaço sem uso e sem significado. São apenas lembranças ou lugares de memória. Paisagem não permanece (pelo menos totalmente) e transformou-se por perda de significado
- **Espaços Apagados:** ruptura nos espaços com eliminação dos indícios. São espaços que através de investigação histórica estamos em condições de saber que tipo de espaços eram e que significados abarcavam, mas que actualmente a partir da observação dos mesmos não existem indícios que o indiquem. Os novos usos, não planeados, apagam os indícios dos antigos. Paisagem não permanece (de todo) e transformou-se por eliminação do significado.

Este tipo de classificação analítica decorre do estudado anterior - processos de formação - dos espaços urbanos obsoletos e permite-nos avaliar as dinâmicas de transformação inerentes a estes espaços, segundo esta tipologia e aplicá-la na elaboração de estratégias e cenários futuros.

2.3. OUTROS FACTORES TEMPORAIS DOS ESPAÇOS URBANOS OBSOLETOS

Abordaremos aqui alguns factores que são relevantes para a avaliação dos espaços urbanos obsoletos, ou de transição, correspondendo a aspectos emergentes do espaço urbano contemporâneo.

*“ (...) o direito à cidade passa pela sua acessibilidade e a mobilidade das pessoas e dos bens constitui um elemento-chave desse direito”*⁶⁸

2.3.1 ACESSIBILIDADE

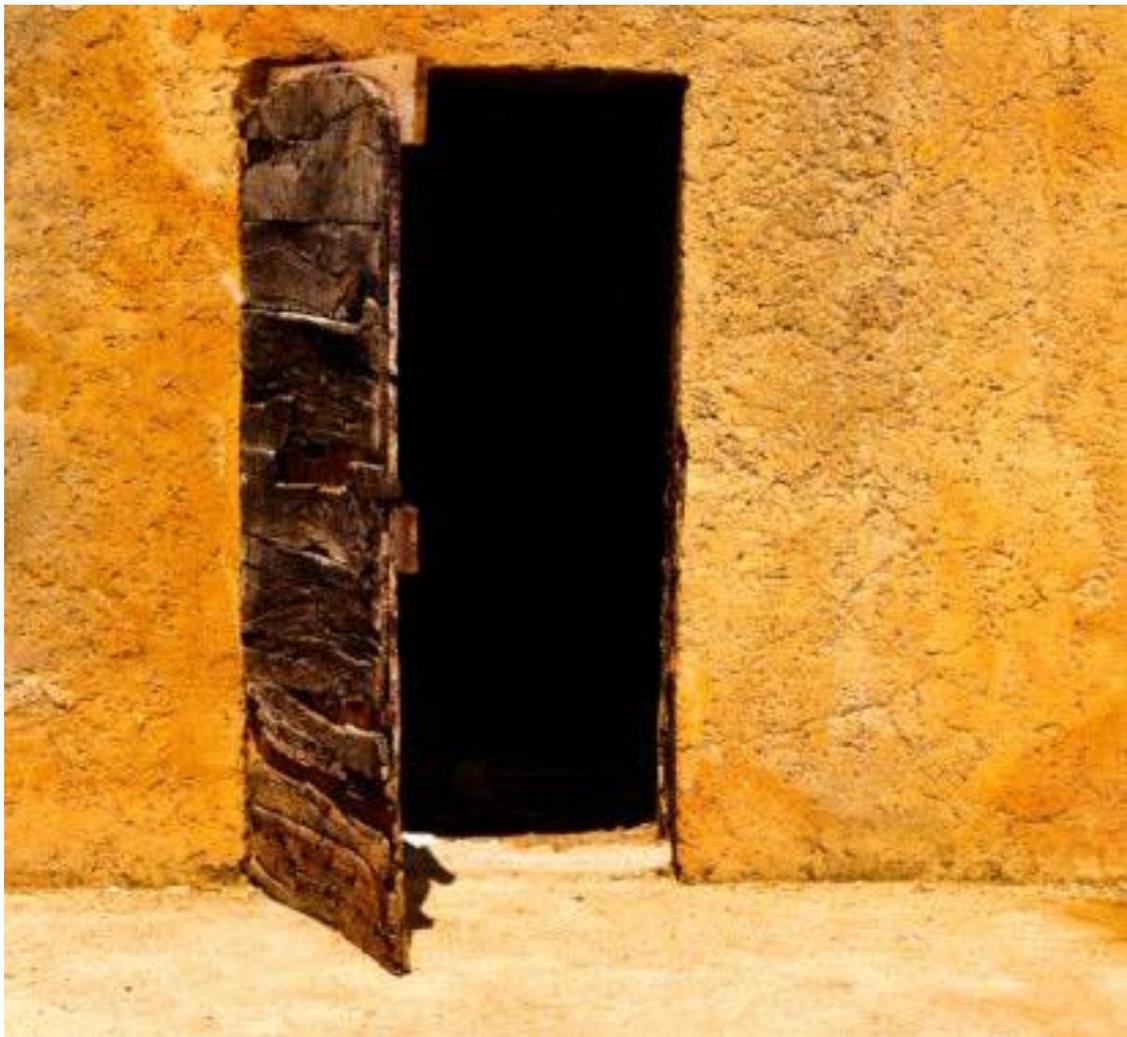


Figura 10

⁶⁸ François Ascher – *Novos Princípios do Urbanismo seguido de Novos Compromissos Urbanos. Um Léxico*. Lisboa: Livros Horizonte, 2010

Ao longo do tempo, as cidades mudam a forma como funcionam, traduzindo-se até agora numa mudança de escala, e no desaparecimento/aparecimento de novos recursos. No urbanismo contemporâneo é essencial a noção do acesso dos recursos da cidade a todos. Trata-se de um questão de direitos, o *'direito à cidade'* pois não deve existir nenhum elemento, seja de natureza material, social, económica, cultural ou jurídica que possa impedir os indivíduos do acesso à cidade e aos seus espaços.

A acessibilidade pode também ser discutida em termos de mobilidade, porque a acessibilidade a determinado lugar depende do tipo de deslocação que é necessário fazer. Sempre que a deslocação for do tipo privada (carro), o uso de determinados ambientes urbanos será menos acessível do que se a possibilidade da deslocação a esses lugares for mais variada. Como tal, fala-se em *'desenho urbano inclusivo'*, como ferramenta que concentra diferentes usos, criando lugares e instalações acessíveis no tempo.

A acessibilidade está ainda relacionada com a mobilidade através de determinados grupos sociais que dependem mais de transportes públicos e portanto têm menor acesso e mobilidade aos espaços da cidade, do que aquele que é dependente do uso de transporte individual (CARMONA,2003).

*"A todas as partes da cidade metropolitana lhe corresponde uma cota de centralidade, de monumentalidade de equipamentos e actividades atraentes, de qualidade"*⁶⁹

É a partir da noção de espaços democráticos que Borja considera que para que a cidade democrática seja real é necessário otimizar a mobilidade de todos os cidadãos e a acessibilidade a todas as áreas da cidade. E quando se refere a *'todas as áreas'* é com o objectivo de referenciar a diversidade e distribuição de centralidades e qualidades urbanas para todos sem excepção, mesmo naquelas zonas menos atractivas cujo objectivo deve ser o de lhes proporcionar personalidade e interesse tornando-as visíveis e parte integrante da cidade.

⁶⁹ Jordi Borja, Zaida Muxi, *El Espacio Público: Ciudad y Ciudadanía*. Barcelona: Electa, 2003

2.3.2 MOBILIDADE



Figura 11

Nas diferentes fases da modernização estudadas a diferenciação social, reflecte-se directamente na mobilidade, tanto social como física.

O movimento moderno marcou o urbanismo e influenciou a sociedade e a forma como as pessoas se relacionam entre si e com a cidade. A cidade moderna é a cidade do automóvel, das grandes superfícies comerciais periféricas que acentuam ainda mais o seu uso. É a cidade dos não-lugares de Marc Augé repleta de espaços do indivíduo, da informação, da publicidade e do consumo.

A cidade tradicional já não é a cidade do comércio de proximidade, dos lugares antropológicos, das pequenas distâncias – do peão – e dos espaços democráticos de debate e de encontro – do cidadão.

A generalização do automóvel e o crescimento da oferta dos transportes públicos em massa vai influenciar a forma como as cidades crescem e se organizam. A cidade do

peão (tradicional) passou a ser a cidade do automóvel (industrial e pós-industrial). A cidade morfológica passou a ser a cidade funcional (zonamentos).

“Movimentos pedestres são compatíveis com a noção da rua enquanto espaço social. Aliás, existe uma relação simbólica entre movimentos pedonais e transacções interpessoais. Como contraste, o movimento baseado no carro é circulação pura.”⁷⁰

O uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC) não substituí os transportes. Contribuem, no entanto, bastante para a transformação dos sistemas urbanos de mobilidade (bens, informações e pessoas) e novas estruturações espaciais. Podem substituir uma parte da mobilidade, mas não a totalidade. (ASCHER, 2010)

O **serviço público de mobilidade e acessibilidade urbana** é um conceito desenvolvido por Ascher que pretende reformular conceito de transporte público, uma vez que considera que esta noção (com um modo tradicional de operar) é restritiva e inadaptada às necessidades actuais.

Perante a diversificação de necessidades há uma inadaptação dos equipamentos públicos e das suas prestações. A questão da relação espaço-tempo na mobilidade física revela-se principalmente no que se refere aos transportes públicos e à sua resposta perante os cidadãos.

“Nas metápoles os cidadãos deslocam-se cada vez em mais sentidos, a qualquer hora do dia e da noite, de maneiras diferentes e variáveis consoante os dias e as estações do ano. As deslocações pendulares casa-trabalho tornaram-se minoritárias assim como os movimentos radiocêntricos”⁷¹

A necessidade de mobilidade aumenta tanto em termos de autonomia, como conforto, segurança ou velocidade (ASCHER, 2010).

Para falar em individualização, é necessariamente falar no uso do automóvel, exactamente porque, actualmente, é ainda o meio mais eficaz para responder às

⁷⁰ Mathew Carmona [et al], *Public Places - Urban Spaces. The dimension of Urban Design*. Oxford: Architectural Press, 2003

⁷¹ François Ascher – *Novos Princípios do Urbanismo seguido de Novos Compromissos Urbanos. Um Léxico*. Lisboa: Livros Horizonte, 2010

quatro necessidades enunciadas acima. Sheller and Urry⁷² referem-se ao automóvel como uma ‘fonte de liberdade’, e segurança.

O automóvel tem múltiplos valores e funções. Para além da mais óbvia, o transporte, é ainda um lugar de relações sociais, mais precisamente as familiares. Ascher⁷³ considera-o um *‘desafio societal múltiplo e rico em problemas, conflitos e contradições’*. De todas as questões⁷⁴ relacionadas com o uso do automóvel, interessam-nos particularmente a questão ideológica – uma vez que para alguns o automóvel é uma das maiores expressões do individualismo que mina a sociedade - e a questão urbanística – uma vez que as formas urbanas que actualmente existem estão intimamente ligadas ao uso do automóvel, fruto do pensamento moderno do séc.XX.

Como tal, o uso do carro, segundo Urry⁷⁵, é coagido pela necessidade de chegar aos locais, cujos usos estão, espacialmente, cada vez mais separados. O automóvel é visto como a ferramenta que torna possível recombinar os usos separados, sendo que o seu uso massivo não gera acessibilidade massiva, bem pelo contrário.

A intermodalidade pode ser uma resposta a esta imprevisibilidade associada à mobilidade dos indivíduos hoje em dia. É um elemento muito importante no desenvolvimento do uso de transportes nas grandes cidades e contém em si fortes dinâmicas associadas como os lugares que proporciona (novos espaços urbanos intermodais mas que também podem conjugar outro tipo de equipamentos e serviços úteis para todos os cidadãos), os produtos que reinventa (as bicicletas que se dobram para serem transportadas na mala do carro) e a organização e informação de disponibilidade e de horários que proporciona (através da criação de centrais de mobilidade que interagem com o indivíduo).

⁷² Cit. In Mathew Carmona [et al], *Public Places - Urban Spaces. The dimension of Urban Design*. Oxford: Architectural Press, 2003

⁷³ François Ascher – *Novos Princípios do Urbanismo seguido de Novos Compromissos Urbanos. Um Léxico*. Lisboa: Livros Horizonte, 2010

⁷⁴ Ascher considera 7 questões essenciais relacionadas com o automóvel e o seu uso: as questões sociais, económicas, fiscais, ambientais, ideológicas, sanitárias e urbanísticas.

⁷⁵ Cit. In Mathew Carmona [et al], *Public Places - Urban Spaces. The dimension of Urban Design*. Oxford: Architectural Press, 2003

Estas duas noções são importantes para o desenvolvimento do serviço público de mobilidade e acessibilidade urbana⁷⁶, mas também é preciso considerar o desenvolvimento de planos de deslocação urbana que tenham em conta, não só o desempenho do conjunto de sistemas de transportes (essencialmente desenvolvido pela intermodalidade e pelas centrais de mobilidade) como pela qualidade de mobilidade dos cidadãos.

⁷⁶ Conceito proposto por Ascher para substituir o conceito de 'transporte público', uma vez que hoje em dia é preciso considerar outros universos mais complexos.

2.3.3 TRANSFORMAÇÕES DE IDENTIDADE



Figura 12

Brandão define identidade urbana como fenómeno dinâmico, a partir da noção de percepção da imagem urbana:

- **Percepção da identidade** no sentido em que esta permite o reconhecimento do carácter de um lugar, através de um sentimento de pertença do indivíduo a um espaço que se numa construção de memórias por camadas produzindo as memórias individuais e colectivas.

“Individualmente a identidade é percebida pelo sentimento de pertença através de um coerência entre narrativas e experiência pessoal (individual e social) do lugar.”⁷⁷

- **Imagem urbana** uma vez que a sua apreensão se traduz na escala urbana através de um conjunto de imagens (justapostas ou retransmitidas) que nos permitem, num contexto genérico, reconhece-as e destacá-las das outras. Este conceito é bastante explorado por Lynch no que ele define como sendo a *imaginabilidade* de um lugar.

⁷⁷ Pedro Brandão- *A identidade dos lugares e a sua representação colectiva*. Lisboa: DGOTDU, 2008.

Existe um conjunto de conceitos associados à percepção dinâmica da identidade dos lugares, importantes para a sua construção (BRANDÃO, 2008):

a) A memória colectiva, à qual é normalmente atribuída a identidade espacial e na qual se constrói a memória dos lugares. Com o tempo as paisagens urbanas podem-se manter ou não, assim como os seus significados, tendo implicações na construção, sobreposição e desconstrução da memória nesses espaços urbanos.

A avaliação da memória nos espaços urbanos obsoletos levanta a questão:

- se a memória urbana desses espaços deve ser preservada, uma vez que pode ser de grande importância para o imaginário colectivo e que são os factos que ali ocorreram que tornam esses espaços irrepetíveis e lhes confere a sua identidade;

- ou se a requalificação do ambiente urbano, que se traduz na construção de uma nova identidade desses espaços e consequentemente em novas memórias, assume um papel preponderante.

b) O uso, mais precisamente a sua continuidade, a adaptação do lugar a ele e a forma como os indivíduos se ligam ao lugar e o lugar a eles, e apropriação do espaço capaz de promover o desenvolvimento social, combatendo a alienação, que se traduz no tipo de práticas induzidas e não induzidas nesses lugares.

Várias razões podem levar à desafecção e afectação a novos usos dos espaços urbanos, o que se traduz necessariamente em novos significados e em (novas) identidades urbanas diferentes.

c) O espírito de lugar, que pode estar patente em traços urbanos relacionados com a imagem, com ícones e com significados.

Com as novas sociedade alteram-se os significados dos espaços urbanos, assim como as imagens e os ícones que os representam. Nascem então novos 'espíritos de lugar' diferentes dos que existiam anteriormente.

d) A afirmação de identidade nos espaços urbanos altera-se em função dos novos significados, por exemplo os monumentos enquanto símbolos figurativos foram substituídos por publicidade urbana. Actualmente a identidade é afirmada a partir da publicidade e do consumo traduzindo-se na 'cidade espectáculo' fruto da globalização

e) A organização simbólica do espaço reconhece-se em elementos como a toponímia, a estrutura dos traçados, a arquitectura, os monumentos e os meios de comunicação. Sempre que estes valores se alterem no tempo, alteram a forma como decorre a organização simbólica do espaço, sendo que poderão surgir novos elementos não considerados actualmente, decorrentes do avanço do processo de modernização.

As transformações de identidade actuam no espaço público em várias dimensões (BRANDÃO, 2008), traduzindo-se nos espaços urbanos obsoletos como causas/origens da sua entrada num processo de obsolescência:

1. Dimensão Morfológica: que se traduz na evolução e mudança do desenho da cidade e dos seus espaços ao longo do tempo;

2. Dimensão Visual e Perceptiva: as imagens mentais dos utilizadores da cidade vão-se alterando assim como a representação do espaço devido às variações culturais e estéticas que surgem com a mudança;

3. Dimensão Vivencial e Funcional: as vivências alteram a forma como os espaços urbanos passam a funcionar fruto da mudança;

4. Dimensão Social e Cultural: os tipos de actividades que se praticam no espaço público podem ser necessárias, opcionais ou sociais. Quando se alteram os valores do colectivo, os índices de humanização da paisagem simbolizados no espaço alteram-se também.

5. Dimensão Económico-Legal: traduz-se essencialmente em três tipos: na propriedade dos espaços, nos elementos legais e nas condições de mercado. São factores que podem proporcionar a obsolescência de alguns espaços urbanos.

2.3.4 ESTRATÉGIAS DE MUDANÇA



Figura 13

Após a definição e classificação destes espaços emergentes e do conhecimento dos factores que os determinam, estamos interessados em avaliar como nos podem servir como ferramentas para elaborar cenários e estratégias de intervenção.

Essas estratégias de mudança podem apoiar-se nestes espaços urbanos obsoletos enquanto espaços com dinâmicas de revitalização urbana, seja como espaços disponíveis, seja para combater a sua obsolescência, permitindo que passem de um estado urbano obsoleto para outro que não o seja, reintroduzindo-os nas dinâmicas da cidade, tornando-se espaços mais eficientes e eficazes. A sua capacidade potencial para a alteração da paisagem e do ambiente urbano e funcionarem de forma integrada em conjunto com os restantes espaços do território urbano, terá de ser demonstrada, em cada caso.

Desenhar a mudança

“Os planos/trabalhos de desenho urbano devem ser vistos em longo-termo reduzindo o risco. Deve também ser suficientemente flexível para adaptar e envolver-se com o processo de mudança.”⁷⁸

A gestão da mudança, mais especificamente a gestão estratégica é um conceito introduzido com esta fase de modernização em que nos encontramos. Devido ao conjunto de mudanças em vários aspectos, como já foi referido anteriormente, as sociedades modificam-se e complexificam-se, assim como os espaços urbanos. É portanto fulcral que o pensamento relacionado com o projecto/plano da cidade também se modifique, em relação ao pensamento anterior, dito ‘clássico’.

“Introduzir-se na sua energia centrífuga, deveria comportar, num tempo, o desenho do espaço público e privado, da mobilidade e dos recintos especializados, do organismo global e dos indivíduos. A multiplicidade de variáveis indefinidas que entram em jogo nas mutações edificatórias deste tipo não pode ser controlada apenas com instrumentos de gestão mais ou menos eficazes.”⁷⁹

É desta forma que Solà-Morales coloca o planeamento urbano que se fez até agora. Não é mais eficaz na cidade contemporânea, sendo portanto necessário começar a ‘desenhar a mudança’. Este processo de mudança tem de se apoiar em critérios mínimos regulamentares, aumentando a flexibilidade e promovendo morfologias abertas e interactivas, assim como na interacção entre lugares e estruturas, sistemas e arquitecturas, produzida ao mesmo tempo em que se expressa a dinâmica de mutação.

A mudança desenha-se em projectos com mecanismos de auto-regulação, de interacção e de reajuste durante o processo em que se estão os estão a realizar, e na admissão das redes de transportes e vias, espaços de reserva para movimentos logísticos de mercadorias, nas áreas de protecção regulamentares, nos espaços virtuais, entre outros enquanto elementos fundamentais na vida urbana actual.

Este autor propõe-nos ainda um olhar pela relação espaço/tempo enquanto ferramenta estratégica do planeamento urbano actual – a arquitectura líquida.

⁷⁸ Mathew Carmona [et al], *Public Places - Urban Spaces. The dimension of Urban Design*. Oxford: Architectural Press, 2003

⁷⁹ Ignasi de Solà-Morales, *Territórios*. Barcelona: Gustavo Gili, 2002

Arquitectura Líquida, uma resposta?

“Precisamente porque na nossa cultura contemporânea atendemos prioritariamente à mudança, à transformação e aos processos que o tempo estabelece, modificando através dele o modo de ser das coisas, já não podemos pensar em recintos firmes, estabelecidos por materiais duradouros senão em formas fluidas, mutáveis, capazes de incorporar, de fazer fisicamente corpo, não com o estável, mas sim com a mudança, não procurando uma definição fixa e permanente de um espaço, mas sim dando forma física ao tempo, a uma experiência de durabilidade na mudança que é completamente distinta do desafiado tempo que caracterizou o modo de operar clássico (...) O espaço percebe-se no tempo e o tempo é a forma da experiência espacial.”⁸⁰

Esta proposta de Solá-Morales para um olhar no desenho e planeamento urbano para o tempo mais do que para o espaço, traduz-se segundo o autor na preferência por uma arquitectura líquida em vez de uma sólida, ou pelo menos nas arquitecturas a meio caminho entre espaço e tempo.

Como tal esta arquitectura desenha-se durável, aproveitando a multiplicidade da experiência espacial e temporal, convertendo os espaços fixos em dilatações permanentes e os tempos que antes eram cronometrados em fluxos, *“não fixando objectos, nem delimitando espaços, nem detendo tempos”*.

“Esta reivindicação da intuição e da multiplicidade significa que hoje podemos pensar na arquitectura desde categorias não fixas mas mutáveis e múltiplas, capazes de reunir num mesmo plano experiências diversas que nada tem de excludentes nem de hierárquicas.”⁸¹

É útil olharmos para a arquitectura ‘líquida’, um conceito baseado em Zygmunt Bauman, como um sistema de acontecimentos que se traduzem num pensamento estratégico, no qual estão presentes em simultâneo espaço e tempo enquanto categorias abertas, múltiplas e não redutivas enquanto forças criativas (SOLÀ-MORALES, 2002). Uma arquitectura líquida tem o seu desenho potenciado de início, nos espaços urbanos obsoletos, ‘vazios urbanos’ e *terrain vague* enquanto lugares do possível.

⁸⁰ Ignasi de Solà-Morales, *Territórios*. Barcelona: Gustavo Gili, 2002

⁸¹ idem

Princípios para um Novo Urbanismo

Ascher propõe-nos um olhar pelo que ele considera ser o novo urbanismo, com uma atitude mais reflexiva e um futuro incerto, articulando o *“longo e curto prazo através de múltiplos avanços e recuos, a grande e pequena escala, os interesses mais gerais e os interesses mais particulares.”*⁸²

Uma avaliação que se apoia no *feedback* para redefinição dos elementos estratégicos, elaborando e testando hipóteses através de realizações parciais do projecto, que o modificam e se traduzem em procedimentos de precaução e de durabilidade apoiando-se na sua gestão estratégica de maneira a integrar a dificuldade para reduzir as incertezas.

Os princípios do novo urbanismo, que desenham a mudança e se apoiam nas novas relações espaço-temporais propostas pelo conceito de arquitectura líquida, numa política de gestão estratégica, têm como elementos fundamentais, segundo François Ascher:

1. Um Urbanismo de Dispositivos: existe uma evolução da noção de projecto aplicado ao urbanismo, uma vez que estes dispositivos, mais do que planos, se tornam um instrumento de análise e negociação.

2. Um Urbanismo Reflexivo: tem como base o conceito de reflexividade, ou seja, a reflexão que procede do conhecimento e informação antes, durante e depois da elaboração, desenvolvimento e execução do projecto, examinando as escolhas e reexaminando-as em função do que começam a produzir. *“O conhecimento já não está separado da acção, está na própria acção”*

3. Um Urbanismo de Precaução: dá lugar às controvérsias procurando os meios para ter em consideração as externalidades e exigências do desenvolvimento

⁸² François Ascher – *Novos Princípios do Urbanismo seguido de Novos Compromissos Urbanos. Um Léxico*. Lisboa: Livros Horizonte, 2010

sustentável. Formula hipóteses de risco como uma estratégia preventiva em situações de incerteza.

4. Um Urbanismo Concorrente: é performancial, ou seja, está relacionado com o desempenho e o resultado otimizado que os espaços e a cidade podem obter, para diferentes actores com lógicas diferentes.

5. Um Urbanismo Reactivo e Flexível: está em sintonia com as dinâmicas da sociedade e integra o conceito de flexibilidade, ou seja a sua adaptação a um contexto mais variado e a circunstâncias menos previsíveis. Pressupõe dois conceitos: o de democracia participativa e o de democracia representativa.

6. Um Urbanismo Multivariado: através de novos modelos de desempenho de produtividade e gestão que privilegia o esforço de conjugação de territórios e situações complexas. É composto por elementos híbridos, de soluções múltiplas e de redundâncias, capazes de enfrentar as evoluções, as disfunções e as crises.

7. Um Urbanismo Estilisticamente Aberto: deixa em aberto o lugar para escolhas formais e estéticas através de um desempenho urbano emancipado de ideologias urbanísticas e político-culturais.

8. Um Urbanismo Multissensorial: tendo em consideração as dimensões multissensoriais do espaço, como seja a visão, o som, o cheiro e tacto, criando ambientes mais confortáveis, diversos e atractivos para todos em geral, e para pessoas com deficiências sensoriais e motoras, em particular.

Em síntese, os princípios para um novo urbanismo sugeridos por Ascher, propõem desenhar a mudança apoiando-se em dispositivos de gestão estratégica que trabalham com o risco, através de medidas de precaução, e exploram um conjunto de novos conceitos que o caracterizam como um urbanismo reflexivo, performancial, flexível,

multivariado e multissensorial, sendo estilisticamente aberto e integrando a cidade do passado nas novas cidades mais diversificadas.

CAPITULO 3 – CASO PRÁTICO

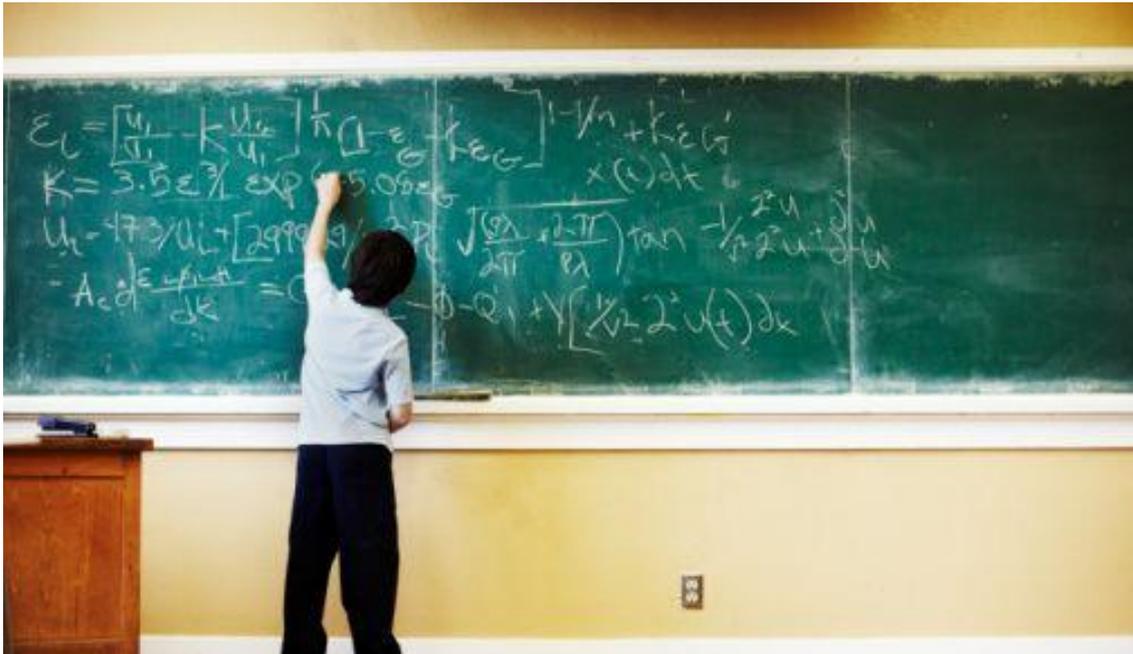


Figura 14

3.1. DEFINIÇÃO DA ÁREA EM ESTUDO

3.1.1 - Delimitação Temática e Física

O caso prático que estudámos tem como objectivo analisar os espaços urbanos obsoletos da área proposta no programa da disciplina de Projecto Final em Arquitectura.

As diferentes tipologias, já analisadas anteriormente, são aqui postas em prática e entendidas no território como exemplo do que se pretende avaliar.

No entanto é importante referir que este tema não pode, nem deve, ser visto em exclusividade, sendo importante analisar outros elementos estruturantes da cidade e que, directa e indirectamente contribuem para a morfologia, social e urbana, do território em estudo.

Sendo assim, o tema em análise para o caso prático são os espaços urbanos obsoletos, com a seguinte classificação, já definida anteriormente:

- **Espaços Urbanos Desocupados;**
- **Espaços Urbanos Desafectados;**
- **Espaços Urbanos Subutilizados;**

Assim como as diferentes componentes do processo de obsolescência, processos de formação e morfologias associadas a estes espaços.

Os factores da escolha e delimitação da área de estudo prendem-se com a ideia para o projecto da via a meia encosta, cuja primeira referência surge entre 1948 e 1977, com o planeamento tendo em vista o aumento do tráfego automóvel na zona da Ajuda.

Esta área encontra-se identificada como Unidade Operativa de Gestão e Planeamento, da revisão do PDM actual, como 'Encosta Ocidental'.



Figura 15

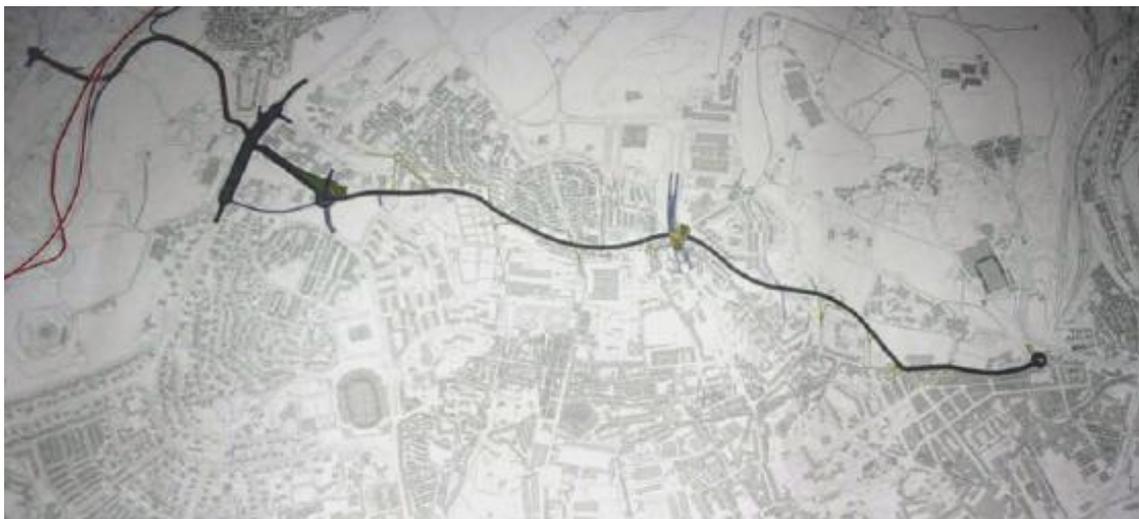


Figura 16

A delimitação física concretiza os limites físicos da área em estudo. Foi útil separar a zona em diferentes paisagens urbanas, uma vez que cada uma delas é caracterizada por ambientes urbanos bastante distintos. São paisagens de estudo:

1. Zona das Torres do Restelo;
2. Zona do Cemitério da Ajuda;
3. Zona do Palácio da Ajuda;
4. Zona do Pólo Universitário da Ajuda;
5. Zona do Rio Seco;

3.1.2 Contexto/Evolução Histórica



Figura 17

Para compreender melhor a formação dos diferentes tecidos urbanos e tentar enquadrar alguns problemas de índole teórica é necessário compreender e analisar a evolução histórica da área em estudo, através do levantamento cronológico das transformações mais marcantes neste território ao longo dos tempos.

Cronologia

Até 1755 – Zona da Ajuda despovoada, zona de quintas, formada por grandes lotes de pomares, oliveiras, vinhas e extensos campos de trigo. O povo situava-se essencialmente junto ao rio (SANTANA, 1994)

As gravuras e cartografia até ao século XVII, nomeadamente aquelas elaboradas pelo Eng. Augusto Vieira da Silva não retratam esta zona da cidade. O final é em Alcântara. Era uma zona de entrada da cidade e era importante estar protegida. D. João V compra então 3 quintas: 1726 – Quinta de Baixo com o Palácio de Belém; 1727 a quinta contigua a anterior que terminava na margem do rio; 1726 a Quinta do meio onde se encontra actualmente a igreja da memória e a quinta de cima ou do alto da Ajuda.

Constrói o primeiro lanço que viria a ser a Calçada da Ajuda (1760), e *“constrói ou reconstrói um novo aquartelamento no local onde está hoje instalado o quartel da GNR, em plataforma, altaneira, controladora das entradas e saídas da ‘capital’.* Começa então a surgir uma ocupação dos terrenos devolutos envolventes à Calçada.”⁸³

1755 – Terramoto. Arrasa por completo a baixa da cidade. No entanto esta zona não sofre grandes consequências o que faz com que a corte venha viver para a Ajuda. Urbanização dos terrenos na envolvente da real barraca (sítio onde hoje esta o Palácio da Ajuda). Torre do Galo e Igreja Paroquial. Algumas construções a nascente do largo da torre.

Aparecimento de alguns quarteirões de habitação junto à Calçada da Ajuda, réplica do traçado pombalino – plano reticulado, malha ortogonal e perfil dos arruamentos.

Aparecimento de novos quartéis na zona, dando lugar a novas construções para albergar os militares – preenchem os vazios, em torno dos quartéis de uma forma mais ou menos regular, respeitando as preexistências e a orografia do terreno. Estes quarteirões como os arruamentos tem umas dimensões mais generosas que os anteriores (ROSA, 2006).

1762 – A Ajuda passa a pertencer ao concelho de Lisboa, deixando de ser uma localidade “suburbana”. Por esta altura era apenas um aglomerado de casas em volta da Calçada, de quintas, pedreiras, fornos de cal e moinhos.

1766 – 1787 – Pina Manique manda construir o cemitério onde eram enterrados os criados da Casa Real. Não é notório nas cartografias dessa data o cemitério, pelo que era provável que não o representassem.

1768 – O Marquês manda construir o Jardim Botânico.

1795 – Início da Construção do Palácio da Ajuda. Sofreu sucessivas paragens pelo que as obras só terminaram no final do séc. XIX. No entanto o projecto não foi completado

⁸³ Isabel Rosa, “Ajuda Evolução Histórico-Urbana”. ArtiTextos02, Setembro 2006

na sua totalidade, pelo que até aos dias de hoje, a ala poente ainda se encontra incompleta.

1919 – 1934 – Construção do Bairro Social da Boa-Hora.

1936 – 1937 – Construção do Bairro Social do Alvito, inicialmente designado por Bairro Doutor Oliveira Salazar. É da autoria do arquitecto Paulino Montez. É o primeiro bairro a ser construído no âmbito do ‘Estudo de Bairros Operários’ – casas económicas, bairros baseados na cidade jardim, que se situavam na periferia da cidade e eram caracterizados pela simetria e organização. O espaço verde era de grande importância. Eram bairros essencialmente de casas baixas, geminadas aos pares, que permanecem até aos dias de hoje.

1938 – 1940 – Construção do Bairro Social do Alto da Ajuda, do arquitecto Eugénio Correia.

1940 – Construção do Bairro do Restelo, na encosta de baixo, com casas económicas, O Plano de urbanização da Encosta da Ajuda (1938/1940) é levado a cabo por Faria da Costa. Faz parte do primeiro PDM da cidade desenvolvido por Groer.

Entretanto o bairro do Restelo sofre sucessivas expansões ao longo do tempo. Primeiro é completado o bairro inicial conforme o plano, onde hoje se situam casas de classe alta. Mais tarde, no alto do Restelo, para rematar a colina surgem as Torres do Restelo. Como forma de repensar o projecto das torres, devido à sua alta densidade para aquele lugar, Nuno Portas e Teotónio Pereira, rematam mais uma parcela de terreno vago com o projecto para o bairro da EPUL, projecto não construído na totalidade.

Actualmente, encontra-se em construção a última fase do projecto para o bairro da EPUL, no Restelo.

1944 – 1949 – Construção Bairro Social de Caselas, do arquitecto Couto Martins.

1947 – 1950 – Construção Bairro Social Caramão da Ajuda, dos arquitectos Luís Benavente e Costa Martins.

1948 – Primeiro Plano Director Municipal de Lisboa aprovado, elaborado por Groer.

1993 – Aprovação do Plano de Pormenor do Pólo Universitário da Universidade Técnica de Lisboa, Alto da Ajuda.

É a partir da construção da Calçada da Ajuda, datada logo após o terramoto que a zona de Belém/Ajuda se começa a desenvolver. Por esta altura, esta zona da cidade é vista como os “*seus subúrbios*” ou arredores conforme descrito nos mapas topográficos que representam a cidade de Lisboa neste período.

É especialmente relevante o facto de na altura serem subúrbios, pois é nessa zona que, mais tarde, surgem os bairros económicos exactamente por se tratar de zonas periféricas. Actualmente, com o forte crescimento da cidade, essas zonas já consolidadas, não são mais periferias, mas sim centros e muitos desses bairros sociais passam a ser ocupados por classes médias, médias-altas.

O facto de se tratar de parcelas de terreno, de quintas, integradas numa realidade rural, foi preponderante para a formação do território conforme o conhecemos hoje. O traçado das vias e o desenho dos núcleos urbanos surgem muitas vezes associados ao desenho e dimensão dos antigos lotes ou caminhos existentes.

Grande parte dos vazios existentes resultam de parcelas de terreno que foram sobrando e não lhes foi dado nenhum novo uso específico; noutras situações edificações muito antigas, que perderam a sua função habitacional e que agora nos apresentam uma imagem degrada com parcelas de terreno associadas; ou ainda espaços com uma utilização actual, com uma dimensão de lote considerável, devido aos cadastros existentes, mas que na leitura que fazemos hoje do território nos permite ver que são espaços subutilizados.

3.1.3 Diagnóstico

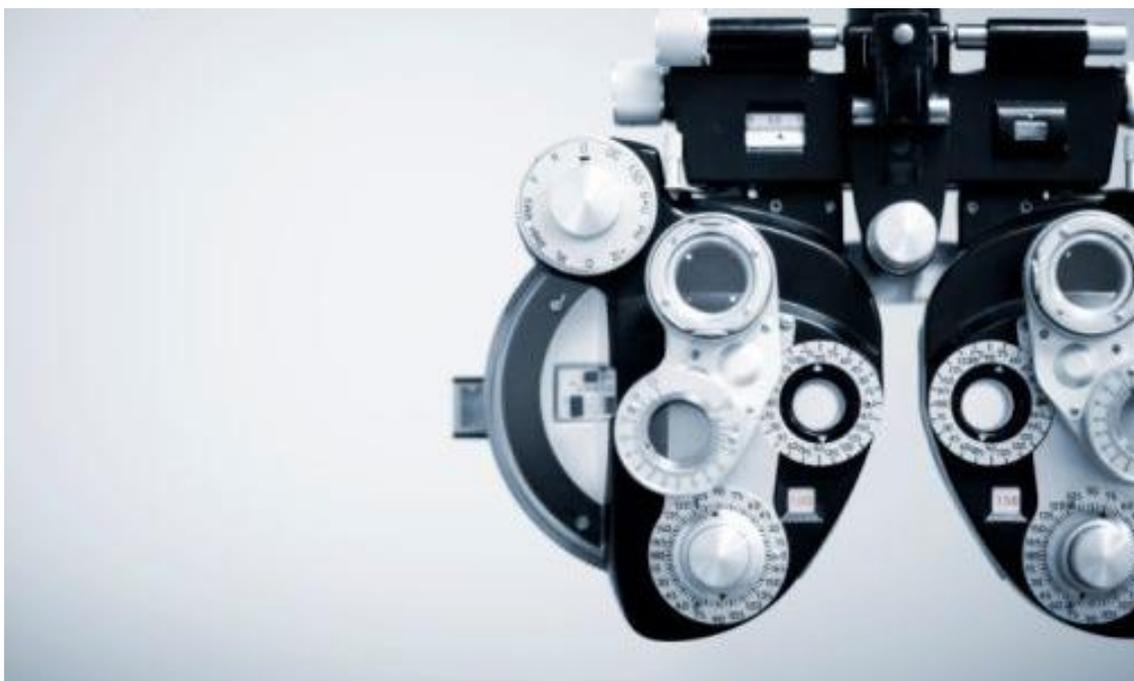


Figura 18

A caracterização do estado actual do território em estudo foi bastante desenvolvida na primeira fase do trabalho de Projecto Final, pelo que tirando partido dessa análise já desenvolvida apresentamos a síntese do diagnóstico, que nos interessa particularmente para contextualizar os espaços urbanos obsoletos em estudo. Seguem em anexo alguns mapas mais relevantes para a tradução e compreensão do diagnóstico.

a) Circulação Automóvel

Da leitura do território existente e da análise da mobilidade é perceptível a descontinuidade das vias no sentido nascente/poente, não existindo um elemento contínuo, estruturador da mobilidade assim como dos espaços públicos existentes.

Tendo sido dada maior importância à continuidade norte/sul que se traduz, primeiramente pela construção da Calçada da Ajuda e do Galvão, e depois das restantes ruas e avenidas, as suas ligações transversais são feitas por pequenas articulações, com um perfil muito pequeno, e descontínuas entre si.

b) Transportes Públicos

É uma zona com um *deficit* em transportes públicos sendo servida essencialmente por autocarros e em alguns troços por eléctrico, tornando-se uma zona com uma grande dependência do transporte individual o que aumenta as necessidades de estacionamento e conseqüentemente os níveis de tráfego e poluição. Isto decorre do facto de grande parte dos transportes públicos se concentrarem junto ao rio (tanto em quantidade como em tipologias).

Com este *deficit* dos transportes colectivos associado à falta de estrutura de espaço público e elementos de circulação contínua a mobilidade suave (circulação pedonal, corrida, bicicleta, skate, patins...) não é estimulada no território em análise.

c) Equipamentos

É uma zona com alguns elementos marcantes que adquirem papel de referência e orientação no local. Têm a qualidade de *imaginabilidade* assumindo um papel de referência no mapa mental dos utilizadores. São equipamentos estruturantes, no entanto ou estão incompletos, subaproveitados, ou 'indiferentes' em relação aos espaços envolventes e à cidade no geral.

Os de dimensão mais significativa são: o Pólo Universitário, o Palácio da Ajuda e sua envolvente, e o Parque de Monsanto.

- Pólo Universitário – é uma grande área com apenas parte do plano completado, o que faz com que existam grandes áreas de espaços desocupados. É uma zona só de equipamentos e serviços, monofuncional, e faz fronteira com o Parque de Monsanto e a Tapada da Ajuda, dois elementos fundamentais na estrutura ecológica da cidade. No entanto não estabelece relações urbanas com nenhum deles, tornando-se elementos que apenas pontuam o tecido urbano. É uma zona pobre em estruturas de espaço público e de mobilidade suave sendo que a circulação preferencial é a automóvel.

- Palácio da Ajuda – de escala imponente, é uma zona de elevada carga patrimonial mas com uma envolvente pouco qualificada. Integra um conjunto de intervenções avulsas interrompidas ou de génese provisória. Também ele uma referência no território mas que também funciona como um elemento pontual e pouco articulado com a envolvente.

- Parque de Monsanto - não estabelece continuidade com os restantes espaços verdes, com a restante estrutura ecológica presente na área. A área em estudo é relativamente rica em espaços verdes, apresentando uma certa variedade de espaços verdes com diferentes usos, no entanto estão desarticulados uns dos outros não havendo uma estrutura ecológica contínua. Também se reflecte o facto do território ser descontínuo e desarticulado do ponto de vista dos eixos de circulação o que dificulta tanto a continuidade da estrutura verde como dos espaços públicos.

d) Habitação

É uma zona que funciona por núcleos urbanos autónomos que cresceram na cidade separadamente e que não estabelecem relação entre si, fazendo deles elementos singulares que pontuam o território, em vez de serem elementos articulados trabalhando em conjunto para a coesão territorial.

É um território com densidades baixas (bairros sociais dos anos 30/40/50), altas (torres do Restelo) e médias (restante tecido urbano) sendo diversificado do ponto de vista dos estratos sociais que comporta. No entanto, os bairros de classe social mais baixa estão potencialmente ameaçados pela exclusão social, uma vez que são uniformes socialmente e não se articulam com a sua envolvente, num plano de diversidade e reciprocidade.

e) Espaços Urbanos Obsoletos

Desta descontinuidade e desarticulação territorial surgem ainda um conjunto de espaços urbanos desocupados, desafectados e subutilizados que prejudicam a coesão territorial.

Trata-se de espaços que permanecem no tempo e no espaço por diversas razões e que, ironicamente, na área em análise, apresentam uma certa continuidade territorial, ou seja, sucedem-se uns aos outros numa linha contínua no território. O facto de serem espaços de transitoriedade e com um carácter de transformação inerente torna-os especialmente importantes para a estruturação do território urbano, nomeadamente da estrutura viária, espaço público, espaços verdes, viabilizando os espaços e equipamentos já existentes no local.

3.2. METODOLOGIA PARA AVALIAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS OBSOLETOS DA ÁREA EM ESTUDO

3.2.1 Classificação das Tipologias de Espaços

Decorre do processo de análise estrutural do espaço urbano que determina e identifica os espaços urbanos obsoletos que pretendemos classificar e avaliar.

a) Espaços Urbanos Desocupados

A identificação destes espaços é a mais imediata, uma vez que lhes corresponde os espaços vazios de ocupação, ou seja os espaços efectivamente vazios, sem uso.

Admitindo que espaço positivo dinâmico são os espaços abertos correspondentes à mobilidade seja automóvel, ciclável ou pedonal (ruas) e que o espaço positivo estático corresponde aos espaços de estada e de lazer (praças e jardins), os espaços urbanos desocupados corresponderão ao espaço negativo.

Identificação dos Espaços Urbanos Desocupados na área em estudo:



Figura 19

QUADRO 1 - Quadro de identificação dos Espaços Urbanos Desocupados na área em estudo

IDENTIFICAÇÃO	PLANTA	FOTOGRAFIA	CARACTERÍSTICAS
A1			<p>Espaço vazio com uma área muito grande; Cercado por redes, não estando acessível ao público. Topografia pouco acentuada.</p>
A2			<p>Duas áreas diferentes: uma maior entre a estrutura edificada e a rua e outra, menor e intersticial, entre os edifícios. Espaço aberto, de acesso ao público. Topografia pouco acentuada.</p>
A3			<p>Espaço vazio com pequena dimensão, paralelo à rua e intersticial entre os edifícios. Espaço aberto, de acesso ao público. Topografia pouco acentuada.</p>
A4			<p>Espaço vazio de dimensão considerável. Remate do Bairro 2 de Maio. Espaço aberto, de acesso ao público funcionando como espaço de transição entre a cota mais alta e a mais baixa. Topografia pouco acentuada.</p>
A5			<p>Conjunto de espaços vazios, de maior e menor dimensão. Espaços abertos de acesso ao público. Espaços envolventes ao pólo universitário. Topografia acentuada.</p>

IDENTIFICAÇÃO	PLANTA	FOTOGRAFIA	CARACTERÍSTICAS
A6			Espaços vazios, interrompidos por uma via. Os seus limites são determinados por duas barreiras topográficas de alto declive (antigas pedreiras). Espaços abertos de acesso ao público. Topografia pouco acentuada

b) Espaços Urbanos Desafectados

Os espaços urbanos desafectados são todos aqueles que perderam o uso ao qual estavam afectados e que actualmente se encontram sem uso nenhum. Nestes espaços, no entanto, permanecem remanescentes físicos (construções, infra-estruturas, entre outros) que potenciam a sua memória.

Identificação dos Espaços Urbanos Desafectados na área em estudo:



Figura 20

QUADRO 2 - Quadro de identificação dos Espaços Urbanos Desafectados na área em estudo

IDENTIFICAÇÃO	PLANTA	FOTOGRAFIA	CARACTERÍSTICAS
B1			Conjunto de edifícios cujo uso no passado seria o de habitação, mas que actualmente só permanecem as estruturas desafectadas do seu uso original.
B2			Antiga pedreira que já não está em uso. No entanto permaneceu na paisagem a sua utilização. Já teve apropriações de génese ilegal mas actualmente permanece como um elemento natural.
B3			Espaço limite de um jardim, onde existem remanescentes de construções do passado. Espaço aberto, de acesso ao público. Topografia acentuada.

c) Espaços Urbanos Subutilizados

Espaços urbanos com uso e/ou ocupação, diferenciando-se dos anteriores por serem estruturas activas na cidade. No entanto, são espaços que embora em funcionamento já entraram num processo de obsolescência que faz com que o seu uso e/ou ocupação não seja o mais adequado, eficaz e eficiente actualmente para a cidade.

Identificação dos Espaços Urbanos Subutilizados na área em estudo:



Figura 21

QUADRO 3 - Quadro de identificação dos Espaços Urbanos Subutilizados na área em estudo

IDENTIFICAÇÃO	PLANTA	FOTOGRAFIA	CARACTERÍSTICAS
C1			A sua subutilização não decorre da falta de utilização deste espaço, mas da sua utilização meramente funcional, tendo potencial para oferecer mais à cidade. É monofuncional.
C2			Lote de terreno privado para uso da GNR. Acesso restrito. Construções militares e cavaliárias. Como espaço envolvente do Palácio da Ajuda questiona-se se o seu uso naquele local é o mais adequado.
C3			Embora o Palácio da Ajuda mantenha o seu uso e ocupação, a sua ala poente encontra-se incompleta, pelo que a subutilização decorre do facto de apenas parte do Palácio funcionar na sua plenitude.

C4			<p>Zona a norte do Palácio, lote de terreno privado de acesso restrito. Conjunto de oficinas. A sua subutilização decorre da sua localização, uma vez que o uso actual não é o mais eficaz num contexto de mudança.</p>
C5			<p>Largo da torre, a nascente do Palácio. Espaço aberto alcatroado que serve de estacionamento a uma pequena construção que funciona como oficina. A sua subutilização decorre do mau aproveitamento do espaço livre na envolvente do Palácio.</p>

3.2.2 Processo de Obsolescência

Uma vez classificados os espaços da área em estudo, interessa-nos estudar os processos de obsolescência associados às tipologias.

1. Obsolescência Física/Estrutural

Caracteriza-se pelo envelhecimento dos espaços/edifícios. Pode ser devido às condições ambientais, ou à fraca/falta de manutenção, que no limite leva ao abandono.

QUADRO 4 - Quadro de identificação dos espaços em obsolescência física/estrutural:

Tipologia	Justificação da Classificação	Grau	Curabilidade	Viabilidade Económica
ESPAÇOS DESOCUPADOS	A5, A6 – espaços abandonados, sem manutenção que se traduz pelo excesso de vegetação, de lixo, e da permanência de algumas construções de génese ilegal e de algumas ruínas das mesmas (barracões).	Elevado	É possível afectar-lhe um uso e reintegrá-lo na dinâmica da cidade.	Dependo do uso que lhe for atribuído, no entanto não é um espaço que esteja em risco de obsolescência económica.
ESPAÇOS DESAFECTADOS	B1 – Construções em mau estado de conservação devido à falta de manutenção e abandono.	Elevado	É possível afectar-lhe um uso e reintegrá-lo na dinâmica da cidade.	O edificado pode estar em risco de obsolescência económica. O valor de reactivação, neste caso a reconstrução e reabilitação podem ser elevados em relação às alternativas.

	B2 – Zona de antiga pedreira, deixada ao abandono. Do ponto de vista ambiental poderia estar melhor conservada.	Médio	É possível integrá-la na paisagem urbana enquanto elemento natural.	A reactivação do uso, enquanto pedreira não é viável tanto do ponto de vista económico como físico, político, cultural e ambiental. No entanto o espaço pode ser aproveitado como integrante da paisagem natural, sem grandes custos.
	B3 – existência de antigas construções, em ruína, que não tem manutenção sendo alvo de utilizações marginais e de actos de vandalismo. Espaço abandonado	Elevado	É possível afectar-lhe um uso e reintegrá-lo na dinâmica da cidade	Dependo do uso que lhe for atribuído, no entanto não é um espaço que esteja em risco de obsolescência económica.
ESPAÇOS SUBUTILIZADOS	C2 – Os seus limites estão em mau estado de conservação por falta de manutenção, no entanto não é um espaço abandonado.	Médio	É possível trabalhar nos limites de forma a se integrem na cidade.	É um espaço em obsolescência económica uma vez que se questiona a necessidade e viabilidade de se manter com este uso nesse lugar.
ESPAÇOS SUBUTILIZADOS	C3 – Ala poente do Palácio da Ajuda incompleta e muito degradada, incluindo vestígios de algumas construções que se acoplaram ao Palácio e que hoje em dia são ruínas.	Elevado	É possível completar o projecto, procurando novas dinâmicas na cidade.	Embora os custos de reactivação desta ala seja elevada, justifica-se uma vez que o Palácio tem uma enorme carga patrimonial e os benefícios para a cidade seriam com certeza superiores em relação aos prejuízos.

2. Obsolescência Funcional

Caracteriza-se por uma das seguintes características:

- desadequação do uso, devido aos espaços/edifícios já não se adaptarem ao uso corrente, ou devido ao uso corrente já não ser o mais adequado;
- não existir qualquer uso afectado ao espaço/edifício actualmente.

É importante perceber se os espaços/edifícios não se adaptam ao uso corrente ou a qualquer uso.

QUADRO 5 - Quadro de identificação dos espaços em obsolescência funcional:

Tipologia	Justificação da Classificação	Grau	Curabilidade	Viabilidade Económica
ESPAÇOS DESOCUPADOS	A1, A2, A3, A4, A5, A6 – Espaços vazios sem qualquer uso afectado.	Não consideramos, pois não está em processo, é um estado.	É possível afectar-lhe um uso e integrá-lo na dinâmica da cidade.	Dependo do uso que lhe for atribuído, no entanto não é um espaço que esteja em risco de obsolescência económica.
ESPAÇOS DESAFECTADOS	B1, B2, B3 – Espaços que já tiveram uso no passado e que actualmente estão desafectados. No entanto permanecem no tempo remanescentes físicos relativos a esse uso.	Elevado	É possível afectar-lhe um uso e reintegrá-lo na dinâmica da cidade.	O edificado pode estar em risco de obsolescência económica. O valor de reactivação, neste caso a reconstrução e reabilitação podem ser elevados em relação às alternativas.
ESPAÇOS SUBUTILIZADOS	C1 – Embora tenha um uso actualmente, a mantê-lo, era importante integrar outros usos. A sua subutilização decorre da sua monofuncionalidade, sendo um espaço com capacidade para mais (outros) usos.	Baixo	Afectar outros usos que não sejam apenas o de estacionamento de forma a tornar o espaço mais viável na cidade.	Não é um espaço em risco de obsolescência económica, uma vez que funciona. Está é subaproveitado.
ESPAÇOS SUBUTILIZADOS	C2, C4, C5 – O uso actual não é o mais eficaz/eficiente neste tecido urbano, existindo outros usos substitutos com maior viabilidade.	Médio	É possível afectar-lhe um novo uso e reintegrá-lo na dinâmica da cidade	Estes espaços/edifícios estão em obsolescência económica. A sua desactivação e desafecção é a etapa seguinte.
	C3 – Devido ao mau estado de conservação, a ala poente do Palácio não tem qualquer uso afectado, não estando num processo de obsolescência funcional mas sim num estado.	Não consideramos, pois não está em processo, é um estado.	É possível completar o projecto, procurando novas dinâmicas na cidade.	Embora os custos de reactivação desta ala seja elevada, justifica-se uma vez que o Palácio tem uma enorme carga patrimonial e os benefícios para a cidade seriam com certeza superiores em relação aos prejuízos.

3. Obsolescência Locacional

Caracteriza-se por aqueles espaços cuja localização não é adaptável à mudança, por razões de acessibilidade, proximidade ou outras.

QUADRO 6 - Quadro de identificação dos espaços em obsolescência locacional:

Tipologia	Justificação da Classificação	Grau	Curabilidade	Viabilidade Económica
ESPAÇOS SUBUTILIZADOS	C2, C4, C5 – a localização deste uso tem de ser repensada, uma vez que não tem capacidade de se adaptar para integrar um sistema mais eficiente da cidade.	Médio	É possível afectar-lhe um novo uso e reintegrá-lo na dinâmica da cidade	Estes espaços/edifícios estão em obsolescência económica. A sua desactivação e desafecção é a etapa seguinte.

4. Obsolescência Legal

Caracteriza-se pela introdução de regras legais às quais os espaços/edifícios actualmente não respondem. Esses espaços/edifícios podem ser adaptados para responderem às novas exigências (são espaços subutilizados/desafectados temporariamente, até adoptarem as novas medidas); ou podem não ter capacidade física e estrutural para se adaptarem, tornando-se espaços desafectados permanentemente.

No caso em estudo, não encontramos nenhum espaço que estivesse presentemente num processo de obsolescência legal, podendo nalguns casos terem sido medidas legais que fizeram com que determinados espaços/edifícios entrassem noutros processos de obsolescência, ou em processos de recuperação, ou adaptação.

5. Obsolescência de Imagem

Embora mais subjectiva, caracteriza-se pela forma como os espaços/edifícios afectam negativamente a paisagem e ambiente urbano. Traduz-se essencialmente pelo estado de conservação dos espaços, pelos usos induzidos e não induzidos e pela sua desadequação em relação à envolvente.

QUADRO 7 - Quadro de identificação dos espaços em obsolescência de imagem:

Tipologia	Justificação da Classificação	Grau	Curabilidade	Viabilidade Económica
ESPAÇOS DESOCUPADOS	A5, A6 – A não existência de manutenção afecta negativamente a imagem destes espaços, fazendo com que tenham um aspecto degradado e abandonado.	Médio	Limpeza e Manutenção.	É economicamente viável tratar da sua imagem ‘ambiental’
ESPAÇOS DESAFECTADOS	B1, B2, B3 – os remanescentes físicos do antigo uso permanecem em mau estado de conservação, muitas vezes em ruínas. A imagem que apresentam é de abandono, degradação e de vandalismo/marginalização.	Elevado	Eventualmente Reabilitação, ou consoante o uso futuro, demolição	O edificado pode estar em risco de obsolescência económica. O valor de reactivação, neste caso a reconstrução e reabilitação podem ser elevados em relação às alternativas.
ESPAÇOS SUBUTILIZADOS	C2, C4 – Afectam a imagem urbana uma vez que são espaços fechados de acesso restrito e cujos limites são demarcados por muros, muitas vezes em mau estado de conservação.	Médio	É possível afectar-lhe um novo uso e reintegrá-lo na dinâmica da cidade, modificando a imagem actual.	Estes espaços/edifícios estão em obsolescência económica. A sua desactivação e desafecção é a etapa seguinte.
	C3 – Afectam a imagem urbana essencialmente devido ao mau estado de conservação e ruína do edifício.	Elevado	É possível completar o projecto, procurando novas dinâmicas na cidade, e garantir ao Palácio e a sua envolvente uma imagem urbana qualificada.	Embora os custos de reactivação desta ala seja elevada, justifica-se uma vez que o Palácio tem uma enorme carga patrimonial e os benefícios para a cidade seriam com certeza superiores em relação aos prejuízos.

2.2.3 Processo de Formação - Análise da Permanência e Transformação

Importa compreender o processo de formação destes espaços, a sua permanência no tempo e quais as dinâmicas de transformação que existiram, de forma a que esses dados confirmem informações relevantes para acções futuras que se possam desenhar no território urbano.

QUADRO 8 - Quadro de identificação dos espaços consoante o seu processo de formação, permanência e transformação:

TIPOLOGIA	CAUSAS DE FORMAÇÃO	CAUSAS DE PERMANÊNCIA	CLASSIFICAÇÃO
ESPAÇOS DESOCUPADOS	A1, A2, A3, A4, A5, A6: - dimensão morfológica. Evolução da ocupação dos espaços, infra-estruturação e edificação. São espaços que 'sobram' na cidade.	- dimensão económica-legal: ainda não forma introduzidos no processo urbano. As razões podem-se prender com o facto de não haver uma necessidade de uso/ocupação para esse local, assim como com questões legais e de propriedade ou das condições de mercado. - dimensão socio-cultural: permanecem vazios porque não dão segurança o que faz com que os indivíduos não os usem. Não têm sentido de pertença ou de expressão estética ou comunicativa.	Espaços Estáveis: são espaços que no tempo só tiveram aquele significado, ou seja o de espaços desocupados. A paisagem permanece assim como o seu significado.
ESPAÇOS DESAFECTADOS	B1, B2, B3: - dimensão económica-legal; - dimensão vivencial-funcional São espaços que perdem o uso porque já não é economicamente viável e porque do ponto de vista funcional o seu uso está em obsolescência.	- dimensão económica-legal e dimensão vivencial-funcional: permanece pelas mesmas razões que levaram à formação destes espaços e aos seus tipos de obsolescência. Associado surge ainda a: - dimensão socio-cultural, uma vez que, embora não tenha contribuído para a sua formação, o abandono destes espaços induz à falta de segurança nos mesmos provocando a falta de sentido de pertença e a sua pouca expressão estética e comunicativa como razões para a sua permanência.	Espaços em Ruptura: São lugares de memória devido às construções e infra-estruturas que mantém, no entanto que perderam significado devido à sua desafecção.
ESPAÇOS SUBUTILIZADOS	C1, C2, C4: - dimensão morfológica: a evolução do desenho urbano na sua envolvente tem implicações nestes espaços fazendo com que se tornem subutilizados para as dinâmicas actuais existentes neste território; - dimensão económica: deixam de ser economicamente viáveis com a função que desempenham actualmente na cidade; - dimensão vivencial-funcional: novas formas de viver os espaços tornam-nos desadequados neste contexto assim como a sua funcionalidade dispensável (C2, C4) neste território.	As razões de permanência são as mesmas da sua formação. Nesta situação específica isto acontece por se tratar de estruturas activas e portanto as causas da sua formação são as mesmas que levam à sua permanência.	Espaços Estáveis: Ainda são considerados espaços estáveis pois mantêm o seu uso e ocupação iniciais. Espaços em ruptura: Entraram num processo de perda de significados.

	<p>C3, C5:</p> <ul style="list-style-type: none"> - dimensão morfológica: a evolução do desenho urbano nestes espaços e na sua envolvente levando ao aspecto que têm hoje; - dimensão vivencial-funcional: devido à necessidade de outros usos nesses espaços, como construções acopladas ao palácio ou necessidades de estacionamento no largo da Torre. 	<ul style="list-style-type: none"> - dimensão económica-legal: inúmeros planos de requalificação nunca levados a cabo. 	<p>Espaços Re-Significados: o passado permanece mas com outros usos, como é o caso do Palácio e do largo da torre.</p>
--	---	---	--

3.2.4 Estratégias e Possibilidades



Figura 22

A delimitação da área em estudo decorre de uma matéria muito discutida ao longo dos anos sobre a necessidade da execução de uma via estruturante que assegure a ligação nascente/poente neste território.

Inicialmente começou por ser uma ‘via’ a meia encosta, com um carácter estritamente viário e com o objectivo de ligar um ponto ao outro.

Entretanto, com o passar dos anos e a maturação da ideia, concluiu-se que uma via com esse carácter apenas relacionado com a mobilidade viária seria insuficiente ou inconveniente, sendo importante que, a infraestrutura que fosse executada como elemento transversal estruturante deste território, potenciase a requalificação urbana do mesmo.

Sendo esta uma área descaracterizada por intervenções avulsas, das quais resultaram os espaços urbanos obsoletos, o desenho de uma avenida integradora de sistemas de mobilidade diferenciados, pode integrar objectivos paisagísticos, criando e reforçando corredores contínuos de espaços verdes e de espaço público.

Partindo deste cenário, a avenida a meia encosta, aproveitando parte do desenho existente, permite desenvolver estratégias e possibilidades que estes espaços levantam ao longo da sua construção.

Assim, o objectivo estratégico da avenida a meia encosta pode ser valorizado e potenciado pelos espaços urbanos obsoletos assinalados anteriormente. O seu objectivo é serem espaços conjugadores que melhorem o espaço público e a acessibilidade na área em estudo.

Mapa identificativo dos espaços urbanos obsoletos e proposta da avenida a meia encosta:



Figura 23

Objectivos Estratégicos gerais para a Avenida a Meia Encosta:

1 - Criar e reforçar um corredor estruturante de transporte individual assim como de transporte colectivo, nomeadamente de baixo impacto, em sítio próprio (por exemplo light rail), promovendo também a mobilidade suave;

2 – Estruturar a continuidade dos espaços públicos tirando partido dos equipamentos estruturantes já existentes no local, nomeadamente do Palácio da Ajuda e do Pólo Universitário, e indirectamente do Parque de Monsanto;

3 – Promover a continuidade ecológica através de corredores verdes e espaços ajardinados de forma a estabelecer relações de transição com os espaços adjacentes e de criar uma estrutura contínua tirando partido da proximidade do Parque de Monsanto.

4 - Criar transversalidade no território e atribuir-lhe urbanidade e coesão, com uma linguagem integradora e paisagisticamente bem integrada.

5 - Construir conexões a partir de uma rede de mobilidade suave (caminhos pedonais, ciclovias ...) transporte público de baixo impacto (ligh rail, por exemplo) e outras formas de circulação fazendo com que as opções de mobilidade sejam aumentadas e melhoradas. O objectivo é que a dependência automóvel seja reduzida e criar vários tipos de conexões que promovam o sentido de comunidade.

6 – Promover padrões de forma urbana coerentes, que suportem vários usos, alimentando-se da energia que a avenida proporciona e animando os seus limites;

7 – Criar conexões sobre e sob a infraestrutura, não permitindo que a introdução da avenida separe o desenvolvimento urbano. Pode-se traduzir por passagens e praças bem proporcionadas animadas por comércio e serviços para promover o tráfego pedestre, fazendo parte de uma rede integrada na estrutura da cidade. Criação de nós vibrantes, vitais, escavando por baixo ou passando sobre as infra-estruturas e barreiras naturais.

8 – Reconstruir as estruturas cujo ciclo de vida terminou e que se encontram em processos de obsolescência, com vista a gerar mais atractividade, eficiência e padrões de uso do terreno coerentes.

9 – Concentrar comércio e outras amenidades públicas ao longo do eixo da avenida, assim como dos seus nós, concentrando a vida urbana e criando ambientes vividos, assim como combinando vários usos (comércio, habitação e serviços) de forma a aumentar a intensidade urbana.

10 – Estabelecer o domínio público e conectar edifícios e espaços, fazendo com que juntos redesenhem o tecido urbano existente, criando espaços urbanos identificáveis capazes de suportar a interacção social e a vida pública, não sendo apenas espaços de consumo formando uma estrutura de edifícios, espaços abertos, um conjunto de redes e de ruas consistentes e coerentes.

QUADRO 9 - Quadro de identificação das potencialidades e dos objectivos estratégicos para cada espaço urbano obsoleto:

IDENTIFICAÇÃO	CARACTERÍSTICAS/POTENCIALIDADE DOS ESPAÇOS	OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS
C1 - ESPAÇO SUBUTILIZADO USO ACTUAL: ESTACIONAMENTO	É um espaço com um uso actual já afectado, em bom estado de conservação e que já integra alguns elementos ecológicos (árvores) que reduzem o seu impacto visual. Têm uma área considerável e encontra-se elevado em relação ao terreno abaixo. Relação visual com o rio.	1- A presença de elementos de estrutura ecológica devem ser reforçados e ligados a padrões de mobilidade suave. Estacionamentos 'verdes', são bons para reduzir o impacto ambiental negativo do automóvel e aumentar a qualidade estética. 2- Combinar as estruturas de estacionamentos com outros usos e com elementos naturais da paisagem mais ecológicos.
A1 – ESPAÇO DESOCUPADO USO ACTUAL: NENHUM	É um espaço sem uso nem ocupação, livre. De grande área, adjacente à 'nova' avenida a meia encosta com capacidade para funcionar como frente urbana da avenida e da nova igreja, em construção a poente, e remate do bairro habitacional a sul. Estabelece ainda relação a poente com o parque dos moinhos que integra um conjunto de caminhos pedonais.	1- Estabelecer conexões entre a nova igreja e o parque dos moinhos através da permeabilidade do espaço, reforçando a continuidade dos caminhos pedonais e a continuidade da estrutura ecológica. 2- funcionar como frente urbana da avenida a meia encosta assim como do bairro habitacional. Intensificar a actividades ao longo do eixo da avenida concentrando comércio e/ou outras amenidades públicas. Combinar habitação, comércio e serviços de forma a aumentar a intensidade urbana.
A2 – ESPAÇO DESOCUPADO USO ACTUAL: NENHUM	Espaço sem uso, integra um lote onde já existem construções (edifícios de alta densidade). Divide-se em dois espaços: um, mais pequeno, entre os edifícios que contacta directamente com a avenida; um maior, atrás dos edifícios já existentes, paralelo à rua existente.	1- Garantir a permeabilidade norte/sul entre a avenida e o espaço atrás das construções já existentes. Deve integrar nesse sentido espaços públicos e espaços verdes que promovam a estada e a mobilidade suave. O espaço atrás deve integrar novas construções que rematem a rua existente e definam a ligação entre essa rua e a avenida através de espaço público. A definição física desses espaços pode ser alcançada, em parte pela adição de edifícios, estruturas ou recursos da paisagem, a edifícios

		existentes
B3 – ESPAÇO DESAFECTADO USO ACTUAL: NENHUM	<p>Espaço que integra o jardim dos moinhos, com valor patrimonial. Tem alguns remanescentes físicos (ruínas) em mau estado de conservação.</p> <p>É um espaço tangente à avenida e a outro espaço urbano obsoleto (A1) criando a oportunidade de funcionarem em conjunto promovendo a continuidade.</p>	<p>1 – reintegração na paisagem ecológica tornando viável a continuidade dos caminhos pedonais já existentes.</p> <p>2 – frente urbana apoiada na paisagem ecológica enquanto elemento estruturador da nova avenida.</p> <p>3 - Restaurar a função natural e o habitat de uma área previamente desenvolvida e degradada, juntamente com a combinação de outros projectos ou infra-estruturas de investimento na sua envolvente.</p> <p>4 – Promoção de áreas de recreio numa lógica global servindo a função ecológica, e fornecer aos utilizadores benefícios que encorajam a uma vida saudável e a um sentido de comunidade mais forte, e a uma melhoria visual do espaço existente.</p>
A3 – ESPAÇO DESOCUPADO USO ACTUAL: NENHUM	<p>Espaço de dimensão relativamente pequena, com um configuração espacial paralela à avenida. É o espaço que ‘sobrou’ das construções nessa área, sendo por vezes considerado espaço residual/intersticial.</p>	<p>1- Garantir a permeabilidade norte/sul entre a avenida e a rua atrás das construções já existentes e integrar as dinâmicas de mobilidade do jardim dos moinhos, a sul. Deve integrar nesse sentido espaços públicos e espaços verdes que promovam a estada e a mobilidade suave, tanto no sentido norte/sul como na continuidade da avenida a meia encosta.</p> <p>2 – Deve integrar uma paragem para o transporte público, promovendo as conexões entre o tecido existente e as novas alterações impostas pelo alargamento da rua para integração da ‘nova’ avenida.</p>
<p>C2 – ESPAÇO SUBUTILIZADO USO ACTUAL: EDIFÍCIOS E CAVALARIÇAS DA GNR</p> <p>C3 – ESPAÇO SUBUTILIZADO USO ACTUAL: PARTE INTEGRANTE DO PALÁCIO DA AJUDA</p> <p>C5 – ESPAÇO SUBUTILIZADO USO ACTUAL: ESTACIONAMENTO</p>	<p>C2: Espaço cujo uso inicial permaneceu no tempo, com uma área de terreno grande, envolvente ao Palácio da Ajuda e tangente à avenida a meia encosta.</p> <p>Uso actual em obsolescência funcional, não sendo eficaz e eficiente nas novas dinâmicas da cidade. Oportunidade de intervenção.</p> <p>Relação privilegiada com o rio – sistema de vistas e com o jardim botânico a sul.</p> <p>C3: Ala poente do Palácio da Ajuda em mau estado de conservação, com construções em ruína adjacentes à fachada.</p> <p>C5: largo da torre, faz parte da envolvente do palácio e integra os vestígios arqueológicos da ‘real barraca’.</p>	<p>1 – Espaço de conexão, garantindo a permeabilidade e criando o sistema: parque dos moinhos – ala poente do palácio – ala nascente do palácio, uma vez que se encontram assentes sobre uma plataforma (artificial) de terreno plana.</p> <p>2- Padrões de formas urbanas coerentes, que suportem vários usos e que se alimentem da energia da avenida, animando os seus limites.</p> <p>3- Concentrar estrategicamente o comércio e outras amenidades públicas ao longo do eixo da avenida, concentrando a vida urbana fundindo programas e actividades, encorajando tanto o consumo como as interações e o convívio.</p> <p>4- Combinar habitação, com comércio e serviços aumentando a intensidade urbana.</p> <p>5- Desenvolvimentos de espaços que integrem estruturas ecológicas. A presença da paisagem pode ser reforçada pela sua consolidação através de espaços legíveis e úteis e onde é possível ligá-los a padrões de mobilidade suave.</p> <p>6- De forma a promover interações da comunidade, devem ser previstas praças e espaços públicos claramente definidos, interiores e exteriores. A definição física desses espaços pode ser alcançada em parte pela adição</p>

		<p>de edifícios, estruturas ou recursos da paisagem a edifícios existentes, ou pela eliminação de outros que permanecem no local.</p> <p>7- estratégias que procurem a valorização da carga patrimonial inerente ao palácio e à sua envolvente.</p>
<p>C4 – ESPAÇO SUBUTILIZADO USO ACTUAL: OFICINAS</p> <p>A4 – ESPAÇO DESOCUPADO</p>	<p>Espaço tangente à nova avenida, que faz a transição entre o bairro social 2 de Maio e a zona envolvente do palácio.</p> <p>C4: Uso actual em obsolescência funcional, não sendo eficaz e eficiente nas novas dinâmicas da cidade. Oportunidade de intervenção</p> <p>A4: Não tem qualquer uso ou ocupação, espaço livre com uma dimensão física relativa</p>	<p>1- Funcionar como frente urbana da avenida a meia encosta assim como remate do bairro social.</p> <p>Intensificar a actividades ao longo do eixo da avenida concentrando comércio e/ou outras amenidades públicas. Combinar habitação, comércio e serviços de forma a aumentar a intensidade urbana.</p>
<p>A5 – ESPAÇO DESOCUPADO</p>	<p>Espaço constituído por um conjunto de vazios, que integram toda a zona do pólo universitário.</p> <p>Plano Pormenor do Pólo realizado parcialmente.</p> <p>Topografia irregular e acidentada.</p> <p>Estabelece uma relação de proximidade com o Parque de Monsanto, sendo uma mais valia do ponto de vista da sua integração ambiental.</p> <p>Coordenação pobre da localização dos edifícios uns em relação aos outros.</p>	<p>1 – Reforçar a acessibilidade ao pólo, do ponto de vista do transporte colectivo introduzido pela avenida a meia encosta, assim como a mobilidade suave, integrando-a nos sistemas já estudados para o Parque Monsanto.</p> <p>2 – Promover a continuidade da estrutura ecológica proveniente do rio seco e que cruza o sistema da avenida a meia encosta, e conectá-la ao sistema verde do Parque de Monsanto</p> <p>3- Sistema de continuidade de espaços públicos conectando o Palácio da Ajuda e a sua envolvente com o Pólo universitário, uma vez que são dois equipamentos estruturantes neste território.</p> <p>4 - Gerar mais atractividade, eficiência e padrões de uso de terreno coerentes combinando habitação, nomeadamente residenciais de estudantes, com comércio e serviços aumentando a intensidade urbana.</p> <p>5 - A presença da paisagem deve ser reforçada pela consolidação de espaços verdes existentes em espaços legíveis e úteis e onde é possível conectá-los a padrões de mobilidade suave</p> <p>6 - Onde os ecossistemas vitais foram comprometidos é necessário restaurar a paisagem natural.</p> <p>7 - Para promover interacções de comunidade, devem ser previstas praças e espaços públicos claramente definidos, interiores e exteriores. A definição física desses espaços pode ser alcançada em parte pela adição de edifícios, estruturas ou recursos da paisagem a edifícios existentes, ou pela sua eliminação.</p> <p>8 - Restaurar algumas parcelas de habitat natural juntamente com a combinação de outros projectos ou infra-estruturas de investimento, servindo a função ecológica e fornecendo aos seus utilizadores benefícios como o de encorajar a uma vida saudável e a um sentido de comunidade mais forte.</p> <p>9 – Construção de novas paisagens servem para remediar as ‘cicatrices’ das intervenções do</p>

		passado através do desenho de parques e outro tipo de ambientes naturais fornecendo várias melhorias ecológicas e visuais.
<p>A5 – ESPAÇO DESOCUPADO</p> <p>B2 – ESPAÇO DESAFECTADO</p>	<p>A5: Espaço sem uso e ocupação, dividido por uma rua. Os seus limites são determinados por duas barreiras físicas. Existe uma parte do espaço onde foi construído um jardim e uma zona de recreio.</p> <p>B2: Zona de antigas pedreiras, que actualmente foram desafectadas, ficando apenas o remanescente físico da utilização do terreno. Algumas construções de génese ilegal em mau estado de conservação (barracões)</p>	<p>1 – Potenciar a qualidade natural deste espaço</p> <p>2 – promover a continuidade da estrutura ecológica conectando-se ao sistema da avenida a meia encosta, do pólo universitário e Parque de Monsanto.</p> <p>3 - A presença da paisagem deve ser reforçada pela consolidação de espaços verdes existentes em espaços legíveis e úteis e onde é possível conectá-los a padrões de mobilidade suave</p> <p>4 - Onde os ecossistemas vitais foram comprometidos é necessário restaurar a paisagem natural.</p> <p>5 - Restaurar algumas parcelas de habitat natural juntamente com a combinação de outros projectos ou infra-estruturas de investimento, servindo a função ecológica e fornecendo aos seus utilizadores benefícios como o de encorajar a uma vida saudável e a um sentido de comunidade mais forte.</p> <p>6 – Construção de novas paisagens servem para remediar as ‘cicatrices’ das intervenções do passado através do desenho de parques e outro tipo de ambientes naturais fornecendo várias melhorias ecológicas e visuais.</p>

CAPÍTULO 4 - CONCLUSÕES



Figura 24

No objectivo de aplicação deste trabalho é possível sintetizar os resultados obtidos, no cruzamento do referencial teórico com o caso prático.

Começando com as conclusões no plano teórico, registamos:

1. Concluimos que o conceito de cidade se vai modificando no tempo e se traduzindo nos espaços emergentes. Como tal, o factor de mudança – tempo – acompanhou-nos ao longo desta dissertação, sendo um elemento central do estudo da formação e transformação dos espaços urbanos, com as características que definimos num plano de ‘ciclo de vida’.
2. Também o conceito de espaço público se modifica no urbano contemporâneo, partindo do princípio que este é o elemento representativo da cidade, do ponto de vista físico e simbólico.

É consensual que com o passar do tempo existe sempre um factor comum ao espaço público, que é o facto de ele ser uma ferramenta social e que portanto a

ideia associada à sua crise ou 'morte' não é fundamentada uma vez que é apenas reflexo da mudança.

3. Concluimos que o espaço público tem como características o seu carácter geral, colectivo e de espaço comum, independentemente do tempo e das mudanças associadas.

No tempo, o conjunto de mudanças é sempre responsável pela alteração da cidade e dos seus espaços públicos, num conjunto de dimensões da identidade urbana:

- Dimensão Morfológica
- Dimensão Visual e Perceptiva
- Dimensão Vivencial e Funcional
- Dimensão Social e Cultural
- Dimensão Económica e Legal

4. Concluimos que a paisagem urbana é também um meio dinâmico que engloba a conformação física da cidade e as relações que nela interagem de diversas naturezas.

As dimensões que decorrem da sua leitura – ambiental/natural e sociocultural – e que intervêm no espaço urbano (Natureza e Homem) são as que têm implicações nas suas transformações introduzindo-os em processos de obsolescência. No entanto são também esses espaços - agora obsoletos – que são os protagonistas da mudança da paisagem urbana através da sua reactivação no ciclo de vida da cidade.

5. Concluimos também que na formação de espaços urbanos obsoletos e nas transformações de identidade que isso implica, são as mudanças progressivas e irreversíveis que têm um papel preponderante. São estas mudanças que muitas vezes originam ou antecedem o aparecimento de espaços urbanos obsoletos.

6. Concluimos ainda que a utilização do conceito de 'espaço urbano obsoletos' é mais correcta do que a de 'vazios urbanos' ou *terrain vague*:
- do que 'vazios urbanos' uma vez que o termo original não tem capacidade para definir todos os significados a que se propõem e que investigámos como caso de estudo.
 - de *terrain vague*, que embora um termo mais completo e que define os espaços que pretende, deixa de parte outros espaços com um carácter de transitoriedade que nos parecem fundamentais considerar quando estamos a analisar processos de mudança no espaço urbano.

Como considerações reflexivas sobre o caso prático:

Espaços públicos são todos os espaços públicos da cidade e potencialmente todos os outros que têm capacidade para o virem a ser. Como tal, as estruturas activas na cidade, embora já em processo de obsolescência também integraram o estudo dos espaços urbanos da cidade com carácter de transitoriedade e potencial de mudança associado.

A análise do ciclo de vida dos espaços, propondo diversos tipos de obsolescência que caracteriza os espaços urbanos obsoletos foi uma ferramenta essencial na classificação destes espaços para o caso de estudo, uma vez que estávamos interessados na característica de improdutividade e obsolescência associada a esses espaços.

O objectivo no plano prático foi o de criar os instrumentos de avaliação dos espaços urbanos obsoletos e avaliar cada uma dessas componentes em detalhe.

Esta parte do trabalho foi feita apoiada, em grande parte na observação dos espaços em estudo e como tal a percepção das imagens urbanas foi elemento relevante na análise e identificação dos usos e apropriações dos espaços, assim como na sua classificação e avaliação estratégica.

Como reflexo deste estudo organizámos as tipologias de espaço urbano a analisar em:

- a) Espaço Urbano Desocupado**
- b) Espaço Urbano Desafectado**
- c) Espaço Urbano Subutilizado**

E os processos de avaliação da obsolescência em cinco dimensões:

- 1. Obsolescência Física/Estrutural**
- 2. Obsolescência Funcional**
- 3. Obsolescência Locacional**
- 4. Obsolescência Legal**
- 5. Obsolescência de Imagem**

O grau de obsolescência, a sua 'curabilidade' e a sua viabilidade económica, conforme a elasticidade e robustez destes espaços para resistirem ou não à mudança, obrigaram a ter sempre presentes três questões fundamentais para a compreensão e sistematização da metodologia de avaliação que passava essencialmente pela compreensão do seu processo de formação:

- 1. Quais as razões que levaram à formação destes espaços e à sua permanência no território urbano?**
- 2. Quais as relações que estes espaços estabeleceram com o tecido urbano actual?**
- 3. Qual o seu impacto na dinâmica urbana?**

Como tal, relacionámos estas três perguntas e sistematizámos as suas respostas em quatro categorias de espaços, segundo a sua permanência e transformação, onde mais uma vez o 'tempo' é o elemento chave das transformações da paisagem:

- a) Espaços Estáveis**
- b) Espaços Re-Significados**
- c) Espaços em Ruptura**
- d) Espaços Apagados**

Do cruzamento de dados entre as tipologias de espaços urbanos e as obsolescências que os caracterizam podemos concluir como relações estabelecidas neste caso de estudo:

1. A obsolescência física/estrutural está normalmente mais associada aos espaços desocupados e desafectados do que aos espaços subutilizados. Isto porque os espaços subutilizados tratam-se de estruturas activas na cidade, e mesmo num processo de obsolescência, ainda se encontram num estado de conservação considerável de forma a manterem o uso corrente a qual estão afectados;
2. A obsolescência funcional está normalmente associada a espaços desafectados – sendo este o seu estado limite (já não existe uso) – e aos espaços subutilizados, embora mantenham o seu uso. Os espaços desocupados, embora sem nenhum uso afectado, podem ser considerados num estado de obsolescência funcional, mas não num processo.
3. A obsolescência locacional está associada aos espaços subutilizados, uma vez que são aqueles que não tem capacidade de se adaptar às mudanças da cidade tornando-se espaços fora das dinâmicas urbanas;
4. A obsolescência legal está associada aos espaços desafectados, que perdem o seu uso quando não têm capacidade de se adaptar às ‘novas exigências’ e aos espaços subutilizados quando apenas uma parte destes fica e funcionar, até o espaço se adaptar totalmente às novas regras.
5. A obsolescência da imagem que se caracteriza essencialmente pelo mau estado de conservação que se reflecte na paisagem e ambiente urbano e decorre essencialmente da obsolescência física/estrutural.

Na elaboração de estratégias e possibilidades todos os factores analisados anteriormente são de enorme importância, pois determinam e clarificam os objectivos estratégicos onde devemos actuar.

Factores de incerteza

É importante reflectir sobre a cidade já existente e aproveitar alguns mecanismos do passado para prever e controlar cenários imprevistos e evitar a repetição de soluções pouco eficazes para a contínua construção da cidade.

É ainda importante referir que o urbanismo actual deve trabalhar com a diversidade e heterogeneidade social assim como com os factores de incerteza que se materializam nos espaços urbanos das cidades contemporâneas, e como tal pensar nestes conceitos apresentados anteriormente foi importante para estabelecer o processo evolutivo em que nos encontramos no estudo da cidade e do espaço urbano.

Porém devemos concluir tendo em conta os factores de incerteza:

Assim devemos considerar os novos conceitos do pensamento contemporâneo associado à mudança, que decorre no tempo e se reflecte nos espaços da cidade:

- o conceito de **reflexividade**, base do pensamento estratégico que assume a incerteza como um elemento de projecto que nos leva a outro novo conceito;
- o conceito de **risco**, admitindo a existência de cenários imprevisíveis;
- o conceito de **flexibilidade**, que se traduz na adaptação dos espaços ao 'novo' tempo.
- o conceito de **performancial**, que se relaciona com o desempenho e o resultado optimizado dos espaços e da cidade.

O desafio que estes factores colocam no desenho urbano traduzir-se-á numa nova forma de projectar e até de considerar as missões profissionais do arquitecto?

Esta é a pergunta com que encerramos este trabalho.

BIBLIOGRAFIA

AUGÉ, Marc - *Não-Lugares. Introdução a uma antropologia da sobremodernidade.*

Lisboa: 90ª Editora, 2005

ASCHER, François – *Metapolis. Acerca do Futuro da Cidade.* Oeiras: Celta, 1998

ASCHER, François – *Novos Princípios do Urbanismo seguido de Novos Compromissos Urbanos. Um Léxico.* Lisboa: Livros Horizonte, 2010.

BRANDÃO, Pedro - *A identidade dos lugares e a sua representação colectiva.* Lisboa: DGOTDU, 2008.

BORJA, Jordi – “Ambiente Hoy” *Ambiente e Desarrollo*, VOLXIV nº3, 1998, pp 13-22

BORJA, Jordi - “Espaço público, condição da cidade democrática. A criação de um lugar de intercâmbio.” *Arquitextos*, 072, 2006. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.072/353> [18/08/2010]

BORJA, Jordi; MUXI, Zaida – *El Espacio Público: Ciudad y Ciudadanía.* Barcelona: Electa, 2003.

CARMONA, Matthew; TIESDELL, Steven; HEATH, Tim; OC, Taner - *Public Places - Urban Spaces. The dimension of Urban Design.* Oxford: Architectural Press, 2003

CAVACO, Cristina – “Reflexões sobre o Planeamento de Pormenor e a ‘Boa Forma da Cidade’”. *Ordem dos Arquitectos, Encontro Cidade para o Cidadão. O Planeamento de Pormenor em Questão*, 2006.

CIDADES: COMUNIDADE E TERRITÓRIOS, Lisboa: CET Centro de Estudos Territórios ISCTE, 2002-

CULLEN, Gordon – *Paisagem Urbana.* Lisboa: Edições 70, 2008

DITTMAR, Adriana – *Paisagem e Morfologia de Vazios Urbanos. Análise da transformação dos espaços residuais e remanescentes urbanos ferroviários em*

Curitiba – Paraná, 2006. Dissertação para a obtenção de grau de Mestre em Gestão Urbana, Universidade Católica, Paraná

GHEL, Jan - **La humanización del espacio urbano. La vida social entre los edificios**. Barcelona: Editorial Reverté, 2006

LOPES, João Teixeira - “(Diver)cidade: espaços públicos interculturais”. **Revista Virus**, 2009. Disponível em:

http://www.esquerda.net/virus/index.php?option=com_content&task=view&id=99&Item=26 [20/08/2010]

LUKEZ, Paul – **Suburban Transformations**. New York: Princeton Architectural Press, 2007

LYNCH, Kevin – **A boa forma da cidade**. Lisboa: Edições 70, 2007

LYNCH, Kevin - **A imagem da cidade**. Lisboa: Edições 70, 2009

PORTAS, Nuno – “Do vazio ao cheio”. **Cadernos de Urbanismo** nº2, Disponível em www.cidadeimaginaria.org/eu/Dovazioaocheio.doc [25/10/2010]

ROSA, Isabel. “Ajuda Evolução Histórico-Urbana” **ARTiTEXTOS 02**, Setembro 2006

SÁ, Teresa – “Lugares e Não-lugares em Marc Augé”. **ARTiTEXTOS 03**, Dezembro 2006, pp 179-188

SANTANA, Francisco – **Dicionário da História de Lisboa**. Sacavém: Carlos Quintas & Associados-Consultores, 1994

SCHWALBACH, Gerrit – **Basics Urban Analysis**. Basel, Boston, Berlin: Birkhauser Verlag AG, 2009

SOLÀ-MORALES, Ignasi de – **Territórios**. Barcelona: Gustavo Gili, 2002.

SOLÍS, Jorge Benavides – **Diccionario Urbano Conceptual y Transdisciplinar**. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2009.

MORGADO, Carla Sofia – ***Protagonismo de la ausencia. Interpretación urbanística de la formación metropolitana de Lisboa desde lo desocupado***, 2005. Dissertação para a obtenção do grau de Doutor em Urbanismo, Escuela Técnica Superior de Arquitectura, Barcelona.

TÁVORA, Fernando – ***Da Organização do Espaço***. Porto: FAUP Publicações, 2006